

SAVANA

I N D E P E N D Ê N C I A



I N T E G R I D A D E



Maputo, 31 de Janeiro de 2020 • ANO XXVII • Nº 1360 • Preço: 60,00 Mt • Moçambique

Savana FM 100.2 Mhz

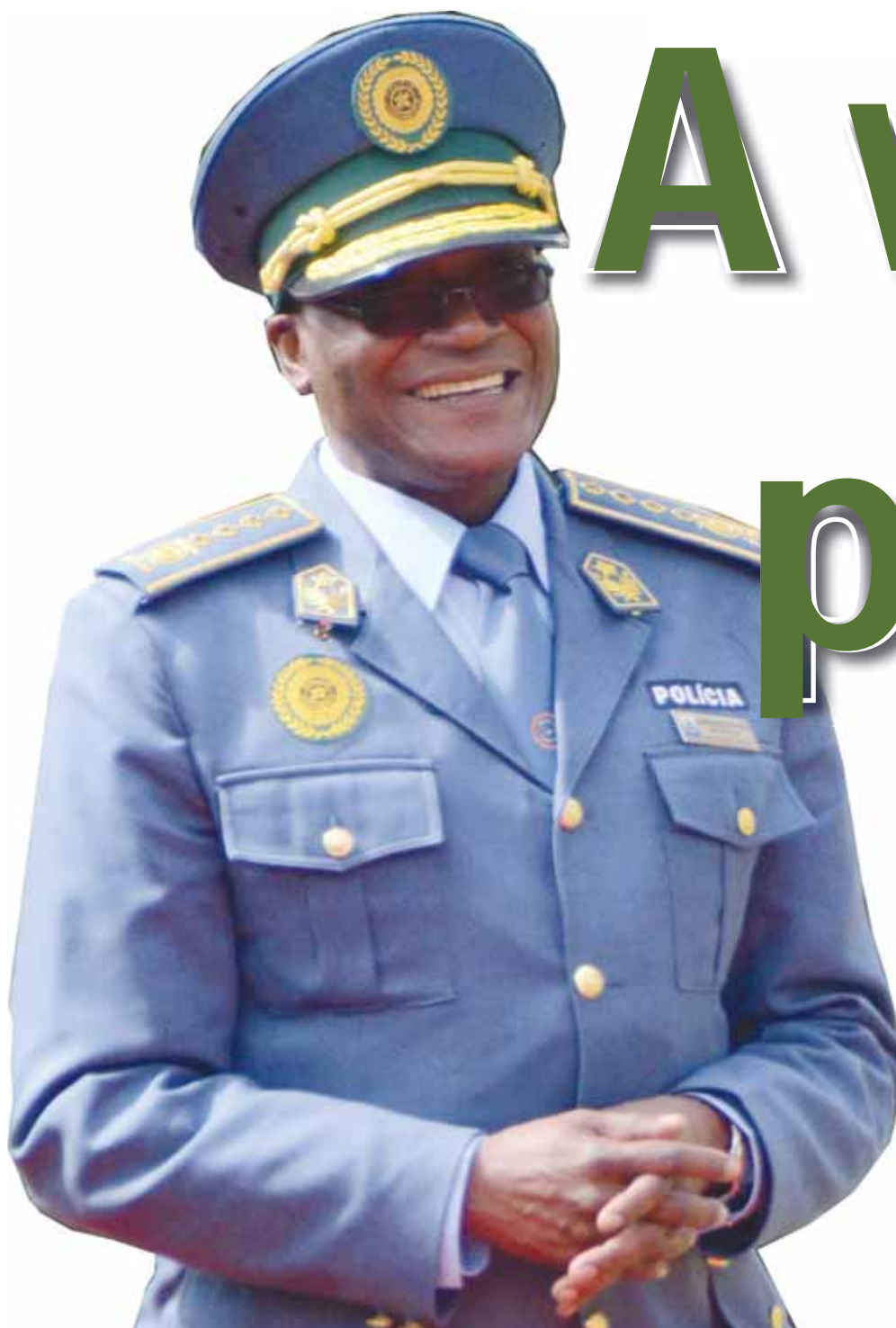
• www.savana.co.mz

• [email:savana@mediacoop.co.mz](mailto:savana@mediacoop.co.mz)

MOZA
O valor é teu.

mozabanco.co.mz

Assassinos de Matavele promovidos



A versão policial



Mudanças na ENH

Os pecados de Mithá



superloto

Joga em todo o lugar

*124#

sojogo.co.mz

Agentes

Esta semana
1 Milhão MT

à venda até 07 de Fevereiro - 19h
Concurso nº 06

É PROIBIDA A VENDA DE JOGO A MENORES DE 18 ANOS.

**tá
dar**

totoloto

Assassinos de Matavele promovidos

A versão policial

Por Armando Nhantumbo e Lázaro Mabunda*

As promoções foram revogadas diz a Polícia da República de Moçambique (PRM) em relação aos agentes envolvidos no assassinato do activista Anastácio Matavele. O processo envolveu os agentes Edson Silica, Euclídio Mapulasse e Agapito Matavele e tem agora a versão policial da tão rocambolesca decisão.



Orlando Mudumane

Foi na edição de 24 de Janeiro corrente que o **SAVANA** deu conta, em primeira mão, da promoção de três agentes envolvidos no assassinato do então director executivo do Fórum das Organizações não-governamentais de Gaza (FONGA). Trata-se de Edson Silica, ora detido, a aguardar pelo julgamento, promovido a sub-inspector da Polícia, Euclídio Mapulasse, também na cadeia, e Agapito Matavele, ainda foragido, elevados às categorias de sargentos da Polícia, conforme atestam os despachos nº6412/GCG/2019 e nº6447/GCG/2019, todos assinados a 27 de Dezembro de 2019 pelo Comandante Geral da Polícia, Bernardino Rafael, como é habitual.

Esta semana, o **SAVANA** entrou em contacto com o comandante Bernardino Rafael, para compreender os critérios usados para a promoção de agentes envolvidos num crime de sangue, dois deles a aguardar julgamento na cadeia e um dado como estando em parte incerta. Bernardino Rafael não deu qualquer explicação, alegando que o jornal o devia ter ouvido antes da publicação

do artigo sobre as promoções dos agentes e remeteu-nos ao porta-voz do Comando-geral da PRM, Orlando Mudumane. Porém, o jornal fez precisamente o recomendado pelo general Bernardino, antes da publicação do último artigo, tentando contactar por diversas vezes Mudumane, mas o seu telemóvel dava sempre fora de área. O general Bernardino já esteve destacado na província de Gaza e, ao que o jornal apurou, tinha uma relação de parentesco com o finado activista.

Despachos revogados

Orlando Mudumane apresentou a versão da Polícia sobre as promoções. De acordo com o porta-voz do Comando-geral da PRM, os despachos nº6412/GCG/2019 e nº6447/GCG/2019 foram revogados, sem, no entanto, nos apresentar os despachos revogatórios.

O único despacho revogatório a que o **SAVANA** teve acesso data de 31 de Dezembro de 2019, assinado pelo então Ministro do Interior, Basílio Monteiro. Nesse despacho, com

o número 518/GM/h.5.R/2019, Basílio Monteiro revoga o despacho nº380/GMI-5ª/023.42/2019, que promovia agentes da PRM, 11 dos quais não preenchiam os requisitos para o efeito. Nesse despacho não consta nenhum dos envolvidos no “caso Matavele”.

De acordo com Orlando Mudumane, Edson Silica, Euclídio Mapulasse e Agapito Matavele estavam na lista para promoções antes do assassinato de 7 de Outubro, só que o avanço do processo estava refém de cabimento orçamental.

O **SAVANA** apurou que o processo de promoções é moroso e complexo, leva muitos meses, abrangendo milhares de agentes espalhados em todo o país. É habitual que na fase derradeira de promoção, acompanhada pelo respectivo acto administrativo, se venha a constatar que, no decurso do processo, agentes abrangidos nos despachos tenham sido alvos de processos disciplinares ou outros actos sancionatórios pelo que se procede à revogação da promoção ou à aplicação de outras medidas mais dramáticas como a expulsão da corporação.

Mudumane contraditório

Mudumane fala de um “erro” que resultou nos despachos contendo os nomes dos três agentes da tropa de elite na PRM. E afirma que logo que se detectou o “erro”, os despachos foram revogados e produzidos novos, já sem Silica, Mapulasse e Matavele.

O jornal pediu a Orlando Mudu-

mane os novos despachos, mas o porta-voz disse que são documentos institucionais que o Comando-geral não pode partilhar.

Apesar da morosidade do processo, surgem sérios questionamentos que conspiram contra a corporação. A partir de Outubro, e já depois do assassinato, quando os nomes dos polícias eram de conhecimento público, Edson Silica, Euclídio Mapulasse e Agapito Matavele, aparentemente passaram despercebidos nas triagens que mediarão o homicídio e o despacho de promoção.

Outro questionamento surge em torno dos timings da revogação. No contacto que manteve com o jornal, o porta-voz do Comando-geral da PRM avançou, numa primeira fase, que as revogações haviam sido feitas entre três a quatro horas depois dos despachos de promoção de 27 de Dezembro, mas Orlando Mudumane, contraditório consigo mesmo, terminou com uma nova versão: que as revogações teriam acontecido entre três a quatro dias depois.

Ao Canal de Moçambique, na última quarta-feira, o mesmo Orlando Mudumane disse que os despachos haviam sido revogados em menos de 24 horas, não se sabendo qual das três versões deve ser tomada em consideração.

Promoções como recompensa

Nas edições de 11 de Outubro e 1 de Novembro do ano passado, o **SAVANA** revelou que os agentes

da Polícia que assassinaram Anastácio Matavele não tinham recebido qualquer valor monetário pela missão, mas “apenas promessas de promoção”, caso a operação se concretizassem.

As revelações de que não lhes foi “dado dinheiro, mas apenas promessas de promoção” profissional foram dadas por Edson Silica e confirmadas por Euclídio Mapulasse, dois operacionais envolvidos no assassinato de Matavele, durante as audições perante o juiz de instrução e a Procuradora, Elécia Berta Bernardete Putite dos Santos. As promoções de 27 de Dezembro de 2019 confirmavam as promessas

Agapito Matavele era, na operação para assassinar Anastácio Matavele, o comandante do pelotão e foi ele que deu ordens para que os seus colegas disparassem contra a vítima. Após o acidente de viação, ele conseguiu escapular-se, fugindo com duas armas de fogo que tinham sido levantados por ele do arsenal do comando da UIR, entre os dias 19 e 25 de Setembro de 2019.

Por seu turno, Euclídio Mapulasse também foi dos que saíram ilesos do acidente, mas que viria a ser detido pela Polícia, por ordens da Segunda Esquadra, no quartel da Unidade de Intervenção Rápida, onde estava afecto.

Os outros dois agentes envolvidos no homicídio, Nóbrega Chaúque e Martins Wiliamo, morreram no acidente e não constavam no rol das propostas de promoção.

*colaboração

Desabamento numa laje em Maputo

Proprietário da obra em fuga?

... e já estará a vender seus activos em Moçambique

Nuno Teixeira, sócio-gerente da construtora Barqueiros, imobiliária proprietária do prédio de 17 andares em construção cuja laje cedeu e matou dois trabalhadores na cidade de Maputo, em Setembro do ano passado, abandonou o país sem responder pelos factos. Mas fontes próximas do visado negam que tal tenha acontecido.

Fontes do **SAVANA** contaram que Nuno Teixeira abandonou o país, no passado mês de Dezembro, pouco depois da publicação do relatório da Comissão de Inquérito que averiguou o acidente e que concluiu que houve graves violações das normas de higiene e segurança no trabalho, laborais e de construção civil.

Consta que neste momento, a partir de Portugal, Nuno Teixeira estará a vender seus activos em Moçambique. Para conseguir seus objectivos, Teixeira transferiu seu património, por

via de procuração, para o nacional de nome Ergito Manjate. É com este nacional que estão a ser efectuadas as transações dos activos do proprietário da Barqueiros.

Contactado pelo **SAVANA**, na tarde desta quarta-feira, Ergito Manjate confirmou a ausência do seu parceiro de negócios do país, mas negou que o mesmo esteja em fuga e que tenha colocado seus activos à venda.

Manjate disse que Nuno Teixeira saiu do país em Dezembro passado para Portugal a fim de cuidar da saúde.

“A saúde de Nuno Teixeira degradou-se após o insólito e ele seguiu para Portugal para tratamentos médicos. Logo que ele melhorar voltará ao país. Pelo que eu saiba, o meu parceiro não está e nunca vendeu um único activo seu em Moçambique” disse.

Ergito Manjate explicou que, embora sejam indesejáveis, os acidentes de trabalho acontecem em qualquer lugar. E, no caso da obra de construção

de ZEN II, o processo estava a ser devidamente tratado pelas autoridades competentes e ainda aguarda-se pelo desfecho, não havendo motivos para o respectivo proprietário fugir do país, porque nada teme.

No entanto, informações em poder do **SAVANA** indicam que Nuno Teixeira foi notificado para exercer o contraditório as constatações da Comissão de Inquérito, mas nunca respondeu a solicitação. Também foi notificado, por três vezes, pela Comissão de Licenciamento de Empreiteiros e de Consultores de Construção Civil (CLECC) do Ministério de Obras, Habitação e Recursos Hídricos, mas também ignorou.

Vendo-se apertado pelas autoridades, Nuno Teixeira teria deixado o país de forma sorrateira.

Nas averiguações efectuadas pela CLECC, constatou-se que, para obter o Alvará, Nuno Teixeira teria falsificado diversa documentação.

Recordar que Comissão de Inquéri-

to, criada para averiguar a queda da estrutura da laje de cobertura do segundo piso num prédio de 20 andares em construção, confirmou a violação das normas de procedimento.

Os peritos apontaram como causas de acidente a execução inadequada de estrutura de suporte de cofragens, uso e aplicação de prumos amolgados, ocorrência de vibrações sobre painéis de cofragem e carga excessiva de betão fresco.

A investigação concluiu ainda que o dono da obra, a empresa Barqueiros, Lda não possuía em funções a equipa técnica indicada como pertencente ao quadro técnico permanente e lhe permitiu a obtenção do Alvará da Sétima Classe e a obra não tinha fiscal. A peritagem apontou o esgotamento da capacidade resistente das cavilhas de segurança e o excesso de carga da plataforma. Também indicou a incompetência técnica na montagem do sistema de cofragem, falta de controlo de qualidade na montagem do

sistema cofragem, bem como a falta de comissão de Higiene e Segurança no Trabalho.

A Comissão de Inquérito foi dirigida por uma equipa constituída por técnicos da Inspecção Geral das Obras Públicas (IGOP) do Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos (MOPHRH), Laboratório de Engenharia de Moçambique (LEM), Ordem dos Engenheiros de Moçambique, do Ministério de Trabalho, Emprego e Segurança Social (MITESS) e do Conselho Municipal de Maputo.

Recordar que a empresa Barqueiros é uma empreiteira portuguesa responsável pela construção de alguns prédios na cidade de Maputo, tais como o prédio ZEN, ao lado do Complexo Kaya Kwanga, do Teixeira Towers, ao lado do restaurante Piri-Piri e do complexo hoteleiro na zona da Praça do Destacamento Feminino.

(Raul Senda)

Governo mexe na ENH

Sai Mithá, entra Rafael

Omar Mithá, um economista com cordão umbilical enterrado em Mocimboa da Praia (Cabo Delgado), viu, nesta terça-feira, negado um segundo mandato à frente da Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH), o braço empresarial do governo nos negócios de oil&gas. Em sua substituição, o Conselho de Ministros foi buscar Estevão Tomás Rafael, “prata da casa” no sector e que ocupava a posição de CEO da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos (CMH), uma subsidiária da ENH e parceira moçambicana da Sasol no projecto de gás natural de Pande e Temane, onde a petroquímica sul-africana é a operadora. A CMH é uma “empresa de sucesso” na minúscula Bolsa de Valores de Moçambique (BVM).

Não são formalmente conhecidas as razões da não renovação do mandato de Mithá, que chegou a PCA da ENH em Agosto 2015 em substituição de Nelson Ocuane, um homem ligado à anterior governação. Ao que o SAVANA apurou, Mithá, que chegou a ENH vindo do Ministério de Indústria e Comércio, onde era vice de Max Tonela, era um homem de “trato difícil e autoritário” com os seus mais directos colaboradores e, nos últimos tempos do seu mandato, era um “PCA solitário”. Mithá, com um estilo muito exuberante, era visto como um “outsider” numa empresa com quadros extremamente ambiciosos que lhe moveram uma “guerra silenciosa” contra o seu protagonismo à frente da empresa. O seu “background” em economia e finanças permitiu-lhe pôr as contas em dia, “destapando” algumas derapagens da anterior administração, mas, ao mesmo tempo, continuando a endividar a empresa com as “generosas contribuições” dos seus parceiros, sem ter conseguido fazer a verdadeira “descolagem” da ENH no universo do gás no país. Mithá nunca foi além de ser “uma contraparte simpática” junto das concessionárias. Mithá, acrescentam, tornava habitualmente em “negociações difíceis” muito do relacionamento com as concessionárias, o que terá levado o governo a buscar uma figura serena e com maior ponderação, numa altura em que vários projectos de gás, em que a ENH participa, se preparam para levantar voo.

Mr. Oil & Gas

Durante vários anos docente de Matemática Financeira, Gestão Financeira e Análise de Projectos de Investimento na Politécnica e na Universidade Eduardo Mondlane (UEM), a sua indicação para ENH foi vista, na altura, como uma espécie realinhamento do poder político-económico, num sector que despertava vários apetites e deixa nervosas as elites políticas em Moçambique. Vista pelo prisma dos interesses



Omar Mithá

económicos da legislatura Guebuza, não era para menos: Mithá era um homem do círculo do novo presidente e a sua nomeação na ENH foi também interpretada como uma tentativa de encontrar alternativas que garantam a protecção política e expansão dos negócios no petróleo e gás dos novos titulares do poder em Moçambique.

Moçambique descobriu importantes reservas de gás em Cabo Delgado. O potencial de gás natural em Moçambique passou, em sete anos, de cinco triliões de pés cúbicos para mais de 170 triliões, o que poderá tornar o país no terceiro maior exportador de gás a seguir ao Qatar e à Austrália.

O projecto Coral Sul, onde a ENH participa com 10%, lançou, recentemente, à água, nos estaleiros navais da Samsung, em Geoe, Coreia do Sul, o casco da plataforma flutuante que irá explorar o gás na bacia de Rovuma a partir de 2022. A Anadarko (adquirida pela Total) também já anunciou em 2019 a sua decisão final de investimento (DFI) na área 1 na Bacia de Rovuma.

Porém, até a saída de Mithá, quatro anos depois, ainda não estavam claras as opções financeiras na ENH em relação a sua futura participação nos blocos disponíveis na bacia de Rovuma, um importante dossier agora nas mãos de Estevão Rafael, um homem do sistema, com uma experiência de mais de 30 anos no sector da mineração. Entre 1996 e 2005, Rafael foi Director Nacional de Minas no Ministério de Recursos Minerais e Energia, onde foi responsável pela supervisão e controlo das actividades mineiras, bem como pela formulação e implementação da política de mineração e geologia.

Em termos de personalidade, Rafael é o oposto de Mithá. É extremamente reservado e não se esperam grandes declarações sobre a evolução da ENH. Provavelmente, será um fiel cumpridor das “orientações” do ministro. O que é muito pouco dada a dimensão e os desafios que se colocam à ENH. O financiamento da ENH foi claramente o maior “calcanhar de Aquiles” de Mithá.

A ENH representa os interesses do Estado em todas as explorações petrolíferas. Porém, não tem ainda aporte de capital para participar com as empresas parceiras na exploração do gás, nomeadamente das



Estevão Tomás Rafael Pale

áreas 1 e 4. Uma das opções poderá ser a venda de futuros do gás dadas as dificuldades de acesso aos mercados financeiros. Há a informação que a ENH poderá ter fechado um acordo com uma grande “trader” holandesa para a comercialização de gás, o que lhe permitirá um melhor equilíbrio negocial com os seus parceiros.

Quanto ao recurso aos mercados financeiros, Mithá considerou, num

briefing de fim do ano com jornalistas, que o “road show” na África do Sul feito no ano passado e uma das suas últimas iniciativas como PCA da empresa, foi um sucesso estando à espera de retornos. Também argumentou que está a ser contratado um novo consultor para se avançar sobre o assunto considerado como “muito sensível”. A “solução holandesa” poderá ser a luz no fundo do túnel. (Redacção)

Quando viajar, use o Cartão Travel Money do BancABC!

Um cartão pré-pago que **não está sujeito a variações cambiais** e **não cobra comissões em pagamentos via POS no estrangeiro**, desde que use o cartão pré-pago da moeda certa, correspondente ao país em que se encontra.

Está disponível em 4 moedas diferentes, **Rand (R175)**, **Dólar (\$13)**, **Euro (€11)** e **Libra (£10)** e não necessita de estar associado a uma conta bancária.

Requisite já o seu cartão Travel Money na nossa agência mais próxima.

Para mais informações:

✉ mz-callcenter@bancabc.com 📞 whatsapp: 8555 8555

📞 Nacional: 92264 📞 Internacional: +25821482199

BancABC parte do **atlasmará**

www.bancabc.co.mz

*Termos & Condições Aplicáveis

Moçambique em queda livre no Índice de Democracia

Regime autoritário é aqui!

Por Armando Nhamumbo

Não são boas as notícias sobre Moçambique no ranking mundial sobre democracia. Na classificação de 2019, publicada, semana passada, pela The Economist Intelligence Unit (EIU) um braço da reputada revista britânica The Economist, o país voltou a cair, saindo da posição 115 em 2018 para 120, uma queda de cinco lugares.

É o mais prestigiado índice mundial que avalia o desempenho democrático dos Governos. O Índice de Democracia da EIU classifica os países em quatro categorias, nomeadamente, democracias completas, democracias imperfeitas, regimes híbridos e regimes autoritários.

Em 2019, Moçambique voltou a ficar na última categoria, regime autoritário, a mesma de 2018. No Índice intitulado “Um ano de reveses democráticos e protestos populares”, o país caiu em quase todos os indicadores. Desde “processos eleitorais e pluralismo” (2.58), “funcionamento do Governo” (2.14), “cultura política” (5) e “participação política” (5).

Num total de 167 países avaliados, Moçambique desceu na pontuação, de 3.85 para 3.65 (dos 10 pontos possíveis), colocando-se na lista dos piores países do mundo em matérias de democracia.

Moçambique lidera, por exemplo, os piores dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), juntamente com Guiné-Bissau (148) e Angola (119).

Nos PALOP, Cabo Verde é o melhor posicionado, no 30º lugar (7.78). O arquipélago está na categoria de democracias imperfeitas. De acordo com o relatório da EIU, a África Subsaariana, que em 2019 teve as piores avaliações desde 2010, conta com um elevado número de regimes autoritários, cerca de metade dos 44 países avaliados, no mesmo ano em que a região registou uma significativa regressão democrática, com 23 países a assistirem a uma descida das suas posições.

Ao nível global, a Noruega continua a liderar o ranking com 9.87 dos 10 pontos possíveis, enquanto a Coreia do Norte ocupa o último lugar, com 1.08 pontos.

Legado de Nyusi

Embora Moçambique registasse quedas no Índice da EIU antes da chegada de Filipe Nyusi ao poder, foi no mandato do actual chefe de Estado que o país passou de “regime híbrido” para “regime autoritário”.

O agravamento da intolerância política, que teve o seu epílogo no surgimento de esquadrões de morte, planeados e executados na Polícia da República de Moçambi-



As eleições de 2019 foram um dos indicadores que levaram Moçambique à queda do Índice de Democracia

que e as sistemáticas fraudes que mancham os processos eleitorais são dos pontos críticos que empurraram o país à categoria de regime autoritário.

Em 2018, por exemplo, o país registou uma quebra no que se refere ao processo eleitoral, devido às irregularidades e violência exercida sobre membros da oposição, durante e depois das eleições municipais, cuja caricatura foi Marromeu, onde urnas foram tiradas pelas janelas com protecção policial. E no Índice de 2019, o país também teve revés no capítulo dos “processos eleitorais e pluralismo”, num ano de eleições que foram de fachada, apimentadas por corte de capim alto e assassinato de um observador eleitoral em Gaza.

Aliás, logo após o assassinato de Anastácio Matavele a 7 de Outubro do ano passado, escrevemos, neste jornal, que aquele era o último sinal que Moçambique acabava de emitir ao mundo a reivindicar a sua manutenção na posição de país autoritário, como o The Economist Intelligence Unit, a reputada revista britânica, nos colocou no Índice de Democracia de 2018, ainda



Filipe Nyusi

que o presidente Filipe Nyusi não goste.

Foi Filipe Nyusi que, quando confrontado pela imprensa portuguesa sobre o Índice de 2018, que classificou o país como regime autoritário, defendeu que “há algumas pessoas que consideram a Democracia quando ganham aqueles que eles gostariam”.

O Estado não é de Nyusi - CIP

Para o director do Centro de Integridade Pública (CIP), o Índice de Democracia da EIU prova que o país está a regredir em termos de cultura democrática. Edson Cortez refere que, entre nós, muitas vezes se perde a oportunidade de discutir, construtivamente, o país porque nunca é tido em conta o argumento, mas sim o mensageiro. Por isso, argumenta, não se pode dizer que temos uma verdadeira democracia. Pelo contrário, o espaço democrático vê-se cada vez mais restringido. E lembra que é impossível que, num país com mais de 28 milhões de habitantes, tenham todos a mesma opinião.

Edson Cortez concorda que, ao regredirmos no capítulo de “processos eleitorais e pluralismo”, este Índice vem dar razão a todas as críticas e todos alarmes que surgiram nas últimas eleições.

“Depois do espectáculo que vimos nas eleições, que tiveram muito pouco de transparentes e livres, este Índice vem confirmar que a sociedade civil e aqueles que disseram que houve muitos ilícitos eleitorais tinham razão e, quando a uma semana ou menos das eleições um observador eleitoral é assassinado por membros da Polícia, e o Jornal SAVANA está a acompanhar e bem esse caso, isso faz com

que a gente tenha descrédito em todo o processo”, observou.

Sobre o agravamento do Índice na governação Nyusi, cujo mandato é marcado por intolerância, esquadrões de morte e eleições de fachada, Cortez entende ser justo que o presidente fique na história como aquele que instaurou autoritarismo no país.

“Ele tem quatro anos e alguns dias para tentar deixar um outro legado, mas o seu primeiro mandato, obviamente, ficou muito aquém das expectativas. Só e somente aquelas pessoas que querem criar nele a ideia de filho mais querido da Nação e todos esses nomes de bajulação é que podem ter uma percepção diferente, mas os últimos cinco anos foram bastante maus, tanto para a economia, quanto também para a liberdade de expressão e este Índice e os indicadores que ele aponta, mais uma vez, mostram isso”, precisou.

Para o director do CIP, o Estado moçambicano não é de Filipe Nyusi.

“O presidente da República não é nosso pai. Vinte milhões de pessoas não podemos todos estar na



Edson Cortez

Ponta Vermelha. É tecnicamente impossível. Delegamos o nosso poder a alguém que deve prestar-nos contas. O Estado moçambicano não é de Nyusi. A ponta vermelha não é de Nyusi. Os cofres do Estado não são de Nyusi. Então, quando a gente lhe critica, é porque lhe delegamos poder para ele exercer, porque não podemos todos estar lá. Então, temos todo direito de criticá-lo e exigir a prestação de contas e ele deve nos responder”, vincou. Na narrativa política de desdramatizar o Índice, o director do CIP vê aversão à crítica, sempre com conveniências ao meio.

“Se vir um organismo internacional do mesmo país ou, às vezes, da mesma cidade elogiar algum facto já bom da governação, isso já é usado como ‘vejam, vejam’. Por exemplo, há uns meses quando se confirmou que o Millennium Challenge voltava ao país, as mesmas pessoas que criticavam os Estados Unidos da América por ser mão externa, são as mesmas que fizeram o mesmo barrulho dizendo que isso mostra que Moçambique é um país credível. Então, consoante a conveniência, vai se manipulando a opinião pública”, referiu.

E então, como fazer com que Moçambique volte a estar bem cotado no Índice de democracia? Perguntamos ao nosso entrevistado. Edson Cortez tem a resposta na língua: maior tolerância para com a crítica.

“Temos de nos tolerar. Somos moçambicanos. Não temos outro país onde vamos viver e não há-de vir nenhum estrangeiro construir este país. Nós é que temos de construir este país e temos de saber viver com a crítica”, recomendou.

GOLO



Os seus colaboradores sempre ligados

A nossa solução de gestão de cartões SIM

Garanta a comunicação entre os funcionários da sua empresa com a nossa plataforma que permite gerir todos os números de acordo com as suas necessidades, por apenas 50MT por mês para cada cartão.

Subscreva a este serviço.
Saiba mais em empresas@vm.co.mz ou ligue 100

O futuro é tudobom.

Vamos?



vodacom
business

Termos e condições aplicáveis.

Dívidas ocultas

Recurso aguarda parecer da PGR

Por Raul Senda

O Tribunal Superior de Recurso (TSR), instância onde seguiu a contestação ao Despacho de Pronúncia proferido pela juíza Evandra Uamusse, da 6ª Secção do Tribunal Judicial da cidade de Maputo (TJCM), no qual decidiu levar ao julgamento os arguidos envolvidos no polémico caso das dívidas ocultas; aguarda pelo parecer da Procuradoria Geral da República (PGR), apurou o SAVANA de fonte próxima ao caso.

No dia 08 de Agosto de 2019, o Ministério Público (MP) submeteu ao TJCM a acusação definitiva contra os 20 arguidos envolvidos no caso das dívidas contraídas ao arripio das normas, com garantias do Estado pelas empresas ProIndicus, MAM e EMATUM. Na mesma altura, o MP informou que apreendeu alguns bens adquiridos com dinheiro que acredita ser proveniente das dívidas ocultas, nomeadamente 15 imóveis, seis viaturas, uma máquina pesada de construção civil e mandou congelar 31 contas bancárias.

A juíza Evandra Uamusse deu provimento ao documento do MP e pronunciou todos 20 arguidos. Na mesma altura, a juíza ordenou a detenção de 10 arguidos que ainda respondiam em liberdade, que foram se juntar a nove detidos em Fevereiro de 2019, totalizando 19. Apenas um responde em liberdade, depois de ter sido caucionado no valor de um milhão de meticais.

Na altura, a juíza entendeu que há fortes indícios de prática de crimes de associação para delinquir, de chantagem, de corrupção passiva, de peculato, de abuso de cargo ou função, de violação de regras de gestão, de falsificação de documentos, de uso de documentos falsos, de posse de armas proibidas e de branqueamento de capitais. O Despacho de Pronúncia foi exarado a 20 de Agosto de 2019.

Insatisfeitos com a decisão, os advogados da defesa recorreram do veredicto junto ao TSR, ainda em Agosto.

Processo com 56 volumes

O SAVANA sabe que o recurso ficou três meses no TSR e a sensivelmente três semanas seguiu para a PGR. O envio de processo à PGR visa o cumprimento dos procedimentos processuais, onde cada uma das partes é lhe dada oportunidade para se pronunciar antes do colectivo de juízes produzir o acórdão. Assim, a PGR deverá se pronunciar na qualida-



António de Rosário

de de dona da acção penal e de advogado do Estado. Quem não se conforma são os advogados de defesa que classificam a tramitação processual como sendo bastante lenta e prejudicial para quem aguarda, encarcerado, por uma decisão judicial.

Dizem que o processo é complexo e volumoso. Até ao Despacho de Pronúncia, o processo tinha 56 volumes, o equivalente a 56 mil páginas, o que no entender dos advogados são muitos documentos para serem analisados por uma única juíza.

Sublinham que a par do que aconteceu no “caso Carlos Cardoso”, a juíza Uamusse devia ser auxiliada por mais dois juízes de direito e uma equipa de assessores formados em direito. A excepção, para além de permitir uma análise minuciosa dos documentos, garantiria qualidade e flexibilidade processual.

Recordar que este é o terceiro recurso contra as decisões da primeira instância da parte de alguns arguidos.

Em Março de 2019, a defesa dos arguidos Ndambi Armando Guebuza (filho do antigo presidente da República Armando Guebuza), António Carlos de Rosário (antigo director da inteligência económica dos Serviços de Informações e Segurança de Estado – SISE) e Sérgio Alberto Namburete (parente da Inês Moiane, antiga secretária particular de Armando Guebuza) recorreram ao TSR para contestar



Teófilo Nhangumele

contra aquilo que apelidaram de falta de fundamentos legais para se decretar prisão preventiva e pediam aos juízes desembargadores do TSR para ordenar a sua soltura. Porém, o TSR recusou o recurso sublinhando que a manutenção dos arguidos na prisão é uma questão de justiça penal.

No outro recurso, os co-arguidos Ndambi Guebuza, António Carlos de Rosário e Gregório Leão, este último antigo director geral do SISE requereram a nulidade da Instrução Preparatória e consequentemente de todos actos seguintes por entender que o processo estava encharcado de ilegalidades.

Na altura, Ndambi Guebuza pediu a ilegalidade e nulidade processual do relatório da auditoria da Kroll e a aplicação da pena de amnistia.

O primogénito de Maria da Luz Guebuza e Armando Guebuza justificou o pedido argumentando que a 17 de Agosto de 2014 foi aprovada a Lei 17/2014, a Lei de Amnistia, nos termos do qual algumas acções visavam responder também aos ataques perpetrados pelos homens armados da Renamo a partir de 2013, o que pressupõe não só resposta momentânea, mas também, questões relacionadas com a recolha de informação, tratamento de informação, avaliação de situações próprias de uma estrutura organizada de um serviço de segurança nacional.

Por seu turno, António Carlos de



Gregório Leão

Rosário e Gregório Leão alegaram o facto da acusação ter sido assinada por uma Procuradora afecta à Procuradoria da Cidade de Maputo, enquanto que na realidade foi instruído por um Procurador-Geral Adjunto, o que no entender deles é manifestamente ilegal.

Os dois arguidos referiram ainda que esta ilegalidade importa a nulidade da Instrução Preparatória do processo e todos os actos praticados nesta fase.

Contudo, os argumentos foram indeferidos por falta de provas das alegações e não indicação das normas violadas no processo.

Recordar que dos 20 arguidos destacam-se Bruno Tandane Langa acusado de crime de associação para delinquir, chantagem, corrupção passiva para acto ilícito, quatro crimes de falsificação de outros documentos, peculato, quatro crimes de uso de documentos falsos; posse de armas proibidas, branqueamento de capitais; Teófilo Nhangumele é acusado de crime de associação para delinquir, chantagem, corrupção passiva para acto ilícito, peculato, quatro crimes de falsificação de outros documentos, branqueamento de capitais; Armando Ndambi Guebuza é acusado de prática de crime de associação para delinquir, chantagem, corrupção passiva para acto ilícito, peculato; quatro crimes de falsificação de documentos, branqueamento de capitais; Gregório Leão, Cipriano Muto-ta, Inês Moiane, Ângela Leão a convocação, fraude e acumulação de infrações.



Ndambi Armando Guebuza

uso de documentos falsos; branqueamento de capitais; Gregório Leão José é acusado de crimes de associação para delinquir, corrupção passiva para acto ilícito, peculato, abuso de cargo ou função, quatro crimes de violação de regras de gestão, branqueamento de capitais; Ângela Buque Leão é acusada de crimes de associação para delinquir, dois crimes de falsificação de outros documentos, peculato, branqueamento de capitais; Maria Inês Moiane é acusada de crime de associação para delinquir, corrupção activa para acto ilícito, falsificação de documentos, branqueamento de capitais e Manuel Renato Matusse que é acusado de crimes de associação para delinquir, corrupção activa para acto ilícito, branqueamento de capitais.

Segundo o Despacho de Pronúncia, agravam a responsabilidade criminal dos co-réus Bruno Tandane Langa, Teófilo Nhangumele, Ndambi Guebuza, António Carlos do Rosário, Gregório Leão, Cipriano Muto-ta, Inês Moiane, Ângela Leão a convocação, fraude e acumulação de infrações.



Bruno Tandane Langa



Renato Matusse



Ângela Leão



Inês Moiane

Art Direction by www.bangbang-agency

* Planos de Internet com plafone de tráfego.
** Equipamento base de acesso ao serviço, propriedade da TVCABO.



NA ADESAO A UM PLANO DE NET* OFERTA DE UMA RECARGA DE 15GB
+ OFERTA DA INSTALACAO + CEDENCIA DO EQUIPAMENTO**
Estudar nunca foi tao facil e rapido. E ainda te sobram gigas para a diversao!
Campanha valida de 25 de Janeiro a 29 de Fevereiro.

21 480 550
82 4800 | 84 4800
550 na rede TVCABO
apoio@tvcabo.co.mz
www.tvcabo.mz



Recarregue o seu Cartão de Portagem nas ATMs do Standard Bank

Agora já pode recarregar o seu Cartão de Portagem da ponte Maputo-Katembe e Katembe-Mudissa nas ATMs do Standard Bank. Tudo para que possa seguir viagem de forma mais cómoda, prática e rápida, sem se preocupar em usar dinheiro vivo e podendo beneficiar de descontos e vantagens.

Adira já ao Cartão de Portagem.



Standard Bank Seguindo em Frente

Governadores e SE

Curto-circuito entre camaradas

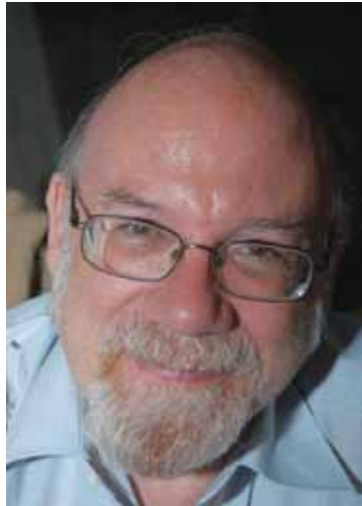
Por Arginaldo Nhampossa

A busca de protagonismo, duplicação de actividades e conflitos de competências poderão ser os principais pratos servidos durante os primeiros cinco anos da governação descentralizada, que coloca, na mesma província, o governador provincial eleito e o secretário de Estado nomeado pelo Presidente da República. Como a cereja do topo do bolo poderão entrar também os primeiros secretários da Frelimo na província, que, grosseiramente, têm lugar de destaque em actos do Estado.

Apesar dos fortes apelos para um estudo minucioso das atribuições de cada um dos titulares, a realidade revela o contrário em apenas uma semana de exercício de poder.

Não tardou que secretários de Estado que ainda não estão claros nas suas tarefas já prometam trabalhar em áreas que não são da sua alçada.

Na tentativa de dirimir este potencial de conflitualidade, o Conselho de Ministros decidiu pela criação de uma comissão interministerial para a partilha de recursos humanos, patrimoniais e financeiros do extinto governo provincial pelos órgãos de gover-



Paul Fauvet

nação descentralizada provincial com os secretários de Estado na província. Ademais, os dois órgãos estão impedidos de tomar decisões estruturantes, até que sejam aprovadas as estruturas orgânicas do conselho de representação do estado e do conselho executivo provincial.

Na verdade, aos secretários de Estado cabe acompanhar e verificar o cumprimento das decisões emanadas do governo central e local; garantir a aplicação, na circunscrição territorial da autarquia local, das leis, regulamentos e actos administrativos emanados dos órgãos do Estado.

A tutela administrativa é exercida pelo Conselho de Ministros, po-

dendo ser delegado ao Ministro que superintende a área da administração local e o Secretário de Estado na Província.

Aqui importa frisar que, à luz do Decreto 96/2019 de 31 de Dezembro, as competências delegadas ao secretário de Estado na província não incluem a tutela sobre os órgãos de governação descentralizada provincial e das autarquias locais de cidades de nível A, B e C. Ao secretário de Estado cabe a realização de inspecções nas autarquias locais, nos municípios de cidade de nível D e nos municípios de vila e nas povoações.

A realização de auditorias, inquéritos e sindicâncias nos termos previstos no nr. 4 do artigo 9 do decreto em alusão, compete aos ministros que superintendem as áreas de administração local e das finanças.

Nomear membros da oposição

O editor do serviço em inglês na Agência de Informação de Moçambique (AIM), Paul Fauvet, é da opinião de que a existência de dois polos de poder na província requer habilidades e maior coordenação por parte das duas figuras de modo a evitar conflitos.

Apontou para a necessidade de

um estudo exaustivo das competências de cada um e saber respeitar a área de trabalho do outro.

Isto porque caso haja sinais de desalinhamento será muito problemático. Aliás, recordou Fauvet, essa foi a recomendação desde a tomada de posse bem como nas cerimónias de apresentação nas províncias.

Segundo o jornalista, o projecto inicial de descentralização do país através dos municípios foi interrompido e entende que este modelo iria permitir mais inclusão local comparativamente a descentralização provincial.

Explicou que apenas foram criados municípios de cidades e vilas, não se chegou aos municípios de povoação que seriam a forma mais eficaz de descentralização.

Entende que os partidos da oposição esperavam ganhar algumas províncias, mas infelizmente a Frelimo foi quem ganhou, pese embora a forma como decorreram as eleições.

Fauvet afirma que as eleições tiveram todas as irregularidades bem documentadas e lamentou o facto de a oposição não ter usado todos mecanismos de protesto de que dispunha.

Mas entende que no meio deste barulho, o Presidente da República teria encontrado uma saída

airosa caso tivesse concertado com os partidos da oposição ou sociedade civil a cerca das nomeações para o cargo de secretário de Estado como forma de cumprir com o seu discurso sobre inclusão, mas não foi isso que se verificou.

Tiro pela culatra

Defendeu, Fauvet, que daqui em diante, resta promover reflexões em torno do presente modelo para tirar as devidas ilações. Numa perspectiva futurista, disse ser contra a eleição das assembleias distritais em 2024, porque vão complicar ainda mais a coabitação com a assembleia provincial e com governador provincial. Ou seja, diz haver muitas possibilidades de duplicação de esforços.

As clivagens entre os governadores (eleitos em sufrágio universal) e os secretários de Estado (nomeados) são vistas como resultado do esforço da Frelimo de enfraquecer os poderes dos governadores, na eventualidade de a oposição ganhar eleições provinciais.

Sucede, porém, que nas eleições gerais de 15 de Outubro do ano passado, a oposição não conseguiu eleger nenhum governador, o que colocou em sério risco de potencial de disputas entre figuras do próprio partido governamental.

Ivone Soares defende instituições fortes e estáveis

A ex-chefe da bancada parlamentar da Renamo Ivone Soares defendeu a existência de instituições fortes e estáveis, que assegurem a alternância democrática na governação.

Ivone Soares, que dirigiu a bancada da Renamo na Assembleia da República na legislatura 2015-2020, pronunciou-se a favor do fortalecimento das instituições estaduais, quando apresentava o tema “O Papel dos Parlamentos na Implementação e Fiscalização dos ODS (Objectivos de Desenvolvimento Sustentável) e Agenda 2063, que decorreu na capital de Angola, Luanda, no dia 28 do mês em curso.

“O Orçamento em alguns países africanos [infelizmente nem todos] tem servido para investir na construção



Ivone Soares

de instituições fortes e estáveis, seja qual for o governo do dia que ganhe as eleições, permitindo alternância governativa”, lê-se na comunicação.

A deputada, eleita para mais um mandato na legislatura que acaba de começar, apontou a manutenção do funcionamento do Estado, satisfação de necessidades básicas,

como a saúde e educação, bem como infraestruturas como outras das finalidades do Orçamento do Estado.

Investir na democratização (nem sempre real), na paz (muitas vezes precária) e no bem-estar (nem sempre para todos) também devem estar no centro das preocupações dos Estados.

ODS

Nesse sentido, os parlamentos devem garantir a defesa e o respeito da Constituição da República e demais leis, representar o povo, legislar e fiscalizar, colocando os interesses do Estado acima dos partidários e particulares.

Os deputados, prosseguiu, devem igualmente com idoneidade e responsabilidade em respeito ao juramento que fizeram quando foram investidos na função, reconhecendo as relações de interdependência entre os demais poderes.

Devem igualmente garantir uma ligação clara e mensurável entre o planificado e o orçamentado, garantir que no Plano Quinquenal do Governo Plano Económico e Social e Orçamento do Estado estejam contemplados os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), dos Objectivos da Agenda 2020 e os recursos necessários à implementação desses instrumentos.

Por outro lado, deve ser assegu-

rado que as comissões do plano e orçamento sejam dirigidas pela oposição, visando assegurar a isenção na fiscalização da actividade económica e financeira do governo.

Citando um estudo do Centro de Integridade Pública (CIP), Ivone Soares disse que para o alcance dos ODS, os parlamentos devem intensificar a fiscalização do Orçamento do Estado, ter acesso ao debate antecipado do documento e apresentações recomendações para as contas do ano seguinte, bem como assegurar a publicação online sobre a implementação orçamental.

Por outro lado, é um imperativo que os parlamentos garantam que uma comissão legislativa o chefe da Instituição Suprema de Auditoria seja nomeado de uma forma que garanta a independência da entidade.



Coral FLNG S.A.
ANÚNCIO PÚBLICO
MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE (MdI) PARA
SERVIÇOS DE REALOCAÇÃO INTERNACIONAL E MOBILIDADE GLOBAL

A Coral FLNG SA (“EMPRESA”), é uma SPE registada sob as leis da República de Moçambique para o desenvolvimento do Projecto Coral do Sul, o primeiro Projecto de GNL em Moçambique, assente numa primeira planta de construção mundial de gás natural liquefeito flutuante em águas profundas, convida as empresas interessadas, a enviar uma Manifestação de Interesse para a prestação de serviços de Realocação em relação às actividades de transferência e serviços de Mobilidade Global para o Pessoal da EMPRESA na Coreia do Sul, Itália, Indonésia, Moçambique e qualquer outro local onde a EMPRESA irá realizar as suas actividades e ceder os seus quadros.

ÂMBITO DO TRABALHO:

O âmbito do trabalho inclui o seguinte:

- Prestação de serviços de mudança, incluindo remessa porta a porta de objectos domésticos e pessoais. A remessa é geralmente feita por frete marítimo. A CONTRATADA deve desembalar as mercadorias na residência local e todos os materiais e detritos de embalagens e afins deverão ser removidos de acordo com as melhores práticas internacionais de embalagem e desembalagem padrão.
- O mesmo processo deve ser aplicado para a saída do pessoal da EMPRESA.
- Assistência à imigração, ou seja, colecta de documentos para vistos e coordenação do processo de visto conforme necessário. Garantir que a empresa CONTRATADA alocará os seus funcionários a trabalhar nas instalações da EMPRESA, caso necessário.
- Sensibilização cultural e integração do Staff no novo país, fornecimento de pacotes de boas-vindas que permitam a familiarização aos quadros cedidos pela EMPRESA e suas famílias, incluindo o programa de assistência à família do expatriado.
- Promoção de induções relacionadas à cidade/local de destino e instruções.
- Serviços de busca domiciliar fora de Moçambique: lista de imóveis de acordo com os requisitos de segurança, HSE em conformidade com as políticas da EMPRESA; contratos de arrendamento, poderão ser concedidos, a critério da EMPRESA, em nome da CONTRATADA, após a conclusão satisfatória do que descrito acima.
- Pesquisa Domiciliar em Moçambique: pré-selecção de imóveis de acordo com os requisitos de Segurança, HSE em Conformidade com as políticas da EMPRESA; A EMPRESA celebrará, a seu exclusivo critério, um contrato de arrendamento em seu nome após a conclusão satisfatória desempenhada pela CONTRATADA do que acima é mencionado em conformidade com as políticas, procedimentos e práticas da EMPRESA.
- Dia de visitas da propriedade: visitas diárias acompanhadas para visita ao alojamento seleccionado, incluindo transporte;
- Gestão de propriedades: fornecimento, gestão e pagamento de serviços públicos. Todos os outros serviços relacionados ao alojamento, como, entre outros; manutenção regular, fornecimento e remoção de móveis, aluguer de móveis etc.;
- Gestão administrativa na partida: completar todas as actividades necessárias relacionadas ao fecho/ cancelamento de propriedades, contratos, serviços públicos, aluguer de móveis e/ou outros itens relacionados;
- Escola: fornecer pesquisas, visitas, matrículas e pagamentos nas escolas;
- Atribuição de telefones móveis e suporte na formalização de contratos com a provedora de serviço de telefones móvel;
- Serviços de transporte; incluindo serviços de transporte (autocarro e táxi), conforme exigido pela EMPRESA;
- Serviços de Viagem; reservas de viagens locais e internacionais. Pode incluir, entre outros: voos, comboios, ferries, portagens, hotéis e apartamentos;
- Documentos do carro e assistência de motorista;
- Prestação de serviço de aluguer de carro com ou sem serviço de motorista;
- Serviços *ad-hoc* relacionados à gestão de expatriados, como provisão de seguro pessoal, serviços de folha de pagamento, assistência tributária, serviços de consultoria e *compliance* e serviços de impressão;
- organização de eventos no país de destino; A organização de reuniões corporativas ou sociais pode incluir, mas não se limita a: reserva e restauração de salas ou actividades;
- Fornecimento e pagamento de formação no país de destino para o pessoal da EMPRESA.

DOCUMENTAÇÃO REQUERIDA

As empresas interessadas neste convite podem enviar sua Manifestação de Interesse (MdI) para participar de um processo de licitação de “Serviços de Realocação Internacional e Mobilidade Global”, fornecendo as seguintes informações e documentação obrigatórias:

Documentos técnicos:

1. Uma cópia da licença válida da empresa para operar, emitida pela autoridade relevante;
2. Brochura;
3. Uma descrição de alto nível do Sistema de Gestão de Projectos a ser usado;
4. Certificações do Sistema de Gestão da Qualidade e/ou Sistema de Gestão da Qualidade em conformidade com os Padrões Internacionais de Qualidade;
5. Certificação e/ou documentação do Sistema de Gestão de Saúde e Segurança,

- provenido a EMPRESA de padrões de conformidade internacionais;
6. Evidência de 10 anos de experiência na prestação de serviços de realocação internacional e mobilidade global, incluindo qualquer carta de referência relevante, na prestação de serviços similares no sector de Petróleo e Gás;
 7. Evidência dos escritórios/filiais da empresa na Coreia do Sul, Itália e Indonésia (ou seja, indicativamente, mas não limitado a artigos de Associação / Estatuto, Certificado de Registo Comercial, Licença de Operação, Número de Registro Fiscal, etc.).

Documentos administrativos:

8. Uma cópia do certificado de registo da entidade legal comercial, com o nome da pessoa jurídica e a pessoa de contacto para receber informações comerciais e de qualificação;
9. A EMPRESA aceitará apenas a MdI as Empresas que demonstrem, expressamente, que os serviços a serem prestados em Moçambique serão prestados e cobrados somente por uma entidade totalmente constituída neste país, sob a lei moçambicana (uma empresa subsidiária); nesse sentido é importante que as empresas possam apresentar na sua MdI a sua incorporação em Moçambique. Caso a Empresa ainda não tenha obtido a prova de incorporação exigida na data da apresentação da MdI, deve pelo menos demonstrar que o processo de incorporação em Moçambique já foi iniciado, na data de apresentação da MdI e enviar uma declaração por escrito indicando a data em que espera provar à EMPRESA a sua incorporação em Moçambique; A adjudicação do CONTRATO estará sujeita ao cumprimento completo e satisfatório dos requisitos aqui descritos anteriormente antes da data da adjudicação do mesmo.
10. A evidência de que a entidade da Empresa incorporada em Moçambique tem um mínimo de 80% de pessoal local. Caso a empresa ainda não tenha obtido a prova de incorporação exigida na data de apresentação da MdI, deverá enviar uma declaração por escrito comprometendo-se a estar em conformidade com os 80%, no momento da incorporação em Moçambique.
11. Uma cópia das demonstrações financeiras auditadas / relatório anual da empresa nos últimos três anos, comprovando a capacidade financeira para a realização do âmbito do trabalho; estes documentos devem ser relativos ao grupo da empresa (se aplicável) e também à entidade da empresa que potencialmente celebrará o contrato em questão.
12. Empresa e sua estrutura de grupo com a lista dos principais acionistas e beneficiários finais (se não listados na bolsa de valores).

13. Caso a Empresa deseje participar como consórcio ou *joint venture*, informações sobre cada membro do consórcio ou *joint venture* e a função de cada participante no Projecto em potencial. Essa intenção de formar um consórcio ou uma JV deve ser apoiada por um Contrato ou “Memorando de Entendimento” devidamente assinado por cada entidade do grupo. As empresas interessadas neste convite podem enviar sua manifestação de interesse enviando toda a documentação solicitada para o seguinte endereço de e-mail:

coralflng.procurement@coralflng.com

IMPORTANTE:

O envio do email deve referir-se ao objecto de Anúncio público “ SERVIÇOS DE REALOCAÇÃO INTERNACIONAL E MOBILIDADE GLOBAL” e também ao seguinte código de mercadoria: SS10AA05: SERVIÇOS DE HABITAÇÃO, REALOCAÇÃO E AGÊNCIA IMOBILIÁRIA Sujeito à entrega e conformidade de toda a documentação acima, as Empresas podem receber da Eni Rovuma Basin B.V. o Pacote de Qualificação. A Coral FLNG SA avaliará a documentação solicitada acima e, se estiver satisfeita, incluirá o Fornecedor na lista de editais para serviços de realocação internacional e serviços de mobilidade global. O objectivo das informações e documentos é identificar empresas qualificadas com a capacidade comprovada e a experiência relevante recente a ser considerada para um possível concurso para serviços internacionais de realocação. Este inquérito não será considerado um convite para licitar e não representa ou constitui qualquer promessa, oferta, obrigação ou compromisso de qualquer espécie por parte da Coral FLNG SA de celebrar qualquer acordo ou acordos com a sua empresa, nem permitirá à sua EMPRESA reivindicar qualquer indenização à CORAL FLNG SA. Os dados e informações claramente marcados como “confidenciais” fornecidos de acordo com esta consulta serão tratados como confidenciais pela CORAL FLNG SA e não serão divulgados a pessoas ou empresas não autorizadas. O prazo para envio da Manifestação de Interesse pelo e-mail acima indicado está definido para 13 de Fevereiro de 2020. Quaisquer custos incorridos pelas empresas interessadas na preparação da Manifestação de Interesse serão de inteira responsabilidade das empresas e serão suportados integralmente por aquelas empresas que não terão direito a qualquer reembolso pela CORAL FLNG SA não tendo essas empresas, direito a recurso pela CORAL FLNG SA.



Coral FLNG S.A.
PUBLIC ANNOUNCEMENT
EXPRESSIONS OF INTEREST FOR
INTERNATIONAL RELOCATION AND GLOBAL MOBILITY SERVICES

Coral FLNG S.A. ("COMPANY"), an SPE registered under the laws of the Republic of Mozambique for the development of the **Coral South Project**, the first LNG project in Mozambique based on an under construction first worldwide Deepwater Floating Liquefied Natural Gas plant, invites interested companies, to submit an *Expression of Interest* for the provision of Relocation services in relation to relocation activities and Global Mobility services for COMPANY's Personnel in South Korea, Italy, Indonesia, Mozambique and any other location where the COMPANY will carry out its activities and second personnel.

SCOPE OF WORK

The scope of the work includes the following:

- Provision of moving services including door-to-door shipment of household and personal effects. Shipment is generally by sea freight. CONTRACTOR shall unpack the goods at the local residence and all packing materials and debris removed as per the standard packing and unpacking international best practices. Same process is to be applied for the departure of COMPANY's personnel.
- Immigration assistance i.e. collating of documents for Visas, coordination of the visa process as required. Provide implant service at COMPANY's premises; if required.
- Cultural awareness and onboarding of personnel in new country and provision of welcome packages for easier familiarization for secondees and their families, including COMPANY's employee partner employment assistance program.
- Provision of inductions related to the city/location of destination and briefing.
- Home search services out of Mozambique: real estate short-listing according to COMPANY's Security, HSE and Compliance requirements; lease agreements, may be entered, at COMPANY discretion, into the name of CONTRACTOR, upon satisfactory completion of what here above.
- Home Search in Mozambique: real estate short-listing according to COMPANY's Security, HSE and Compliance requirements; COMPANY will enter, at its sole discretion, into lease agreement in its name upon satisfactory completion by CONTRACTOR of what above and in compliance with COMPANY's policies, procedures and practices.
- Property Viewing Day: accompanied day visits of selected accommodations including transportation
- Property management: Provision, management and payment of utilities. All other services related to the accommodation such as but not limited to regular maintenance, provision and removal of furniture, furniture rental, etc.
- Administrative management upon departure: complete all the necessary activities related to the closing/cancellation of properties, contracts, utilities, furniture rental.
- School: Provision of school search, viewings, enrolment, and payments.
- Provision of mobile phones and support in formalizing mobile phone contracts.
- Transportation Services; including Bus and cab services as required by the COMPANY.
- Travel services; local and international travel bookings. Could include but not limited to: flights, trains, ferries, tolls, hotels and apartments.
- Car registration and driver's license assistance.
- Provision of car hire service with or without chauffeuring services.
- Adhoc services related to expatriate management such as personal insurance provision, payroll services, tax assistance, advisory and compliance services, and printing services.
- Event organisation at country of destination; organisation of corporate or social gatherings could include but not limited to: room or activity booking and catering.
- Provision and payment of training at country of destination for COMPANY's personnel.

DOCUMENTATION REQUIRED

Companies interested in this invitation may submit their Expression of Interest (EoI) to participate in a tender process for "International Relocation and Global Mobility Services" by providing the following mandatory information and documentation:

Technical documents

1. A copy of Company's valid license to operate issued by the relevant authority.
2. Brochure;
3. A high level description of the Project Management System that should be used.
4. Quality Management System certifications and/or Quality Management System compliant with international Quality Standards;
5. Health & Safety Management System certification and/or documents providing the Company compliance with international standards.
6. Evidence of minimum 10 years' experience in the provision of international re-

location and global mobility services, including any relevant reference letter for the provision of similar services in the Oil & Gas industry.

7. Evidence of Company's offices/branches in South Korea, Italy and Indonesia (i.e indicatively but not limited to Articles of Association/Bylaws, Commercial Registration Certificate, Licence to Operate, Tax Registration Number, etc.).

Administrative documents

8. A copy of the commercial legal entity registration certificate, with legal entity name and contact person for receiving qualification and commercial information;
9. COMPANY will accept only EoI in which Companies expressly accept that services to be rendered in Mozambique shall be rendered and billed only by an entity fully incorporated in Mozambique under the Mozambican law (a subsidiary company); therefore, Companies shall prove in its EoI to be incorporated in Mozambique. In the event that at the EoI submission date Company has not obtained yet the required proof of incorporation, it shall demonstrate that the process of incorporation in Mozambique has been already started at the EoI submission date and it shall submit a written declaration stating the date it expects to prove COMPANY of its incorporation in Mozambique; CONTRACT award shall be subject to the full and satisfactory fulfilment of the requirement here above described prior to the date of CONTRACT award.
10. Evidence that Company's entity incorporated in Mozambique has a minimum of 80% local personnel. In the event that at the date of EoI submission Company has not obtained yet the required proof of incorporation, it shall submit a written declaration undertaking that 80% as commitment to be fulfilled at the time of incorporation in Mozambique.
11. A copy of Company's last three years audited financial statements/ Annual Report proving financial capacity for the realization of the scope of work; these documents must be provided for the Company's Group (if applicable) and also for the Company's entity that will potentially enter into the subject contract.
12. Company and its group structure with the list of major shareholders and ultimate beneficiaries (if not listed in the stock exchange).
13. In case Company wish to participate as a consortium or as a joint venture, information about each member of consortium or joint venture and role of each participant in the potential project. Such intention to form either a consortium or a JV, must be supported by an Agreement or "Memorandum of Understanding" duly signed by each entity in the group.

Companies interested in this invitation may submit their Expression of Interest by sending all the requested documentation to the following email address:

coralflng.procurement@coralflng.com

IMPORTANT:

The Email submission must refer to the Public Announcement object "International Relocation Services" and also to the following commodity code:

SS10AA05: HOUSING, RELOCATION & REAL ESTATE AGENCY SERVICES

Subject to the delivery and compliance of all the above documentation, Companies may receive from Eni Rovuma Basin B.V. the Qualification Package.

Coral FLNG SA will evaluate the above requested documentation and, if satisfied, will include the Vendor in the list for invitation to tender for international relocation services and global mobility services.

The purpose of the information and documents is to identify qualified companies that have the proven capability and recent relevant experience to be considered for potential invitation to tender for international relocation services.

This enquiry shall not be considered as an invitation to bid and does not represent or constitute any promise, offer, obligation or commitment of any kind on the part of Coral FLNG SA to enter into any agreement or arrangement with you or with any other company participating in this enquiry.

All data and information provided within the application shall not be considered as a commitment on the part of CORAL FLNG SA to enter into any agreement or arrangement with you, nor shall it entitle your COMPANY to claim any indemnity from CORAL FLNG SA.

Data and information clearly marked as "confidential" provided pursuant to this enquiry will be treated as confidential by CORAL FLNG SA, and will not be disclosed to non-authorized persons or companies.

The deadline for submission of Expression of Interest through the email above indicated is set for 13th of February 2020.

Any costs incurred by the interested companies in preparing the Expression of Interest shall be solely the entire responsibility of the companies, and shall be fully born by such companies which will not be entitled to any reimbursement by CORAL FLNG SA and such companies shall have no recourse to CORAL FLNG SA.

Projectos do MCC

Washington desafia Maputo

A escolha de Moçambique para beneficiar do segundo compacto de ajuda no âmbito dos programas da Corporação do Desafio do Milénio (MCC), do governo dos Estados Unidos da América, é apenas o começo de um processo que levará até dois anos antes da assinatura de um acordo para a fase de execução.

De acordo com o Director Executivo do MCC, Sean Cairncross, a decisão de incluir Moçambique foi tomada em Dezembro passado, pelo Conselho de Administração daquela agência do governo americano, depois de se ter concluído que o país preenchia os requisitos necessários para beneficiar deste modelo de ajuda ao desenvolvimento. O Conselho de Administração tem nove membros, e é dirigido pelo Secretário de Estado. Para além do Director Executivo, os seus membros incluem o Secretário do Tesouro, o Representante do Comércio, o Administrador da Agência para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e quatro representantes do sector privado. Cairncross disse que Moçambique obteve nota positiva “na nossa matriz de desempenho”, que avalia questões relacionadas com a boa governação, reformas económicas e o compromisso do governo em investir para o bem do povo. Com base nestes indicadores, “decidimos unanimemente que havia mérito de iniciarmos uma parceria neste processo”, disse Cairncross. Cairncross esteve na última sema-



Sean Cairncross, Director Executivo do MCC

na em Moçambique para informar pessoalmente o Presidente da República, Filipe Nyusi, sobre a decisão, e iniciar os procedimentos com vista à constituição de uma equipa de trabalho que irá elaborar os parâmetros do projecto, antes da assinatura de um acordo, dentro dos próximos dois anos. A equipa de trabalho será constituída por economistas e analistas do MCC, representantes do governo moçambicano e conselheiros provenientes da sociedade civil, do sector privado e outros sectores da

sociedade moçambicana. A equipa de trabalho irá, de forma “colaborativa” e durante os próximos dois anos, proceder à análise das necessidades. Concluída essa fase, será assinado o acordo, cuja implementação será de cinco anos. A assinatura do acordo, disse Cairncross, “marca o início de um processo de implementação de cinco anos e devemos concluir tudo dentro do tempo e orçamento previstos”. Não se sabe ainda qual será o orçamento, facto que só acontecerá

depois de concluídos os estudos preliminares.

“Este é um processo que se pretende que seja liderado pelo governo de Moçambique e estaremos em contacto permanente para garantir que o projecto tenha um máximo impacto e seja o mais sustentável possível e que beneficie a todo o povo de Moçambique, porque temos um único foco, que é reduzir a pobreza através do crescimento económico”, disse Cairncross.

Encorajar investimentos

Para além disso, acrescentou, o projecto deve lançar as bases para ajudar a desenvolver um ambiente que encoraje o investimento no sector privado, eliminar riscos no mercado e no ambiente de investimentos, através do respeito pelo primado da lei, adopção de medidas que desencorajem a corrupção e contribuam para a transparência no sistema de aquisição de bens e serviços públicos.

“Tivemos um excelente encontro com o Presidente Nyusi; está claro que ele e o seu governo estão comprometidos em abraçar uma parceria com o MCC, e para esse fim já começaram com o processo de identificação da equipa que irá liderar a fase de implementação do projecto”, disse Cairncross.

A forma como os projectos do MCC funcionam significa que eles são implementados por uma entidade independente, denominada Millenium Challenge Account (Conta de Desafio do Milénio-MCA). A equipa, escolhida pelo

governo moçambicano, tem um director executivo próprio, um Conselho de Administração, uma equipa económica e outra de gestão do projecto. Um representante do MCC será designado para fazer o acompanhamento do projecto. O governo de Moçambique deverá participar com um mínimo de 7,5 por cento do orçamento total do projecto que vier a ser aprovado.

“O processo que usamos; a abertura, a transparência, o envolvimento da sociedade civil, a análise económica, tudo isso é feito para garantir que o projecto seja sustentável e exequível, que não induza ao endividamento, que empresas estatais não se apoderem do projecto. Tudo é feito de forma colaborativa, em parceria com o governo, para responder às circunstâncias específicas de Moçambique, para o benefício de todo o povo moçambicano. Esse é o legado que pretendemos deixar”, disse.

O MCC foi criado em 2004, durante a administração do Presidente George W. Bush, tendo Moçambique estado entre o grupo dos primeiros países beneficiários. Contudo, depois da conclusão do projecto Moçambique não conseguiu preencher os requisitos para um segundo compacto, tendo por isso sido afastado do processo.

O primeiro compacto na ordem de mais de 500 milhões de dólares, foi aplicado para diversos projectos de infraestruturas nas províncias de Cabo Delgado, Nampula, Niassa e Zambézia. (F.G)

Tribunal absolve advogado Tomás Timbane

O Tribunal Judicial da Cidade de Maputo rejeitou um pedido da antiga juíza Judite Mahoche de condenação ao antigo e conhecido advogado Tomás Timbane e do cidadão Fenias Leão Langa.

Judite Mahoche, que aguarda um recurso que interpôs contra a sua expulsão da magistratura judicial, pediu ao Tribunal Judicial da Cidade de Maputo que condenasse os três réus ao pagamento de 60 milhões de meticais, por alegados danos provocados pelo seu afastamento pelo Conselho Superior da Magistratura Judicial (CSMJ). Mahoche considera que Tomás Timbane e Fenias Leão Langa estiveram por detrás da decisão do CSMJ. Timbane, ex-bastonário da Ordem dos Advogados de Moçambique (OAM), forneceu alegadas provas de

que Judite Mahoche terá agido à margem da lei, ética e deontologia profissional dos magistrados, quando decidiu dar razão a um grupo de cidadãos acusados de invadir terrenos pertencentes à empresa Milhulameti, no distrito de Marracuene, província de Maputo. A ex-magistrada acusa Fenias Leão Langa de ter secretamente gravado uma conversa em que ela sugeria que estaria disponível para reverter a decisão se os representantes da Milhulameti pagassem subornos.

A magistrada diz, na petição que meteu no tribunal, que as suas declarações foram distorcidas na gravação, com o intuito de comprometer a sua carreira na magistratura. Judite Mahoche acusa Tomás Timbane de ter levado a gravação para o CSMJ, levando o órgão a expulsá-la da profissão. Mahoche acusa os dois de terem levado o material gravado para o semanário Canal de Moçambique, para a divulgação do conteúdo da conversa.

Ao escutar o áudio, o jornal transcreveu a célebre expressão “dobra a oferta, como nos filmes”, supostamente pronunciada pela magistrada, para alegadamente assinalar aos réus da acção que deviam ter superado a proposta os “usurpadores” de terra fizeram à magistrada. Judite Mahoche não tem dúvidas de que sem a gravação do áudio, sem a deturpação do conteúdo da conversa e sem a divulgação pelo Canal de Moçambique ainda hoje estaria na magistratura judicial. Mahoche entende que a conduta de Tomás Timbane e de Fenias Leão Langa feriu não só a sua honra e reputação, como também de todos os juizes. Entretanto, o juiz da causa entendeu a acção intentada pela sua ex-colega de forma diferente. O principal argumento da decisão funda-se no facto de na petição inicial, Judite Simão ter-se queixado do que juridicamente se considera litisconsórcio, ou seja, queixou-se de sujeitos processuais plurais cuja acção de cada um e de

todos os sujeitos a terá prejudicado.

Ora, diante desta realidade, o tribunal entendeu que a queixosa devia ter denunciado e levado todos os sujeitos do litisconsórcio ao tribunal e não apenas alguns. Sem todas as partes interessadas, a acção nunca geraria o chamado efeito útil, porque o caso não ficaria totalmente esclarecido. Por outro lado, considerou que Judite Mahoche não tem nenhuma legitimidade para falar em nome de outros magistrados, até porque foi expulsa pela entidade responsável pela disciplina dos magistrados. Aliás, Tomás Timbane entendeu sem sentido que uma magistrada expulsa por más práticas se sinta com força para se outorgar a defesa da honra dos magistrados. Com a sentença nestes termos, Judite Simão poderá optar por dois caminhos caso entenda dar continuidade ao processo: corrigir os erros elencados e que terão resultado na absolvição da instância dando entrada a um novo processo, ou

então, optar mesmo pelo recurso mostrando desacordo com a decisão proferida.

Mais ou menos com os mesmos argumentos, Judite Mahoche moveu um outro processo contra o mediaFAX, exigindo uma indemnização de 50 milhões de meticais. No caso em concreto, ela acrescenta que a expulsão da magistratura acabou sendo consumada pelo facto de o mediaFAX ter antecipado a decisão de expulsão.

Ou seja, ela entende que a publicação da informação imprecisa de que o CSMJ tinha decidido pela expulsão, quando, na verdade ainda se tratava de suspensão, acabou criando caminho para que dias depois, a expulsão fosse consumada. Ou seja, estabelece ela um nexo de causalidade entre a “informação antecipada” de expulsão e a efectiva expulsão tomada dias depois.

(Redacção)

Coronavírus na China

Moçambique suspende vistos

A embaixada de Moçambique na China diz que ainda não lhe foi notificado nenhum caso de moçambicanos com a doença

O Governo moçambicano reunido, esta terça-feira, na sua segunda sessão ordinária, aprovou a resolução que suspende a emissão de vistos de Moçambique para China e orientou a embaixada moçambicana naquele país para, igualmente, suspender a emissão da autorização de viagem ao país.

A China elevou para 106 mortos e mais de 4.000 infectados o balanço do novo coronavírus detectado no final do ano em Wuhan, capital da província de Hubei (centro).

O anterior balanço apontava para 80 mortos, após 24 novos óbitos registados na província de Hubei, o epicentro do contágio.

Com residência estabelecida, existem na China 475 moçambicanos, grande parte estudantes, mas 30 dos quais estão em Wuhan, a cidade chinesa agora famosa por ser o centro do surto do coronavírus.

Porém, as autoridades moçambicanas adoptam um discurso tranquilizador face ao problema, fazendo notar que ainda não foi notificado nenhum caso de moçambicanos com a doença.

Suspensão de vistos

No entanto, o Governo justifica a



Coronavírus já provocou mais de 100 mortes

decisão de suspensão de vistos com a necessidade de evitar que o coronavírus se propague para Moçambique ou que moçambicanos sejam infectados caso viagem para a China, país no qual o surto eclodiu.

No entanto, quem espera acumular prejuízos é o grupo dos chamados “mukheristas aéreos”, que viajam constantemente para aquele gigante asiático para adquirir bens para posterior revenda no país. A China tem sido visitada por um número cada vez maior de moçambicanos por causa dos preços considerados atractivos

Médico tanzaniano

Por outro lado, um médico da Tanzânia que mora em Wuhan criou um grupo de apoio nas redes sociais para os estudantes africanos para mandar informação a 400 compa-

triotas naquela cidade e a centenas de estudantes africanos na China.

“Eles não fazem ideia do que se está a passar aqui e juntos somos como uma família”, comentou Khamis Hassan Bakari à reportagem da agência Associated Press (AP) sobre o elevado número de africanos que estão “presos” em Wuhan.

“Toda a gente está assustada, com medo de ter de se cruzar com qualquer pessoa”, contou o médico de 39 anos e investigador numa universidade desta cidade industrial de 11 milhões de habitantes, agora com ruas desertas e supermercados praticamente vazios.

Bakari é apenas um dos mais de 80 mil estudantes africanos que habitam na China, estando quatro mil deles em Wuhan, num movimento crescente que se explica pelo aumento da intervenção chinesa em

África nos últimos anos.

Com milhares de estrangeiros presos em Wuhan, e com os países mais ricos, como os Estados Unidos ou o Japão, a preparem planos de ‘resgate’ dos seus cidadãos, este médico a tirar a pós-graduação tornou-se um líder para centenas de africanos com poucas hipóteses de beneficiarem do apoio dos seus países para sair da China.

“Sinto-me como se estivesse preso aqui”, afirmou um estudante etíope em Wuhan, que deu apenas o seu primeiro nome com medo de represálias por parte das autoridades, um cancelamento da bolsa de investigação ou o corte da internet, uma das medidas com que a administração da universidade ameaçou os estudantes que partilhassem vídeos, fotos ou mensagens no WeChat, a principal rede social chinesa, segundo disse um estudante do Gana à AP.

A África do Sul, a economia mais industrializada no continente, já avisou que não vai retirar cidadãos, ao contrário do rei de Marrocos, que ordenou ao governo o repatriamento de mais 100 marroquinos que estão em Wuhan.

A situação, contou outro tanzaniano que faz parte deste grupo liderado por Bakari, “é de pânico, principalmente para os africanos mais recentes que ainda não falam chinês”.

Bakari contou também que este grupo começou a juntar números

de telefone de representantes internacionais em todas as universidades em Wuhan para que os estudantes possam reportar quaisquer faltas de alimentos ou bens, e quais as universidades que são particularmente colaborativas.

“A nossa universidade deu-nos víveres anteontem [domingo]”, afirmou, elencando que recebeu duas caixas de chocolates, bolachas, açúcar, azeite e garrafas de água, e que se os estudantes quiserem circular pela cidade têm de receber autorização, primeiro, e acompanhamento durante a saída do recinto universitário.

“Agradecemos muito o que estão a fazer mas na verdade só saímos se for mesmo necessário”, concluiu o médico investigador africano.

As autoridades de Pequim confirmaram a primeira morte na capital chinesa de uma pessoa infectada pelo novo coronavírus (2019-nCoV), um homem de 50 anos que esteve na cidade de Wuhan, em oito de Janeiro. Um primeiro caso confirmado de contaminação com este vírus foi registado na Alemanha, esta segunda-feira, o segundo país afectado da Europa, depois de França.

Além do território continental da China, também foram reportados casos de infecção em Macau, Hong Kong, Taiwan, Tailândia, Japão, Coreia do Sul, Estados Unidos, Singapura, Vietname, Nepal, Malásia, França, Alemanha, Austrália e Canadá.

Tensão pós-eleitoral

Incertezas persistem na Guiné Bissau

A crise política e institucional adensa-se na Guiné-Bissau, onde a Assembleia Nacional afirma que ainda não há vencedor das presidenciais e que só este pode marcar a tomada de posse, que Umaro Sissoco Embaló queria a 19 de Fevereiro.

A Comunidade Económica de Estados da África Ocidental (CEDEAO) reconheceu a vitória de Umaro Sissoco Embaló nas eleições presidenciais na Guiné-Bissau, e pediu que as instituições concluam o processo eleitoral para que possa haver tomada de posse.

“A Comissão [da CEDEAO] recomenda aos diferentes órgãos e instituições implicadas no processo eleitoral que finalizem rapidamente os seus trabalhos para permitir a investidura do novo Presidente, indispensável à normalização política e institucional da Guiné-Bissau”, diz um comunicado da organização.

O documento felicita Embaló, que “ficou em primeiro no escrutínio”. De acordo com os dados oficiais da Comissão Nacional de Eleições (CNE), o general Embaló, do Movimento para a Alternância Democrática (MADEM-G15), obteve 53,55% dos votos na segunda volta das eleições, a 29 de Dezembro, e



Umaro Sissoco Embaló

o seu adversário Domingos Simões Pereira, do PAIGC, obteve 46,45%. Contudo, o presidente do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), Domingos Simões Pereira, pediu primeiro a impugnação dos resultados e, depois, pediu a recontagem por haver suspeita de fraude pelo facto de a CNE não ter enviado para o Supremo a acta dos resultados finais nacionais como exige a Constituição.

Na semana passada, o Supremo Tribunal emitiu um acórdão referindo a necessidade de se proceder a um novo “apuramento nacional”, porque a acta não foi enviada no prazo legal de 24 horas. Não especificou,

porém, o que quer dizer a frase. Para o PAIGC, o Supremo mandou recontar os votos.

Contudo, depois, o Tribunal Supremo divulgou um comunicado onde frisava que em nenhum momento este acórdão fala de recontagem de votos. O que diz o acórdão é sobre as operações do apuramento nacional”, disse o porta-voz do Supremo Tribunal, Salimo Vieira, citado pela agência Lusa.

A falta de clareza – o que quer dizer proceder ao “apuramento nacional”? – permitiu à CNE declarar, que estavam reunidas as condições para a tomada de posse de Embaló.

Perante a polémica e a confusão em que mergulhou o processo eleitoral,

Umaro Sissoco Embaló anunciou uma reunião, com o presidente da Assembleia Nacional Popular (parlamento), para marcar a tomada de posse para o dia 19 de Fevereiro.

Esta quarta-feira, a Assembleia Nacional emitiu também um comunicado a dizer que não houve qualquer reunião sobre a tomada de posse, acrescentando mesmo que não reconhece Embaló como Presidente eleito – no documento é mencionado como “candidato” – e em que é sublinhado que há um contencioso na justiça que tem que ser resolvido antes de serem tomadas decisões.

O texto da presidência do parlamento diz que é a Assembleia Nacional, e mais ninguém, quem tem poderes para marcar a tomada de posse. Não há, acrescenta, qualquer “disposição normativa no ordenamento jurídico que atribua ao Presidente eleito ou, neste caso, um candidato, os poderes de marcar em conjunto com o presidente da Assembleia Nacional a data da tomada de posse”. A investidura, prossegue o documento, tem lugar numa sessão especial que deve acontecer até 45 dias depois da proclamação dos resultados.

Ora, para o parlamento, onde o PAIGC é o partido com maior representação, esta proclamação de resultados não pode ser feita enquanto

decorre o contencioso.

Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau diz que só decide sobre a tomada de posse do futuro Presidente do país depois de resolvido o contencioso eleitoral que decorre no Supremo Tribunal de Justiça

“Existindo acórdão do Supremo Tribunal de Justiça e a respectiva aclaração sobre o contencioso eleitoral interposto por uma das candidaturas, cuja decisão declara inexistente a acta de apuramento nacional e ordena, em consequência, a realização ‘ab initio’ da operação de apuramento nacional, a Assembleia Nacional Popular considera não preenchidos os pressupostos essenciais para a prática dos actos subsequentes”, refere, em comunicado, o gabinete do presidente do parlamento, Cipriano Cassamá.

No mesmo documento, o presidente do parlamento salienta que sendo o Supremo Tribunal de Justiça “instância suprema de recurso do contencioso eleitoral e sendo as decisões dessa instância de força geral obrigatória e vincula tanto as entidades públicas e privadas, a ANP encoraja e aguarda o cumprimento da decisão da instância judicial competente.

Os Pontos de Fernando Lima

Corrupção

Afinal o combate ao crime também compen-sa. Moçambique subiu três lugares no índice de percepção sobre a corrupção, um índice da Transparência Inter-nacional (TI), representada em Moçambique pelo Centro de In-tegridade Pública (CIP). Muito do conquistado pelo país é resul-tado do relatório que o CIP dis-ponibilizou para o TI. Ter galga-do três lugares não significa estar bem. Estamos na 146ª posição. O melhor PALOP está na 41ª. Isto mostra o fosso que temos de gal-gar para chegarmos a Cabo Verde e São Tomé. Pior que Moçambi-que apenas Guiné Bissau. Angola galgou 7 posições e está na posi-ção 146. Porquê? Moçambique alterou a sua narrativa em relação às dívidas ocultas e há vários ar-guidos à espera de julgamento, mostrou uma PGR mais activa. Angola tem em investigação in-ternacional a filha do antigo PR. No final do ano passado ordenou o arresto dos bens e esta semana procedeu à declaração de Isabel dos Santos como arguida. Estas são as razões de melhoria dos índices e são boas notícias, não obstante o longo caminho em relação aos dois casos. Espera-se que a montanha não venha a pa-rir o rato. Uma das dívidas é in-constitucional, mas continua-se a renegociar. Nada nos garante que os arguidos presos não venham a ser soltos por falta de provas ou outros argumentos reservados aos poderosos.

Um governo a conta-gotas: Há dificuldades para o PR avançar com suas opções? É mais que evidente. Ninguém brinca com este tipo de situações. Três me-ses é muito tempo. Quando se chega a este ponto e faltam pes-soas para admitir e noutros casos usou-se a força, o martelo, não correspondendo à dinâmica glo-bal que Nyusi quis imprimir, isto terá impacto no funcionamento do Conselho de Ministros. No mandato anterior reuniu com grande frequência, habitualmente uma vez por semana. São reuniões colegiais. Não há aquele que fica escondidinho. Cada um tem de se pronunciar sobre reformas, leis, assuntos emergentes ou de con-juntura. É uma escola e uma tur-ma exigente. Os que tiveram mau performance poderão levar cartão vermelho. No Conselho de Mi-nistros, as pontuações são avalia-

das em função das respostas que cada um dá aos programas de que é responsável. Uma gaffe grave poderá determinar o afastamento de um ministro. Não haverá caça às bruxas. Mas os que não tiverem boa performance não ficarão cin-co anos. O PR manteve a sua espinha dor-sal - Em Moçambique ainda há um debate saudável e agressivo nos sectores críticos. E é salu-tar que haja um debate sobre os ministros. Mas muitas vezes os comentários correspondem mais a uma agenda político-partidá-ria. Surgem correntes de opinião que sem muita substância emi-tem pareceres. Acho superficial falarmos de amiguismo. O PR nem sequer conhecia uma parte dos seus “amigos”. Ficaram ami-gos recentemente. Se tenho um ministro valioso, só porque es-teve comigo um mandato tenho de o descartar? Não. A acusação de amiguismo é feita à medida do alfaíate. Há uns que estão há muitos anos, têm mais anos que os “ministros amigos”, mas não são amigos. Afinal quem é amigo? Não cola. Em termos de opinião pública, em termos de desem-penho, pode ser visto se os tais amigos não foram os que tiveram melhor performance. Penso que não há fundamentos. Sobre os “ministérios abandonados”, exis-tem secretários permanentes que asseguram a gestão corrente. Não me quer parecer que o Ministério da Juventude e Desportos e dos Combatentes estejam em chamás porque cessaram funções os ante-riores titulares e não terão sido no-meados outros. Disseram que era uma gaffe não haver ministra da Administração Estatal. Para que serve o secretário permanente? E os directores nacionais? O minis-tério é uma máquina hierarquiza-da e os próprios responsáveis do pelouro não é que a partir do dia em que sai o decreto de saída se exoneram das responsabilidades. Há uma tradição de que os minis-tros cessantes fazem entrega das pastas. Está legalmente inibido de tomar decisões no período que media a exoneração e a tomada de posse do novo titular. Inclusive deviam auto-inibir-se da toma-da de decisões de fundo desde as eleições até novo Governo to-masse forma, uma vez que se cria temporalmente este período de interrogação e indefinições. Mas seria para prevenir que determi-nados titulares que eventualmen-

te sabem que vão cessar que to-mem determinadas decisões que eventualmente são revertidas pelo ministro a seguir. A questão dos amigos é mais uma opinião que respeito, mas não penso que tenha fundamento. É mais uma arma de arremesso contra o argumento de que o Presidente se quis rodear dos mais competentes no segun-do mandato. Verónica Macamo e Margari-da Talapa são caras novas? Não são caras novas. Fazem há muito tempo parte da nomenclatura do poder deste país. Há outras expli-cações que justificam a sua inclu-são no Governo. Há observações do PR que não foram cumpridas. Acho que parte das declarações do PR nas várias intervenções pú-blicas tinham destinatários bem identificados. Equilíbrio entre a juventude e ve-terania? Não. O desempenho do Governo deve passar por homens, mulheres, veteranos, decanos, de Cabo Delgado a Maputo, mas, no fim do dia, o que os moçambica-nos querem não são corredores de fundo e velocistas, mas que cada um tenha um desempenho pleno. “Que serve o país com o máximo das suas forças”, como acho que está no juramento. Não há quem esteja predestinado. Claramen-te houve remendos, imprevistos e embaraços de última hora. Na tradição da Frelimo, nunca se ex-plica publicamente, mas mais tar-de saberemos. Ana Comoana e a descentrali-zação - A sua nomeação merece uma questão prévia. A questão da descentralização é um desa-fio que a ultrapassa. É uma nova aprendizagem para todos: gover-no, governados, directores, etc. o pacote é infeliz e adulterado, manipulado. O espírito do pacote de descentralização iria revolver Dhlakama na sua tumba. Isto é uma traição. Os chefes de polícia, os secretários de Estado. Nunca ouvi Dhlakama falar de secretário de Estado. Os que tinham pavor da descentralização, se pudessem prever que as falcatruas eleitorais tivessem dado este resultado, es-tou quase certo de que não seria considerada a figura de secretário de Estado. Os administradores colocados onde a oposição gover-na nas autarquias, são exactamen-te forças de bloqueio para invia-bilizar as funções dos chefes dos executivos municipais. Mesmo seria para prevenir que determi-nados titulares que eventualmen-



Governo de Nyusi foi nomeado a conta-gotas

vernador são da Frelimo vai haver confusão. Como será exercida a cultura de poder? Já se fala de si-rene e palácio. São coisas ridiculas e folclóricas. O ideal era que não houvesse o cortejo de motinhas. Se calhar, se um Governador se passear sem aquele aparato secu-ritário à sua volta, as pessoas vão dizer que ele é uma pessoa qual-quer, e, “na nossa cultura” é pecami-noso achar que o Governador é igual a tantas outras pessoas. Isto é que devia ser o normal. Outras figuras do país são reconhecidas e respeitadas, exactamente pela sua personalidade e não por terem 10 seguranças à volta. Ainda vai de-morar muitos anos para retirar os salamaleques. Morre a vontade do povo que ele-ge o governador e entra a do chefe que coloca os secretários - há ou-tros elementos de conflitualidade: a personalidade do Governador e a do Secretário de Estado, mais ou menos interventivos, formais e vice-versa. Em muitos dos conflitos o PR vai intervir ou a ministra da Administração Estatal vai ter que intervir. Não conheço a ministra como interventiva. Não conheço o seu desempenho no ministério

do Turismo. Mas em termos de políticas de conhecimento pú-blico é um desastre. Não tenho nenhuma dúvida que ela se sinta muito confortável em lidar com matérias legais. Mas os ministros não são apenas técnicos jurídicos. Eles têm de tomar as melhores decisões. Não porque têm a capa-cidade de interpretar a lei. Vai ser um ministério muito complicado e difícil e há um sério ponto de interrogação sobre o dar conta do recado neste ministério. Mas há sempre que esperar o melhor. Ao invés dos apparatchiks, o PR podia colocar pessoas fora da ór-bita do partido Frelimo- Podia ser. E seria uma decisão acertada. Mas o partido Frelimo não está preparado para essas aberturas e nomeações fora do partido. A li-nha de fundo é que quem ganha tem os poderes de apontar os ganhadores ganhos pelo voto. É esta a lógica de poder. Esta lógica de vencedor levou-nos a proble-mas de percalço. Parte do confli-to recente resulta desse princípio reducionista. “A Renamo que se prepare para voltar a concorrer e lá veremos se conseguiu lugar nos governos”. Isto é uma pers-

pectiva pouco visionária. É pouco dizer que a Renamo e MDM se contentem com os membros que tem no parlamento e nas assem-bleias provinciais. Com a situação da fraude que houve nas eleições, que paira nas mentes do país, seria pacificador que se estendesse este ramo de oliveira aos moçambica-nos que pensam diferente. Não foi esta a perspectiva dos órgãos da Frelimo, e para já, o que temos, o vencedor ocupou todos os lugares de direcção. Penso naquelas argu-mentações esfarrapadas de dizer que o Presidente Chissano tentou inclusão com um PCA nos Cor-reiois de Moçambique e que Nyu-si chamou Daviz Simango para o Conselho de Estado. É um gesto simbólico e não corresponde à in-clusão e abrangência que ficaria bem. Há despreocupação em re-lação a estes elementos de fundo. O importante é dar “jobs for the boys”. Há muita desqualificação, de que são recompensas do apare-lho partidário, pouca visão e refle-xão. Houve mais preocupações de qualidade com o Governo central. Polícias assassinos promovidos- A ser verdade é grave. Se não fosse o homicídio envolvido ... faz-me

lembrar a gaffe em que os Go-vernadores leram um juramento que não lhes pertencia. Mas nos comunicados da Presidência, em quase todas as decisões anuncia-das, há um comunicado a corrigir o anterior. Pela minha investiga-ção, é possível que seja uma gaffe ram de teor administrativo, no meio de tantas promoções estavam lá aqueles nomes. Mas quem está na direcção tem a obrigação de ler tudo minuciosamente, porque há armadilhas e questões apresenta-das de propósito e o responsável é quem assina. A PRM já reco-nheceu estes polícias como au-tores materiais do assassinato de Anastácio Matavele. Não tenho palavras para descrever o que re-presentam essas nomeações em relação a uma pessoa que foi as-sassinada. É um escárnio para as organizações da sociedade civil ver polícias que assassinaram um activista serem promovidos. Não foram prometidos dinhei-ro, mas promoções - A maneira como este caso se desenrola mos-tra que também há um sentimen-to de repugnância nas instituições envolvidas, de se distanciarem do que foi feito. É pouco usual que

tanta informação esteja a ser va-zada, por solidariedade, à pessoa baleada. Não é um caso qualquer. A polícia, a instituição policial fi-cou abalada. Eles não são todos bandidos. Se o fossem estaríamos no caos. A PGR está a promover deten-ções a pessoas “ligadas” à Junta Militar- Entre as pessoas que es-tão a ser ouvidas há aliados de Os-sufo Momade, logo não é uma ac-ção selectiva. Mas não tenhamos ilusões, os vistos como críticos da liderança de Momade estão a ser encostados. Para além das amea-ças, as instituições estão a gerir o caso como um problema de lei e ordem e não um assunto políti-co. Em conflitos anteriores houve contenção em levar o espírito da lei à letra. Afonso Dhlakama seria proscrito e estaria a pôr em cau-sa as instituições ao fazer ataques nas estradas do país. Até agora, há civis que intentaram acções no tribunal. Para serem ressarcidos por perda de bens, vidas humanas. No caso da Junta Militar, há duas detenções de pessoas ligadas à Renamo. Quem apoia a Junta está a cometer ilícitos criminais. Para dizer que os elementos da Junta são fora da lei. A actual direcção da Renamo dá apoio a esta actua-ção. Manteigas veio fazer analo-gia com Urias Simango ao dizer que havia diferenças no seio do movimento de libertação. Por isso a direcção da Frelimo o margina-lizou e fuzilou. Luanda Leaks: É um caso im-portante para todo o continente africano, uma vez que podíamos replicar a situação de Isabel dos Santos, incluindo em Moçam-bique. Salvo raras excepções, os filhos dos PR's não têm uma estrelinha na testa que os trans-forma em milionários, caçadores de fortuna ou “empresários de sucesso”. Eles são normais como qualquer pessoa, tem dias feli-



Mariano Nhongo, líder da Junta Militar da Renamo

zes, dias maus, como qualquer outro cidadão. É um regime de cleptocracia que permite que os filhos dos dirigentes sejam con-siderados especiais e se benefi-ciem de circunstâncias especiais. O seu sucesso na vida não deriva de capacidades e competências, mas de protecções especiais. E agora começa a desculpabiliza-ção. Quem pode atirar a primeira pedra. Porque é que o presidente Nyusi desencadeou o processo contra os envolvidos nas dívidas ocultas, se ele é parte? Os seus de-tractores dizem que ele é parte e esteve envolvido nas decisões. Na minha análise esta argumentação podia levar-nos ao imobilismo. Será que queremos sair do pân-tano? Muitas vezes não é porque queiramos. Há uma conjuntura que nos rodeia, pressiona e nos leva a que determinadas acções sejam tomadas. Espero que as ac-ções contra Isabel dos Santos não sejam uma caça às bruxas. Que seja tudo apurado em tribunal de Direito. Que outras pessoas liga-das ao MPLA sejam escrutinadas sobre a origem das suas fortunas.



Isabel dos Santos no centro de Luanda Leaks

O que está a acontecer é que este império de Isabel dos Santos está a cair como um castelo de cartas. Se fosse tudo limpo, não teriam sido tomadas essas decisões para venda de acções, incluindo em Estados estrangeiros. Há hipocrisia ocidental porque ela não foi com dinheiro em sa-quinhos- Sabiam o que estava a acontecer. Como no caso de Moçambique. Um país que mo-vementa 100 milhões de dólares, 300 milhões de uma vez entra no radar do sistema internacional. Estas transações são imediata-mente investigadas. No caso de Moçambique, havendo operações direccionadas para um paraíso fis-cal no Médio Oriente, mas “dei-xou-se andar o marfim”. No caso de Isabel dos Santos, há muito que estas questões estavam a ser assinaladas. Quando Portugal estava em crise usou dinheiro de Isabel para recompor as suas fi-nanças. Basta ver o chamado Eu-robic. Foram cinco mil milhões que recebeu do Estado português enquanto BPN, para depois ser vendido a 50 milhões de euros a Isabel dos Santos. Algo esteve er-rado. Uma parte do dinheiro para injectar no exterior veio da So-nangol quando Isabel era dirigen-te máxima da petrolífera pública.

Nota: excertos editados dos “Pontos de Fernando Lima”, programa di-rigido por Francisco Carmona, emi-tido às sextas-feiras, pelas 19 horas na rádio SAVANA100.2FM. Com-pilação de Rafael Ricardo. A versão integral de todos os programas pode ser vista em www.savana.co.mz, no Facebook, YouTube ou no canal TTM.



PEDIDO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE PARA LIMPEZA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSUMÍVEIS PARA ESCRITÓRIO E CASAS EM MAPUTO

Eni Rovuma Basin B.V. – Sucursal de Moçambique, convida as empresas interessadas a submeter a sua Manifestação de Interesse para prestação de serviços, em Moçambique – principalmente em Maputo, para:

- *Limpeza de Escritório;*
- *Serviços de limpeza doméstica;*
- *Fornecimento de produtos, materiais e equipamentos de limpeza;*
- *Prestação de 'Messenger Boy';*
- *Prestação de serviços completos de controle de pragas;*
- *Serviços ou materiais adicionais (a custo reembolsável);*
- *Eliminação de resíduos (excepto resíduos perigosos);*
- *Abastecimento de água (usando caminhão de água);*
- *Serviços de coleta e disposição de esgotos;*

ÂMBITO DO TRABALHO

Para atender às necessidades e requisitos estatutários do Escopo desta Manifestação de Interesse, abaixo da lista de atividades incluídas:

Atividade de rotina

- a realização de todos os trabalhos necessários para a manutenção de serviços e condições de trabalho nos escritórios da EMPRESA em relação ao presente escopo de trabalho;
- A realização dos Serviços de Limpeza em conformidade com o cronograma proposto, nos Escritórios da EMPRESA
- Gerenciamento de todas as atividades acima;
- Relatórios periódicos.

Atividades extras de rotina

- - Trabalhos de limpeza extraordinários
- - Gerenciamento de escritório
- - Atividades de compras
- - Controle de pragas
- Fornecimento de consumíveis / bebidas de escritório

Todas as atividades acima descritas devem ser executadas de acordo com as normas locais, internacionais e da EMPRESA de Higiene e segurança no trabalho, para a salvaguarda da saúde e segurança dos trabalhadores e da lei local de trabalho.

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA

As empresas interessadas neste convite podem enviar sua manifestação de interesse, fornecendo, através do link especificado abaixo, as seguintes documentações:

I. Documentos técnicos:

- a) Descrição e localização das lojas e escritórios do contratante;
- b) Organograma da empresa contratada;
- c) Número de anos no mercado que presta SERVIÇO semelhante;
- d) Lista de referências a quem está / estava prestando SERVIÇO semelhante;
- e) lista de documentos do Sistema de Gerenciamento de SMS que evidenciam alinhamento com os padrões internacionais (por exemplo, ISO 14001; BS 18001 ou ISO 45001) e / ou evidência de Sistema de Gerenciamento de SMS certificado.

I. Documentos administrativos:

- a) Cópia autenticada digitalizada do Registro de Comércio, do nome da Pessoa Jurídica e da pessoa de contato para receber o pacote de qualificação e outras informações relevantes da Bacia Eni Rovuma B.V.;
- b) Demonstrações financeiras e relatório anual dos últimos três anos, incluindo balanço patrimonial, demonstração de resultados e fluxo de caixa. Esses documentos devem ser fornecidos ao Grupo da Empresa (se aplicável) e também à entidade registrada da Companhia em Moçambique que celebrará o contrato em questão;
- c) Registro da empresa em Moçambique. Caso sua empresa ainda não

esteja registrada em Moçambique, especifique se você deseja se registrar imediatamente em Moçambique e especifique a respectiva linha do tempo;

d) Estrutura da empresa e do grupo com a lista dos principais acionistas e beneficiários finais (se não listados na bolsa de valores);

e) Caso você deseje participar da Manifestação de Interesse como consórcio ou empreendimento conjunto, informações sobre cada membro de consórcio ou empreendimento conjunto e papel de cada participante no projeto em potencial. Essa intenção de formar um consórcio ou uma JV deve ser apoiada por um Contrato ou "Memorando de Entendimento" devidamente assinado por cada entidade do grupo;

f) Licenças relevantes exigidas pela lei moçambicana para executar os serviços de gerenciamento de resíduos e coleta e disposição de esgoto.

As Empresas interessadas deverão submeter a sua Manifestação de Interesse providenciando toda a documentação solicitada acima, através do nosso website (Eni Rovuma basin B.V. - Aplicação):

https://esupplier.eni.com/PFU_en_US/enisupplier.page

para apoio, entre em contato com o nosso serviço de suporte através do email:

e-mail: ebusiness.support@eni.com

uma vez submetida a EOI no nosso website, o numero da aplicação deverá ser partilhado por

Email: erb.procurement@eni.com

IMPORTANTE:

A submissão deverá fazer referência ao Anúncio Público e ao seguinte código

SS11AB01- *Cleaning Services*;

No aplicativo do website, na seção "Objeto do Aplicativo", a área "Origem do convite" deve ser preenchida da seguinte forma:

SERVIÇOS DE LIMPEZA PARA ESCRITÓRIOS E CASAS DE MAPUTO.

Sujeito à submissão e conformidade de toda a documentação acima, as Empresas poderão receber o Pacote de Qualificação, e podem ainda ser incluídas no processo de licitação para as referidas actividades.

A presente consulta não deve ser considerada como um convite à apresentação de propostas e, portanto, não representa nem constitui qualquer promessa, obrigação ou compromisso de qualquer tipo por parte da Eni Rovuma Basin B.V., de celebrar qualquer acordo ou memorando de entendimento com qualquer Empresa que participe desta *Manifestação de Interesse*.

Qualquer custo incorrido pelas Empresas interessadas na preparação da *Manifestação de Interesse* será da total responsabilidade das Empresas que não poderão recorrer a este respeito à Eni Rovuma Basin B.V.

Todos os dados e informações fornecidos ao abrigo desta *Manifestação de Interesse* serão tratados como estritamente confidenciais e não serão divulgados ou comunicados a pessoas ou empresas não autorizadas.

A data limite para submissão da *Manifestação de Interesse* pelo website acima indicado é fixada para **07 de Fevereiro de 2020 às 23:59 CAT**. A documentação recebida após a data e hora indicada não será aceite.



EXPRESSION OF INTEREST
FOR CLEANING AND PROVISION OF CONSUMABLE SERVICES FOR MAPUTO
OFFICES AND HOUSES

Eni Rovuma basin B.V. – Mozambique Branch invites interested companies to submit expressions of interest for the Provision of Cleaning and consumable services, in Mozambique – Maputo, below listed the main services requested:

- Office Cleaning;
- House Cleaning Services;
- Provision of Cleaning Products, Materials and Equipment;
- Provision of Messenger Boy;
- Provision of Full Pest-Control Services;
- Additional Services or Materials (at reimbursable cost);
- Waste Disposal (except for hazardous waste);
- Water supply (Using Water truck);
- Sewage collection and disposal services;

SCOPE OF WORK

In order to meet the needs and statutory requirements to the Scope of this Expression of Interest, below the list of activities included:

Routine Activities

- The carrying out of all works necessary for the maintaining in working and safe conditions Services in COMPANY’s Offices in relation to the present scope of work;
- The carrying out of Cleaning Services in conformity with the schedule proposed, in COMPANY’s Offices
- Management of all above activities;
- Periodical reporting.

Extra Routine Activities

- Extraordinary Cleaning works
- Office Management
- Procurement activities
- Pest Control
- Provision of office Consumables/Beverages

All activities above described are to be executed in accordance with Local, COMPANY and international HSE norms for the safeguard of workers’ health and safety and Local Labour Law.

DOCUMENTATION REQUIRED

Companies interested in this invitation may submit their Expression of Interest by providing, through the below specified link, the following documentations:

I. Technical documents:

- a) Description and location of Contractor stores and office;
- b) Contractor Company Organigram;
- c) Number of years in the market providing similar SERVICE;
- d) List of references to whom is/was providing similar SERVICE;
- e) HSE Management System list of documents evidencing alignment with international standards (e.g. ISO 14001; BS 18001 or ISO 45001) and/or evidence of certified HSE Management System.

II. Administrative documents:

- a) Scanned certified copy of the Trade Register, Legal Entity name and contact person for receiving qualification package and other relevant information from the Eni Rovuma Basin B.V.;
- b) Last three years Financial Statements and Annual Report including Balance Sheet, Profit and Loss and Cash Flow Statement. These documents must be provided for the Company Group (if applicable), and also for the Company’s Mozambican registered entity that will enter into the subject contract;
- c) Company’s registration in Mozambique. In case your Com-

- pany is not already registered in Mozambique, please specify if you would be willing to promptly register in Mozambique and specify the respective timeline;
- d) Company and Group Structure with the list of major Shareholders and ultimate beneficiaries (if not listed in the stock exchange);
- e) In case you wish to participate in the Expression of Interest as a consortium or as a joint venture, information about each member of consortium or joint venture and role of each participant in the potential project. Such intention to form either a consortium or a JV, must be supported by an Agreement or “Memorandum of Understanding” duly signed by each entity in the group;
- f) Relevant licenses required by Mozambican law to perform the services of waste management and collection and disposal of sewage.

Companies interested in this invitation may submit their Expression of Interest by registering the company on our website (Eni Rovuma basin B.V. Application):

https://esupplier.eni.com/PFU_en_US/enisupplier.page

For any issues and support, you can contact our service operations support:

e-mail: ebusiness.support@eni.com

Once submitted the EOI within the website application, your application I.D. number must be Shared to:

e-mail: erb.procurement@eni.com

IMPORTANT:

The submission must refer to the Public Announcement and to the following commodity code:

SS11AB01- Cleaning Services;

Within the website application, under the section “Object of the Application”, the area “Origin of invitation” shall be completed as follows: “CLEANING SERVICES FOR MAPUTO OFFICES AND HOUSES”. Subject to the delivery and compliance of all the above documentation, Companies interested in this Expression of Interest may receive from Eni Rovuma Basin BV the Qualification Package. This enquiry shall not be considered as an invitation to tender and therefore it does not represent or constitute any promise, obligation or commitment of any kind on the part of Eni Rovuma Basin B.V., to enter into any agreement or arrangement with you or with any Company participating in this *Expression of Interest*.

Any cost incurred by interested Companies in preparing the *Expression of Interest* shall be fully born by such Companies who shall have no recourse in this respect to Eni Rovuma Basin.

All data and information provided pursuant to this *Expression of Interest* will be treated as strictly confidential and will not be disclosed or communicated to non-authorized persons or companies.

The deadline for receipt of *Expression of Interest* by the website address indicated above is set at **07 February 2020, 17:00 Central Africa Time**. Documentation received after the set deadline will not be accepted.

EDITORIAL

Com polícias no hospital, os criminosos estão à solta

Na semana passada, numa parada para o patenteamento de alguns oficiais, o Comandante Geral da Polícia (PRM), Bernardino Rafael, fez uma grande revelação, dando a conhecer que 4 600 agentes da corporação se encontravam fora de serviço devido a doenças de várias naturezas.

Rafael anunciava aquele facto como forma de persuadir os seus agentes a se sujeitarem a um regime de consultas médicas regulares, como forma de tomarem conhecimento atempado sobre o seu estado de saúde.

O que é interessante é que o Comandante Geral da PRM não se apercebeu do seu próprio papel, em particular, e do Estado em geral, na garantia de uma melhor qualidade de saúde para um grupo de profissionais cuja missão é manter a segurança interna do Estado. Sim, a polícia é o garante do nosso sossego, e por isso merece um tratamento especial, que garanta que os seus agentes levem uma vida estável e saudável.

É verdade que pode ser arriscado defender esta classe profissional, devido a certos comportamentos desviantes em que alguns dos seus membros se têm envolvido, facto que leva a que muitas vezes a corporação no seu todo seja alvo de censura pública. Mas também é importante que se saiba fazer uma clara distinção entre elementos nocivos que militam nas fileiras da polícia e o papel fundamental que a corporação, como instituição, deve desempenhar na proteção da sociedade. Há polícias honestos e profissionais, e há criminosos que nunca devem envergar uma farda com as insígnias da República.

E pode ser até que a ausência de um sistema de proteção social, especificamente dirigido aos elementos da corporação, seja um dos elementos que contribuem para o tipo de problemas que de certo modo desprestigiam a organização.

O Comandante Geral, ao deplorar esta elevada taxa de absentismo, não se questionou a si próprio sobre o que pode fazer para minimizar a situação.

Pelo regime laboral a que os agentes da polícia estão sujeitos, nomeadamente o trabalho nocturno, de armas em punho ou a tiracolo, o confronto com situações que muitas vezes podem levar à depressão, assim como os elevados índices de violência com que eles muitas vezes são obrigados a enfrentar, não seria exagerado afirmar que eles podem ser potenciais vítimas de patologias ocupacionais que exigem um acompanhamento regular e o devido tratamento. Infelizmente não existem unidades sanitárias nem pessoal médico especializado para lidar com esta classe de problemas.

Por exemplo, deveria ser uma norma estabelecida que agentes da polícia, com alguma periodicidade obrigatória, se sujeitassem a uma observação médica que permita detectar sinais de perturbação que se não tratadas podem, elas próprias, representar um perigo à mesma sociedade de que eles são supostos protectores.

Um regime alimentar e nutricional especial para a polícia também não pode ser visto como uma trivialidade, se a sua prontidão tiver que ser garantida como um elemento fundamental para o trabalho que os agentes da corporação são chamados a realizar. Não há ginásios próprios para os agentes fazerem uma manutenção física de rotina. Muitas vezes, para evitar fazer o que devia ser aconselhável, recorre-se à narrativa de que um país pobre como Moçambique não estará em condições para introduzir sistemas que promovam o bem estar dos seus profissionais, mas o certo é que no caso da polícia, os prejuízos acumulados manifestam-se nos baixos níveis de saúde e de prontidão física para os seus agentes, resultando em danos ainda maiores como, por exemplo, a que Bernardino Rafael se referia.

É em parte pela ausência destes mecanismos de proteção social que, muitas vezes, cidadãos são interpelados por agentes policiais que em plena via pública e em serviço pedem ajuda para se alimentar. Quem está armado nunca pede ajuda; dá uma ordem, a que o cidadão só pode negar por conta e risco próprio.

Estas são algumas questões que com algum nível de organização e de criatividade podem ser abordadas de uma forma que se crie uma força policial mais profissional e respeitada por todos os cidadãos de bem. Pois de outro modo, enquanto os agentes da polícia estão nos hospitais, os criminosos estão à solta.

Cartoon



POR ANTÓNIO CABRITA



Fadiga das Pedras

Alberto Manguel, o escritor argentino, conta-nos, em *No Bosque do Espelho* o duro coice que o atingiu quando lhe disseram que o professor que mais importância tivera na sua formação e no gosto pela literatura era um bufo da ditadura argentina, o primeiro carasco dos seus alunos. É compreensiva a reacção de Manguel, devido ao anelo das emoções, mas labora um erro de perspectiva: a arte ensina a compaixão desde que estejamos *comprometidos* com ela, e, pelo contrário, funciona unicamente como mais um expediente quando dela nos *servimos* para outro tipo de intenções, se com ela travamos uma relação de heteronomia, de entretenimento.

O problema não está na arte, mas no tipo de *“encontro”* ou de *“pacto”* que com ela entabulámos. Manguel e o seu professor percorreram os mesmos livros de forma muito diferente, o asombro, o mistério e o diálogo com a alteridade que transformavam Alberto Manguel parecia ter eco no *teatro de efeitos* do seu professor – mas isso apenas configurava uma enganosa coincidência de percursos.

O Mal não abdica, não é uma privação do Bem, e aflora pela facilidade com que tendemos a desligar-nos da realidade, ou preferimos desrealizá-la, duplicando-a, a comprometer-nos no seu fluxo. Tudo começa nas modulações com que as ideologias nos alienam. Corrompidos, restam poucos recursos morais: um deles pode ser o comprometimento com a arte – esta, a espaços, nutre a compaixão que nos desarma.

Se há quinze anos me ouvisse proferir a palavra compaixão daria uma gargalhada ou puxaria da minha pistola de *esquerda*. Era-me uma palavra abominável. Admitia lá coisas que não passassem *pela minha decisão*? Porque a compaixão é um sentimento transindividual.

Entretanto, há coisas imperdoáveis e a própria percepção do que seja ou

não tolerável é uma fronteira flutuante.

Pensemos no escândalo francês do momento: o escritor Gabriel Matzneff, acusado de pedófilo agora, quando há 40 anos que descreve e exhibe as suas aventuras com menores. O caso incomoda, a vários títulos. Todavia, também neste: quer regular-se excessivamente, de uma forma obsessiva e doentia, os limites da liberdade e do que seja um comportamento normal. Lembro a histeria da pedofilia em Portugal por causa do processo da Casa Pia: mais grave que os actos praticados por uns quantos pedófilos sobre uma dúzia de rapazes foi a barragem de medo com que os media destroçaram a confiança de uma geração de crianças que deixou de ir brincar para a rua. Os jardins das cidades ficaram vazios, os pais estavam em pânico e incutiam-no nas crianças. Um efeito mais grave do que o risco (diminuto) que as crianças corriam até então de encontrar um pedófilo. Depois de Matzneff vai querer catar-se na história da literatura, e Dante, Almeida Garret, Sade vão ser os primeiros a serem proibidos.

Não é coincidência esta cruzada moralista acontecer numa época em que o Presidente do país mais poderoso do mundo é sujeito a um impeachment e ninguém acha que a democracia sofre um estupro quando Donald Trump, escreve num twitter, domingo passado, com o processo a decorrer, que o deputado democrata que lidera o processo de impeachment contra ele, Adam Schiff, “ainda não pagou o preço pelo que fez à América”, fazendo uma ameaça nada velada.

Não é coincidência poucos acharem que a democracia esteja sob estupro quando um vídeo revelado dia 25 demonstra que o presidente quis correr com uma embaixadora americana que não lhe cedia às intenções, que Trump mentiu ao jurar que não conhecia o seu emissário na Ucrânia; ou quando John Bolton, republicano, acaba de confirmar que os democratas têm razão.

Que isto se passe às claras, exposto num vídeo e que metade do mundo não veja nestas acções nada de imoral é sintoma de falência simbólica. E ficará o mundo mais perigoso e enfadonho à medida que a pornografia cresce.

Coitado do Clinton, quase caiu por causa de um charuto e da labilidade de alguns orifícios! E Clinton mentiu à mulher e ao país por decoro. Trump, pelo contrário, mente compulsivamente e com descaro; se apanhado em flagrante é fake news, diz.

A mesma loucura, no Brasil. Os vazamentos da Intercept Brasil demonstraram que Moro e os procuradores da Lava Jato tinham um projecto político de perversas intenções, mas a única coisa que metade dos brasileiros quer reter é a dúvida sobre os jornalistas obtiveram as suas informações de “forma legal”, como se Sérgio Moro e companhia tivessem manipulado a seu contento a paisagem jurídico-política do país de “forma legal”.

É paradoxal que os eleitores que se diziam saturados dos políticos reajam afinal contra os mecanismos de vigilância da política e troquem os programas políticos pelo carisma dos políticos mais batoteiros. Eis o mundo cansado de si mesmo, como se houvesse uma imensa fadiga das pedras. Tal como acontecia com o professor de Alberto Manguel com a literatura o nosso comprometimento com a realidade está a ficar espúrio, mais motivado pelo jogo das aparências e da ventriloquia do que pelo vínculo a qualquer fidelidade, a qualquer busca de dignidade.

E se a prática da política já não é o sentimento da “filia” (o sentimento do nós), da necessidade de reparação (social e económica) ou da vergonha e pelo contrário se esvazia de qualquer pudor, quem nos assegura que não estamos a ficar inclusive privados de instrumentos para que ela funcione como o evitamento da guerra?

SAVANA

INDEPENDÊNCIA ★ INTEGRIDADE

Registado sob número 007/RRA/DNI/93
NUIIT: 400109001

Maputo-República de Moçambique

Propriedade da

mediacoop SA

KOK NAM
Director Emérito
Conselho de Administração:
Fernando B. de Lima (presidente)
e Naita Ussene
Direcção, Redacção e Administração:
AV. Amílcar Cabral nr.1049 cp 73
Telefones:
(+258)21301737,823171100,
843171100
Editor:
Fernando Gonçalves
editorsav@mediacoop.co.mz

Editor Executivo:
Francisco Carmona
(franciscocarmona@mediacoop.co.mz)

Redacção:
Raúl Senda, Arginaldo Nhampossa e
Armando Nhantumbo

Fotografia:
Naita Ussene (editor)
e Illec Vilanculos

Colaboradores Permanentes:
Fernando Manuel, Fernando Lima,
António Cabrita, Carlos Serra,
Ivone Soares, Luís Guevane, João Mosca,

Paulo Mubalo (Desporto) e
Venâncio Calisto (Cultura).
Colaboradores:
André Catueira (Manica)
Aunício Silva (Nampula)
Eugénio Arão (Inhambane)

Maquetização:
Auscência Machavane e
Hermenegildo Timana.

Revisão
E.P.
Publicidade
Benvidinha Tamele (82 3171100)
(benvidinha.tamele@mediacoop.co.mz)

Distribuição:
Miguel Bila
(824576190 / 840135281)
(miguel.bila@mediacoop.co.mz)
(incluindo via e-mail e PDF)
Fax: +258 21302402 (Redacção)
82 3051790 (Publicidade/Directo)
Delegação da Beira
Prédio Aruanga, nº 32 – 1º andar, A
Telefone: (+258) 82 / 843171100
savana@mediacoop.co.mz
Redacção
adm@mediacoop.co.mz
Administração
www.savana.co.mz

Ufolo: o papel-chave da sociedade civil em Angola

Por Rafael Marques de Morais

A liberdade conquista-se. A liberdade não surge do nada, antes se constrói todos os dias, e num ápice pode ser arrasada. É preciso lutar por ela e pela sua preservação. Ora, o ponto de partida e de chegada do novo Centro de Estudos Ufolo para a Boa Governação é precisamente a liberdade, no sentido do não-domínio de uns pelos outros e da possibilidade de desenvolvimento da pessoa com dignidade, com meios de subsistência e sem obstáculos. A nossa actividade terá como grande objectivo contribuir para alcançar e manter essa liberdade. Queremos acreditar que Angola vive um tempo novo, um tempo de novas possibilidades e oportunidades. O fosso entre os cidadãos e as instituições públicas tem de ser superado, e as organizações da sociedade civil, como o Centro Ufolo, podem e devem desempenhar um papel essencial para eliminar esse fosso e para introduzir mudanças sociais reais e positivas. Há várias razões para lutarmos por mudanças. A maioria dos angolanos vive na pobreza, muitas pessoas passam fome, a educação, a saúde e os serviços sociais básicos têm-se degradado sistematicamente. Entre as principais causas de tudo isto estão a corrupção e a incompetência, que continuam a ser os maiores desafios na nossa sociedade. Acreditamos que existem agora condições para a mudança. É tempo de criarmos e consoli-

darmos os espaços públicos que são tão urgentes para o exercício pleno da cidadania. A sociedade angolana e o conceito de bem comum foram retalhados por uma ditadura corrupta de mais de 40 anos. É tempo de os reconstruir. Durante décadas, assistimos ao triunfo da mediocridade, do medo e da demolição dos nossos valores morais. É tempo de dar lugar à solidariedade, à integridade e ao mérito. Só assim, com o empenho livre, democrático e pró-activo dos cidadãos, poderemos contribuir para a boa governação, o progresso social, o desenvolvimento humano e económico. Este tempo novo não depende apenas de um presidente da República ou do esforço de uma pequena elite. Deriva, sim, do movimento consentâneo de todo um povo, pois é entre a população que se forma a mentalidade de onde surgem as ideias para a liderança. Povo e governação estão indelivelmente ligados, e é fundamental transformar assertivamente as mentalidades. A sociedade civil tem, portanto, um papel fundamental a desempenhar, servindo de mediador entre governantes e governados e de catalisador da mudança. A estruturação da sociedade civil é um imperativo da transição que se almeja. Todavia, as organizações independentes da sociedade civil dependem quase exclusivamente de doadores internacionais, e contam

com muito pouco apoio do governo para a provisão de serviços. Infelizmente, a situação actual das organizações da sociedade civil demonstra que a escassez e a imprevisibilidade de recursos as impossibilitam de manter pessoal qualificado e de suportar os seus programas e parcerias a longo prazo. Isso tem um impacto negativo sobre milhares de cidadãos que dependem do apoio dessas organizações para defenderem os seus direitos e deveres. Neste momento, as organizações da sociedade civil necessitam, mais do que nunca, de apoio multissetorial. Desde logo porque, como é natural, a sustentabilidade das organizações da sociedade civil angolana não é nem nunca foi prioritária para os doadores internacionais, cuja maioria abandonou o País. Não poderia aliás ser de outra maneira, tendo em conta a riqueza de Angola em recursos naturais. É portanto necessário que haja financiadores nacionais, sensíveis e corajosos, que se comprometam com projectos cívicos a longo prazo. Esses financiadores devem providenciar recursos às organizações da sociedade civil, de modo que estas possam produzir soluções locais e inovadoras para muitos dos desafios sociais enfrentados pelos cidadãos. Em resposta à escassez de fundos internacionais em Angola, o governo, o sector privado e os angolanos mais ricos podem tornar-se fontes de apoio financeiro e material para as organizações da socie-

dade civil. Por exemplo, o governo deve dar passos significativos para a criação de mecanismos de financiamentos diversificados, que sejam transparentes e não sofram interferências políticas. É importante que os cidadãos entendam que também são parte do Estado, tanto quanto os governantes, pelo que devem poder aceder aos recursos financeiros do Estado para exercerem actividades cívicas que ajudem o País a alcançar a prosperidade e o bem-estar. Durante anos, o governo, através do seu então presidente, promoveu activamente a acumulação primitiva de capital, ou seja, o saque de Angola. Eis chegada a hora de o governo, sob nova liderança, promover uma cultura filantrópica no país. Um caminho possível, por exemplo, seria o governo criar um Fundo Nacional para a Sociedade Civil, utilizando para isso alguns dos recursos desviados pela corrupção e agora sujeitos ao processo de repatriamento de capitais e recuperação de activos. Podem ainda ser criados incentivos fiscais, com regras transparentes e exigentes de responsabilidade corporativa social, para as empresas que contribuam para o desenvolvimento da filantropia em Angola. Temos de assumir o devido lugar da sociedade civil. Esse lugar é em todo lado. O tempo da submissão e da entrega de todas as benesses e vantagens das riquezas do País a um núcleo reduzido terminou. Não podem ser apenas os dirigentes, os “marimbondos” ou os estrangeiros a usufruir de condições de excelência para realizarem o seu trabalho. Agora, o

mérito de cada um deverá tornar-se relevante e consequente, mas é preciso que se atribuam recursos para que a sociedade civil se organize e funcione com eficácia. Independentemente do passado de cada um, agora é o tempo de todos pensarmos no bem comum. E não só o governo. Quem pode ajudar, quem mais beneficiou com as riquezas nacionais, tem de pensar nos seus concidadãos, e não mais em bens de luxo, offshores e investimentos na Europa. E essa prática do bem, mesmo por parte daqueles que têm tido um comportamento errante, irá sem dúvida contribuir para alterar a mentalidade dos angolanos, hoje presa à submissão, à chantagem e à intriga. No Centro Ufolo propomo-nos, precisamente, contribuir para a criação de uma sociedade civil mais organizada, actuante e exigente, promovendo uma visão independente e arrojada do futuro de Angola. Para isso, temos de desenvolver, de forma simultânea, uma maior capacidade de diálogo e de crítica para o bem comum. O Ufolo vai ocupar o seu lugar na sociedade civil e contribuir afirmativamente para a discussão e a concretização da sociedade que queremos: assente na dignidade e no desenvolvimento solidário dos homens e das mulheres de Angola, livre, democrática, bem governada e com progresso económico.

** Discurso proferido na abertura do Colóquio “Juventude em Acção”, organizado pelo Centro de Estudos Ufolo para a Boa Governação no Memorial Dr. António Agostinho Neto, Luanda, 22 de Janeiro*



Colapso audiafectivo

Não foram precisos mais de três anos de vida em comum com a Saugina para eu compreender que o Rui Veloso tinha chegado a uma conclusão mais do que sábia, a de que é impossível esperar amor de alguém que não gosta da canção de que nós gostamos. O Rui Veloso canta que empenhou o seu anel de rubim a fim de conseguir levar a sua namorada a um concerto que havia no Rivoli. Era um concerto, presume-se, em que atingiriam o êxtase, o delírio e mesmo o estado zene. Mas contra tudo que era a expectativa, do músico, a namorada abandonou a sala do concerto decorridos nem mesmo três minutos. Com relação ao que se passou

comigo e a Saugina, eu poderia dizer que a nossa desconexão não era em relação a uma canção. Era em relação a todas canções e, por extensão, a todos os livros, a todas as peças de teatro, a todos os filmes, a todas as cores, paisagens, odores, sabores e partilha de corpos. Era evidente que estávamos numa situação insustentável. Na verdade, eu poderia ter intuído isso desde o nosso namoro. Na verdade, repiso, o nosso divórcio começou a insinuar-se, ainda logo, nos primeiros passos da nossa caminhada rumo ao casamento. Durante os três anos em que vivemos como casados tudo só se veio a agravar e tudo veio a acabar

como era mais do que previsível, separamo-nos. O que vale é que a nossa separação foi o único ponto em que, pela primeira e última vez na vida, entramos em acordo: decidimos divorciamo-nos de modo pacífico, sem atritos, mesmo no que disse respeito a partilha de bens e os cuidados a ter com o nosso único filho. Não há amor possível onde não há partilha de canções, de livros, sabores e fim, partilha de cumprimentos. Tudo se tem que construir a partir desses alicerces. A não ser que se acredite na miragem de um castelo de areia na crista de uma onda.



FUNGULAMASO
Carlos Serra
Email: diariodeumsociologo@gmail.com
Portal: <https://oficinadesociologia.blogspot.com>

669

Pensamento simbólico

Segundo o sociólogo belga François Houtart, há três tipos de pensamento simbólico: analógico, mágico e alegórico. O pensamento simbólico é uma forma de representação do real que coloca fora do seu campo a explicação do funcionamento das relações com a natureza e das relações sociais. O pensamento simbólico de tipo analógico atribui a seres, superiores aos humanos, poderes sobre as relações com a natureza e sobre as sociedades.

Neste tipo de pensamento, os seres superiores agem como os seres humanos, mas com maior poder. Um segundo tipo de pensamento simbólico é do tipo mágico. Em que consiste? Consiste na crença de que é possível exercer um poder directo, maléfico ou benéfico, sobre a realidade natural e social. Finalmente, o pensamento simbólico do tipo alegórico consiste em tomar à letra expressões que, na realidade, são formas de comunicação simbólica.

Calendário Escolar Descentralizado em Moçambique: Utopia? (Fim)

Por Raúl Chambote

Dos quatro textos publicados neste jornal procuramos reflectir como é que o Calendário Escolar de Moçambique (CALEM) é acolhido em vários locais onde situações sócio-económicas diversas e sócio-culturais peculiares em Moçambique ocupam lugar de primazia sobre a educação formal das crianças em idade escolar. No presente número vos convido a debruçarmo-nos sobre o cumprimento do CALEM em tempo de emergência. Ou seja, o impacto das calamidades naturais no CALEM. Coloquemo-nos a seguinte pergunta: será que o Calendário Escolar centralmente desenhado e aprovado pelo MINEDH em Maputo serve para situações de calamidades naturais cíclicas que ocorrem no país, com destaque para zonas propensas às inundações cíclicas e prolongadas em Sofala, Zambézia e Tete? Reitero que o CALEM deve ser repensando pelo MINEDH à luz da lei da descentralização (Lei 1/2018) e deve servir os interesses mais nobres postulados na Constituição da República, número 1 do artigo 88 e número 1 do artigo 113. Um Calendário Escolar que não toma em consideração o cenário cíclico de inundações prolongadas, movimentação de famílias e a situação psico-social e económica dos professores força-nos como sociedade a adoptar a tática de avestruz (não enfrentar o desafio como se apresenta, mas simular um à-vontade enterrando a cabeça na areia). Ora vejamos.

A ocorrência de eventos climáticos severos em Moçambique como cheias, inundações cíclicas localizadas, seca prolongada, depressões e ciclones tropicais deixaram de ser fenómenos conjunturais cujas respostas não devem ser do tipo ad hoc, especificamente, para o Sector da Educação. Embora se tenha conhecimento distante do impacto das Cheias de 1978

no Vale do Zambeze no Sector da Educação, muitas pessoas tem conhecimento do impacto das Cheias de 2000 no Vale do Limpopo seguidas de inundações cíclicas no Vale do Zambeze, bacias hidrográficas de Limpopo, Pungwe, Búzi, Zambeze, Licungo e outras cujo impacto é imensurável no Sector da Educação. Desde do ano 2000 até Janeiro de 2020, as inundações localizadas em Moçambique se apresentam como um desafio real ao Calendário Escolar centralizado que o MINEDH aprova, pois as calamidades naturais têm produzido anualmente reassentamentos involuntários temporários (RiT) e situações que provocam disrupção no processo de ensino e aprendizagem. Há um vai-vem involuntário de famílias, crianças em idade escolar e professores das zonas de risco ou afectadas para as seguras e retorno daquelas logo que a situação calamitosa se estabilize. No entanto, durante esse período crítico e de instabilidade para as famílias, crianças e professores afectados, sabe-se pouco oficialmente se o Calendário Escolar foi ou não foi ajustado pelo MINEDH para os locais afectados para acomodar essa situação de força maior que o Sector de Educação tem enfrentado anualmente. O facto é que não há aulas quando ocorrem inundações ou chuvas para crianças que tem as árvores como salas de aulas. Mas presume-se que as crianças vão ter aulas de recuperação ou algo parecido. Dias de aulas de recuperação em áreas de reassentamento temporário - se as condições permitirem - acabam sendo equiparadas com dias normais de aulas em locais sem “emergências”. Essa forma do MINEDH olhar para as crianças em idade escolar nos locais que são afectados pelas inundações e chuvas - que não são poucos em Moçambique e que podem durar toda estação chuvosa (Janeiro-Março) - tem implicações, por um lado, no

cumprimento integral do Calendário Escolar aprovado centralmente e, por outro, na fiabilidade dos dados que produzem os índices de desempenho escolar nos locais/ distritos afectados ciclicamente pelas inundações e chuvas.

Diferentemente dos outros sectores sociais, quando ocorrem cheias e inundações, para além de danos e perdas de infra-estruturas escolares e materiais, o maior efeito no Sector de Educação ressoa-se na perda e risco no capital humano e no desenvolvimento humano. Os casos de ciclones Dineo, Idai e Kenneth nas zonas sul, centro e norte, respectivamente, são exemplos a ter em conta por ter provocado uma diminuição de crianças para frequentarem a escola logo após os eventos severos. Relatos há que crianças deixaram de frequentar a escolar (Save the Children, 2019; CARE, 2019). É fácil medir em termos monetários os danos e perdas de infra-estruturas escolares, mas é difícil medir o valor do impacto humano no ensino e aprendizagem se o CALEM não equaciona a situação de emergência. Numa das missões pós-ciclone Idai, uma professora durante a reunião de avaliação de dados e perdas se expressou nesses termos: “... muitas crianças nos próximos tempos, estarão na escola apenas fisicamente porque ainda estão mentalmente afectados e com medo...”. Situação similar se poder dizer dos professores. Quando ocorrem calamidades naturais (cheias/inundações os professores/ras ficam impossibilitadas de dar aulas ou de ajudar os seus alunos. Muitos professores perderam as suas casas ou estas ficam danificadas, sendo forçados a se refugiar em casas de parentes e incapazes de ter acesso a qualquer tipo de ajuda. Baseando-se na minha experiência, as professoras têm apresentado maiores preocupações não só pelos danos nas suas casas, mas

pela segurança dos seus filhos menores se tiverem que ensinar, isto é, cumprir com o CALEM, em situações de calamidades naturais. Certamente que essa situação afecta o desempenho delas e do sector também.

Pode parecer não fazer sentido para alguns círculos de “conversa oficial” trazer a questão de cheias/ inundações para que seja repensada a elaboração e aprovação do CALEM num Estado unitário como Moçambique. A questão faz sentido na medida em que as calamidades naturais, pelo menos cheias e inundações localizadas nas regiões do centro e norte de Moçambique se apresentam como desafio real para o cumprimento do CALEM. Com a aprovação da Lei 1/2018, os princípios da descentralização e subsidiaridade retiram qualquer dúvida sobre a unicidade do Estado moçambicano. Ao mesmo tempo autorizam o MINEDH e protegem os Governos Descentralizados a se tornarem proactivos assumindo, cada uma das entidades, suas respectivas responsabilidades perante a educação para melhor interpretar o sentido de “escolarização obrigatória” (Lei 18/2018).

Reitero que as questões que os cinco textos levantam não são novas e que várias pessoas as têm observadas mas, talvez, com interesse diferente ou atribuem-nas significados diversos, ou ainda, optaram pela resignação à educação formal das crianças em idade escolar. Da óbvia e implícita resignação à educação formal das crianças, é legítimo perguntar: à luz da lei de descentralização (Lei 1/2018) e Lei 18/2018, como é que o MINEDH pretende reflectir com os Governos Descentralizados o ajuste do Calendário Escolar em tempo de cheias/inundações prolongadas em Sofala, Tete e Zambézia?

SACO AZUL

Por Luís Guevane

O elefante e a formiga

Há muita coisa boa e desconcertante que vem de fora. Internamente produzimos nas diversas áreas, ao nosso nível, à nossa velocidade e à nossa maneira. Mas, o que de facto tem maior peso sobre o nosso quotidiano político, económico, cultural e académico, desportivo, surge extramuros, tanto monetária como ideologicamente. É claro, não estamos isolados. O problema é que somos um País da periferia. Alguns preferem dizer País periférico. O modismo manda dizer que somos um País de baixo desenvolvimento; assim é menos ríspido, dá a ideia de não sermos um País pobre, aliás, um dos mais pobres do Mundo. Na véspera da campanha do Outubro eleitoral/2019 lembramos, neste espaço, que algumas instituições internacionais já adiantavam, com segurança, que as vitórias do partido no poder e do seu candidato seriam infalíveis. Não sabíamos ao certo com que base projectavam as referidas vitórias, mas a verdade é que acertaram em cheio. O partido no poder parece

não ter-se acomodado nessa informação de “fora” tipo “elogio do Ocidente”. Lubrificou a sua maioria. Internamente, o sinal mais forte parece ter sido dado pelo deputado VM que percebeu muito bem os logaritmos ocidentais e, por isso, sugeriu que os partidos da oposição optassem pela união para vencer ou, no mínimo, fazer frente ao partido no poder. V. Mondlane e outros estavam certos. Mas, a questão não foi não ter sido ouvido. Ele não é uma instituição internacional, “de fora”. Caso fosse, os partidos da oposição ter-se-iam unido e cantado de empréstimo “o povo unido jamais será vencido”. E é claro que o problema não se coloca em a Frelimo ser considerada uma máquina, mas sim em a oposição não ter apreciado a máxima que diz que a união faz a força; cada partido assumiu-se como a formiga que derruba o elefante, ignorando o jogo das maiorias nos órgãos eleitorais. Ou seja, a desejada união dos partidos políticos da oposição não foi percebida como estratégia e instrumento político, parece ter sido interpretada como uma simples ambição política de um forasteiro de picareta em punho.

Assim, inflacionou-se ao limite a crença de que a imagem negativa do partido no poder fosse suficiente para a oposição ganhar as eleições. Mas aqui, esquecemo-nos que a questão das dívidas ocultas, por terem sido despoletadas de “fora” podiam não surtir o devido efeito contundente sobre a imagem do partido no poder, dentro do País, e, concretamente, sobre a maioria dos moçambicanos. A partidarização do Estado foi verniz que também brilhou. Ademais, a pobreza, no seu sentido multidimensional, foi explorada pelo partido mais avantajado financeiramente. Clarificou-se assim que a democracia não se compadece com a pobreza. Deste modo, percebe-se hoje a razão de o debate público sobre os resultados das últimas eleições colocar o acento tónico no paradoxo entre uma imagem partidária posta de rastos pelas dívidas ocultas e, de outro lado da moeda, uma vitória que assustou aos próprios vencedores. Demasiado creme que escondeu a cereja e fez esquecer a existência do esperado bolo! Ou não havia cereja alguma para ser exibida. Porém, há um novo elemento que alimenta o

paradoxo que é a questão dos Secretários de Estado versus Governadores “eleitos”. É que o partido no poder, de algum modo, tinha plena consciência da questão da imagem negativizada e da necessidade de contínuo controlo de poder caso o resultado não lhe fosse favorável em algumas províncias. Perdendo-as formalmente, continuaria a controlá-las objectivamente. Ou seja, o tal acordo assinado não visava propriamente a paz, mas o controlo do poder. Para o “susto” foi tudo ganho com o excesso de creme. Agora o problema coloca-se ao nível do próprio partido no poder como fonte de inclusão de moçambicanos “sem qualquer tipo de discriminação”. Alguns rotulam como discriminação positiva e outros encontram nisso a imagem de uma amêijoia sem conteúdo. Enfim, o elefante com a tromba procura ter a certeza de que não há nenhuma formiga por perto, já que se supõe que a democracia tenha vindo de “fora”.





MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE PARA CAPACITAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO OPERACIONAL DE BENS E SERVIÇOS PÚBLICOS, NO POSTO ADMINISTRATIVO DE PALMA, DISTRITO DE PALMA

O Projecto Mozambique LNG abrange a construção de uma Vila de Reassentamento para a realocação da população a ser fisicamente deslocada da área de construção da planta de LNG para à recém-construída vila de Quitunda, na Província de Cabo Delgado.

Como parte do processo de realocação, a Total E&P Mozambique Area 1, Lda. (Total) compromete-se em apoiar o governo local durante o periodo de transição em que se fará faseadamente a entrega da vila de Quitunda até que o governo local assuma a sua total responsabilidade. Como parte do plano de entrega, a Total compromete-se em prover treinamento apropriada para apoiar no desenvolvimento e manutenção dos serviços governamentais na vila de Quitunda (incluindo a Administração de edifícios públicos tais como biblioteca, centro de comunidade, mercado e cemitério), escola primária, centro de saúde, posto policial entre outras infra-estruturas, de modo a garantir a Administração funcional da operação e manutenção da infra-estrutura e a prestação dos serviços a população realocada.

Neste context, a Total convidar as entidades interessadas a apresentar uma Manifestação de Interesse (Mdl) para a prestação de serviços relacionados à Capacitação de pessoas para Administração operacional de bens e serviços públicos, a serem prestados no Distrito de Palma, Província de Cabo Delgado. O programa de Capacitação inclui:

- **Desenvolvimento de um pacote de suporte operacional:** desenvolver e fornecer o pacote de suporte operacional para o Posto Administrativo de Palma que irá fornecer a base de referência para a admnistração contínua de infra-estruturas e serviços públicos da vila de Quitunda;
- **Fornecimento de Treinamento:** desenvolver e fornecer um programa de treinamento para auxiliar a equipe governamental a implementar efectivamente o pacote de suporte operacional. O desenvolvimento deste pacote de treinamento deverá ajudar a equipe do governo que opera, fornece e mantém serviços governamentais das infra-estruturas da vila, a entender como executar suas funções e responsabilidades, resultando em uma organização eficaz para operações sustentáveis.

A Mdl deverá fornecer informações detalhadas sobre as competências e experiência relevantes da empresa ou entidade. Empresas ou entidades adequadamente experientes podem manifestar interesse como consórcio, caso em que a manifestação de interesse deve incluir uma definição clara das funções e responsabilidades dos membros do consórcio. A participação de empresas ou entidades nacionais é incentivada.

A seguinte documentação deve igualmente ser incluída:

- Estatutos actualizados (conforme publicado no Boletim da República).
- Certificado actualizado de registo comercial
- Licença operacional ou documento equivalente emitido pelas autoridades competentes
- Provas de registo fiscal (NUIT) e declaração de início de actividade (M/01C e M02)
- Perfil da empresa
- Descrição detalhada de serviços similares oferecidos
- Carteira de projectos executados

A Manifestação de Interesse com o assunto: **CAPACITAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO OPERACIONAL DE BENS E SERVIÇOS PÚBLICOS** deve ser submetida até às 17:00 (UTC+2) do dia 14 de fevereiro de 2020, para o seguinte endereço electrónico: rscontractsMOZ@Total-Africa.com

EXPRESSION OF INTEREST FOR CAPACITY BUILDING FOR OPERATIONAL ADMINISTRATION OF PUBLIC GOODS AND SERVICES, PALMA ADMINISTRATIVE POST, PALMA DISTRICT

The Mozambique LNG Project involves the construction of a Re-settlement Village for relocation of the population to be physically displaced from within the LNG plant construction area to the newly-constructed replacement village of Quitunda, in Palma, Cabo Delgado Province.

As part of the relocation process, Total E&P Mozambique Area 1, Lda. (Total) is committed to support the local Government during the village of Quitunda handover and transitional period until the local Government assume its full responsibility. As part of the handover plan, Total is committed to deliver appropriate training to support the development and maintenance of government services in the village of Quitunda (inclusive of administration of public buildings such as a library, a community centre, a market place, a cemetery), primary school, health centre and police post among others so as to ensure functional administration of the operation and maintenance of infrastructure and the delivery of services they provide to the relocated population.

In this context, Total invites interested entities to submit an Expression of Interest (Eol) for the provision of services related to Capacity Building for Operational Administration of Public Goods and Services, to be provided in Palma District in Cabo Delgado. The capacity building program includes:

- **Development of an Operational Support Package:** to develop and deliver the operational support package for Palma Administrative Post that will provide the reference basis for ongoing administration of public infrastructure and services in the village of Quitunda.
- **Delivery of Training:** to develop and deliver a training program to assist the government staff to effectively implement the operational support package. The development of this training package will assist the government personnel that operate, provide and maintain government services in infrastructures in the village understanding how to execute their roles and responsibilities resulting in effective organization towards sustainable operations.

The Eol shall provide detailed information about the competences and relevant experience of the company or entity. Suitably experienced companies or entities may express interest as a consortium, in which case the Expression of Interest should include clear definition of roles and responsibilities of consortium members. The participation of national companies or entities is encouraged.

The following documentation should also be included:

- Updated Articles of Association (as published in the Official Gazette).
- Updated Certificate of Commercial Registration
- Operational License or equivalent document issued by the relevant authorities, valid for the last 90 days
- Evidence of tax registration and commencement of activity declaration (M/01C e M02)
- Company profile
- Detailed description of similar services offered
- Portfolio of projects rendered

The Expression of Interest with the subject: **CAPACITY BUILDING FOR OPERATIONAL ADMINISTRATION OF PUBLIC GOODS AND SERVICES** shall be submitted no later than 17:00 (UTC+2) of 14th February 2020, to the following Electronic address: rscontractsMOZ@Total-Africa.com

Três vezes campeão africano de clubes e com quilómetros de estrada percorridos no basquetebol

Os recados de Carlos Aik

Por Paulo Mubalo

Carlos Aik, figura incontornável no basquetebol moçambicano, com três títulos africanos ganhos e uma folha de serviços de se tirar o chapéu, decidiu abrir o livro fazendo revelações surpreendentes. Afirma, sem evasivas, que muita gente não acreditava no seu potencial na sua última aventura com o Ferroviário de Maputo, porque o considerava como estando desajustado da realidade e que a conquista da taça dos clubes campeões africanos tem uma parte enganadora, pois transmite a mensagem de que o país está, sob ponto de vista basquetebolístico, muito bem, o que não corresponde à verdade. A seguir os excertos da entrevista

Carlos Aik foi o primeiro e até agora único técnico moçambicano a conquistar a taça dos clubes campeões africanos, em basquetebol seniores masculinos...

- Bem, trabalhei inicialmente com um treinador português, cerca de dois anos e, quando este saiu, recebemos um treinador americano, o Shuck e eu passei a ser adjunto dele. Foi nessa altura que ganhámos a única taça dos clubes campeões africanos em masculinos, isto em 1985. Mas depois em seniores femininos também fui o primeiro a ganhar a taça dos clubes campeões africanos em 1991, igualmente no Maxaquene. Portanto, ao todo conquistei três títulos africanos, dois em femininos, o último dos quais no ano passado (Ferroviário de Maputo), e um em masculinos. Pelo meio, tenho duas finais perdidas e também já fomos ao pódio em masculinos com um terceiro o lugar, conseguido diante do Senegal. **Qual é o segredo de tamanho sucesso?**

- Penso que não se trata de segredo, julgo que entre outras coisas, se calhar tenho algum jeito, aliado à fé, boa vontade e qualidade das nossas atletas.

Antes da sua recente aventura havia, da parte de alguns segmentos ligados ao basquetebol, muito ceticismo, pois não acreditavam em si. Quer comentar?

-É verdade que algumas pessoas não acreditavam em nós, não acreditavam que podíamos ganhar, e não acreditavam por uma série de factores, entre os quais, o de eu já não estar no basquetebol de forma mais activa, daí que algumas pessoas pensavam que eu podia estar desajustado do basquetebol actual. Mas também estavam desacreditados porque íamos participar numa competição fora do país, o que é naturalmente sempre mais difícil. Um dos grandes perigos em África é quando se joga fora contra a equipa da casa, pois, em caso de indecisão, a arbitragem normalmente beneficia a equipa da casa. Também tínhamos algumas jogadoras que não estavam fisicamente nas suas



Carlos Aik

melhores condições, porque até à altura que partimos não tínhamos garantia de reforços para a nossa equipa.

Não temiam alguns adversários à partida?

-Bem, dois grandes adversários iríamos encontrar na prova, a turma do Al-Ahly do Egipto, que é uma fortíssima equipa e tinha se reforçado bem com duas jogadoras americanas, sendo uma das melhores da WNB, até porque acabou sendo a melhor marcadora e a melhor lançadora, e a equipa do inter de Angola, que tinha se reforçado bastante. O Inter já tem uma americana naturalizada, e ainda foi buscar uma segunda americana e uma senegalesa, que é uma das melhores jogadoras de África. Portanto, a equipa do Inter era muito forte e então havia todo esse receio conjugado. O treinador era considerado desajustado, os adversários eram muito fortes, jogávamos fora do país, e isso tudo ajudou muita gente a desconfiar mais do treinador, da equipa e do desfecho final.

Mas houve situações preliminares que contribuíram ainda mais para essa desconfiança...

- Bem, a duas semanas do início do campeonato, no Egipto, a equipa ficou sem treinador e havia que encontrar alguém que pudesse dar um certo conforto às atletas. Tinha que ser alguém que tivesse andado no basquetebol e com experiência. Este foi o critério da escolha do treinador. Eu também olhava para aquelas caras e ficava difícil não aceitar, mesmo assim a minha primeira reacção foi não aceitar, mas após tanta insistência, dois dias depois acabei conformando-me com o desafio. Eu coloquei para mim mesmo a fasquia muito mais alta, não queria participar apenas para fazer a vontade das pessoas, não queria ir para voltar com as mãos a abanar.

Objectivo mínimo

E o que o mister fez?

-Determinamos que a nossa meta era chegar, pelo menos, à final da competição. Este era o objectivo mínimo. Nós olhávamos para a equipa e ela tinha conquistado o tí-

tulo, logo à partida ir ao pódio era o objectivo mínimo. Depois, olhei aquilo que eram os planteis dos outros clubes e vi que o Al-Ahly e o Inter eram os mais fortes. Sabíamos que se conseguíssemos, pelo menos, ultrapassar um deles poderíamos chegar à final e foi o que aconteceu. A equipa do Al-Ahly acabou ficando no nosso grupo e perdeu na primeira fase. Na final, defrontamos o Sporting de Alexandria, a segunda equipa do Egipto. A ideia foi chegarmos à final e, como se diz, a final é para ser ganha e felizmente tudo correu bem. Ganhamos após o prolongamento por apenas um ponto de diferença, mas o suficiente para nos sagrarmos campeões africanos. **Depois desse brilharete, pode se dizer que Carlos Aik veio para ficar na bola ao cesto?**

-Eu vim resolver um problema pontual, vou continuar a dar contribuição necessária ao basquetebol, mas com muitas dificuldades, porque não poderei estar dentro do campo. Fui convidado para tentar resolver um problema pontual e, felizmente, o problema foi resolvido, mas sempre ficou claro que qualquer que fosse o resultado final da nossa participação na competição isso não implicaria nada o meu regresso ou retirada definitiva do basquetebol.

Como um técnico reputado e de créditos firmados que mensagem gostaria de deixar para os treinadores mais novos?

- A mensagem não deve ser dirigida aos mais novos, porque os mais novos estão a ser, no meio de tudo isto, vítimas, pelo que acho que a mensagem deve ser dirigida aos mais velhos. Quando falo dos mais velhos, falo daqueles que têm responsabilidade de organizar o basquetebol, de criar todas as condições para que a modalidade realmente avance. As crianças, essas estão sempre disponíveis a treinar, e cada vez que nós temos esses sucessos, como foi esta conquista da liga dos clubes campeões africanos, isto motiva muito mais as pessoas, especialmente os pais a gostarem do basquetebol. Depois de regressarmos do Egipto com a competição ganha, pelo menos 10 a 15 pessoas

me perguntaram onde é que poderiam deixar os seus filhos para jogar basquetebol. Ou seja, isto despertou nelas algum interesse.

Que mensagem realmente pretende transmitir?

-As palavras devem ser dirigidas às pessoas que têm a responsabilidade para organizar o basquetebol: refiro-me, concretamente, ao próprio governo, às federações, no caso vertente, a de basquetebol, as associações provinciais e os clubes. Essas instituições são as grandes responsáveis pelo crescimento do basquetebol. As crianças apenas são vítimas e, se forem criadas todas as condições para que o basquetebol avance, seria bom e essa responsabilidade é dos mais velhos. E nós como pais ficaríamos a ganhar mais com isso. O meu apelo vai para essas pessoas, vai para essas entidades, para trabalharem no sentido de se dar a volta à esses problemas que já enumerei. As pessoas olham para este sucesso, mas este sucesso tem uma parte enganadora. A parte enganadora é que se olharmos para essas grandes conquistas ficamos convencidos de que o país basquetebolístico está todo bem, mas não está.

Por que as coisas não estão muito bem?

-Nós não temos uma competição regular, às vezes as nossas competições começam, mas não vão ao fim, há dias em que os próprios árbitros não aparecem, há dias em que os jogos têm problema de arbitragem. Eu nunca vi um jogo começar exactamente à hora em que está marcado para começar, as competições das crianças que deviam ter uma prioridade não têm essa prioridade, há aqui uma série de questões que têm de ser resolvidas, e quando nós somos campeões africanos todos ficam a pensar que o país está devidamente organizado na componente desportiva, especialmente basquetebolística. O país precisa de uma melhor organização e acredito que com uma melhor organização, estaria em condições de produzir muito mais do que aquilo que pode estar a produzir até agora.

Exemplificando...

-Temos agora a selecção feminina que vai participar no apuramento para os jogos olímpicos, tem um jogo extremamente complicado contra a Nigéria, salvo erro, no dia 4 de Fevereiro, um jogo em que vai se decidir, pela primeira vez, se iremos participar, numa modalidade colectiva, nessa grande competição, mas se olharmos para aquilo que é a selecção veremos que 30 ou 40 por cento das atletas estão a fazer a sua última participação. Se olharmos para dentro, quem são as atletas que poderão, rapidamente, substituir as que vão sair, e há que lembrar que estão a sair com toda aquela experiência que adquiriram ao longo de muitos anos. Então se olharmos para as atletas que vão substituir as

que estão no final da carreira o quadro é assustador. Isto não em termos físicos, porque até temos uma média de altura maior, que antes nunca a tivemos.

Geração em risco

Então onde reside o cerne da questão?

- O problema é a qualidade que algumas das futuras atletas da selecção têm, estou a me referir a aspectos técnicos e táticos, pois, do ponto de vista de compleição física até estão melhor do que as que temos actualmente. É preciso um trabalho profundo, um trabalho de base. Algumas vezes olhamos e perguntamos quem é aquele senhor que está a treinar aquelas crianças ou o que é aquilo que está a fazer, ou que trabalho de base está a fazer. Ou seja, corremos o risco de esta geração parar de jogar e a reposição não ser feita imediatamente.

Carlos Aik assume-se, em função dos títulos conquistados, como o melhor treinador do país?

-Bem, a avaliação não pode ser feita em função apenas dos títulos, deve haver outros requisitos. Pessoalmente não me considero como o melhor treinador, talvez faça parte do grupo dos melhores, mas não me considero o melhor.

Sei que foi professor de línguas, formado em Cuba. Como é que chegou a abraçar a carreira de treinador?

-A formação não foi feita em Cuba, foi feita aqui em Moçambique. Na altura havia a faculdade de educação, que era responsável por formar professores, pois, logo depois da independência, houve fuga de quadros, incluindo professores. Então, o que foi feito foi seleccionar alguns alunos para que pudessem leccionar, mandaram-nos para a faculdade de educação e eu formei-me como professor. Depois da formação a minha primeira missão foi dar aulas aos estudantes moçambicanos que estavam a estudar em Cuba, ou seja, fui à Cuba já como professor. Quando fui para lá eu era jogador, mas nunca tinha sido treinador. Começo a ser treinador na altura em que volto - em princípio devia estar lá por um período de dois anos - mas acabei ficando apenas cinco meses. Quando regressei a época do basquetebol tinha começado. Então, acabei ficando de fora, mas mesmo assim continuei ligado ao clube. Na altura o clube contratou um treinador português e ao mesmo tempo procurava-se alguém que fosse do clube, no caso o Maxaquene, para trabalhar com o técnico português, no sentido de que caso terminasse o contrato iria dar continuidade ao trabalho. O nome indicado foi o meu, isto em 1983. Portanto, tudo começou depois da minha curta carreira como jogador. A longa carreira como treinador começou nessa altura.

Nacional e liga Marracuene

Um casamento perfeito

Avila de Marracuene, na província de Maputo, parou literalmente, no passado sábado, para acolher dois eventos desportivos, nomeadamente, o nacional de corta-mato, competição organizada pela Federação Moçambicana de Atletismo, com apoio do Governo Distrital de Marracuene, especialmente do seu administrador Shafee Sidat, que num passado recente abdicou de recandidatar-se a um segundo mandato para a presidência daquele organismo, e a final da liga Marracuene, envolvendo as equipas do Dragão FC e do Bagamoio FC.

O vencedor do certame foi o Dragão FC, resultado conseguido na marcação de grandes penalidade, depois de um empate a uma bola, no fim do tempo regulamentar e do prolongamento. O vencedor recebeu um valor monetário de 200 mil meticais e o ven-



cido recebeu 100 mil meticais. Em corta-mato, os vencedores foram Titosse Taimo, do Ferroviário da Beira, e Meci da Grécia, do Matchedje de Maputo. Já em seniores masculinos, Titosse Taimo fez a marca de 37 minutos, 52 segundos e 44 centésimos, deixando na segunda posição o corredor Donaldo Machava, da Associação Portuguesa de Maputo, com a mar-

ca de 39:01.21 minutos, enquanto Alberto Mamba, do Ferroviário de Maputo, ficou em terceiro com o tempo de 39:28.17 minutos. Em seniores femininos, as atletas do Matchedje destacaram-se na corrida. Meci da Grécia ficou em primeiro lugar, com o tempo de 34:17.20 minutos, enquanto a segunda posição coube a atleta Pérola Timbane, com a marca de 34:20.27

minutos, sendo que Denise Sitóe ocupou a terceira posição, com o tempo de 34:20.80 minutos. Em juniores femininos, Maria Cossa, do Ferroviário de Maputo, foi a vencedora com a marca de 20:22.05 minutos, enquanto que em juvenis masculinos o vencedor foi Nelson Congolo, do Ferroviário de Maputo, com o tempo de 10:32.33 minutos, e em femininos a vitória foi para Venância José, da Associação Portuguesa, com o tempo de 12:13.27 minutos. Na realidade, tratou-se de dois eventos com características dife-

rentes: a Liga Marracuene não só movimentou mais espectadores, como foi vivida até noite adentro, o que fez com que convergissem no campo sede, pessoas vindas de vários cantos de Marracuene e não só, numa festa simplesmente inolvidável. Já em relação ao nacional de corta-mato, apesar de ter sido a primeira experiência naquele ponto do país, houve algumas queixas dos responsáveis pelos atletas, especialmente no aspecto logístico e na entrega tardia de medalhas. Mas valeu a pena.



Eu



Luanda Leaks

Neste momento é o que está a dar, nos “médias” em Portugal e não só!... O que efectivamente acho estranho, é que em Portugal, desde figuras proeminentes até a alguns ilustres jornalistas, todo o mundo está a desancar forte e feio na empresária Isabel dos Santos! Inclusive, vejam só o Sr. João Soares, que condenou de boca cheia as vidas da empresária e Engenheira. Porém esqueceu-se, porque tem memória curta, que ele próprio João Soares, numa das viagens que fez a uns bons anos a Angola, estatelou-se em solo angolano, vítima da queda d’uma aeronave carregadíssima de dentes de elefantes, que iam para destino incerto!.. O proprietário do referido avião faz o favor de ser meu amigo e algumas vezes desabafou que o Sr. João Soares, nem água vem, nem água vai...sobre a possível indemnização, pela perda total do seu avião! Também gostaria de referir que o mesmo Sr. João Soares, quando esteve internado n’uma clínica em JHB, aquando da queda do avião, como disse: carregado de dentes de elefante, esteve por sinal ao mesmo tempo que um outro velho amigo meu, por este ter tido um brutal acidente de viação. Nós que estamos sãos e salvos, só nos resta, sem que nos tivéssemos metidos em confusões, relatar estes factos, no sentido do Sr. João Soares ficar calmo, deixe a [s] justiça[s] bulir[em] e que não pense que: O sal no rabo dos outros seja mel! Em Portugal, quase todo o mundo neste momento recorre à nossa Senhora da Aparição ... excepção seja feita à D. Ana Gomes, para condenar veementemente os factos que imputam à empresária Isabel dos Santos. São exactamente os mesmos canais de Televisão, Personalidades e Jornalistas que chamavam à Eng. Isabel dos Santos de: Isabelinha, Empreendedora, Princesa, Mulher mais rica d’África, etc., etc, como se não soubessem, qual era a proveniência dos dinheiros que ela como “Empresária de Sucesso” ... aplicava com uma visão desmedida, em variadíssimos investimentos por esse mundo fora, inclusive em Moçambique. Uma palavrinha de apreço à personalidade e garra com que a Ex-Deputada na União Europeia Ana Gomes, tem pautado a sua conduta, nas suas frequentes aparições na SIC. Contudo, gostaria que se deixa o tio Marcelo candidatar-se, passando a sua vontade de se recandidatar a um segundo mandato. Depois sim, pela mão do partido socialista, afinal o seu partido avance, para que seja a próxima e primeira mulher Presidente do tão democrático Portugal . Estarei fora e por fora, porque só sou moçambicano...!!! Mas... aprendi em Coimbra a dar protecção aos estrangeiros!!!





Sociedade Aberta
Academia • Comunidade • Acção

SEMINÁRIO SOBRE O EMPREGO

“QUE POLITICAS E FERRAMENTAS FORMULAR PARA GERAR E AUMENTAR O EMPREGO PARA OS JOVENS?”

No dia 18 de Dezembro de 2019, a Sociedade Aberta (SA), realizou na Província de Maputo, o Seminário sobre o emprego com o lema *“Que políticas e ferramentas formular para gerar e aumentar o emprego para os jovens?”*.

O Seminário foi orientado pelos seguintes objectivos, geral: analisar as condições existentes para a criação e aumento de emprego para os jovens (homens e mulheres); específicos: (i) analisar a estrutura da economia de Moçambique e verificar as possibilidades que oferece para a criação e aumento de emprego; (ii) discutir as políticas económicas e fiscais e outras ferramentas que os Governos descentralizados podem implementar para a geração e aumento de emprego para os jovens; e (iii) reflectir em torno dos principais desafios para o fortalecimento da empregabilidade dos jovens.

Estes objectivos foram operacionalizados através de quatro painéis, nomeadamente: □ Conceito de emprego e suas implicações na sua procura □ apresentado por Michael Sambo, professor universitário e pesquisador do IESE; “Estrutura da economia moçambicana e oportunidades para a criação e aumento de emprego para jovens”, apresentado por Yassifir Ibraimo, pesquisador do IESE; “Medidas e instrumentos para a promoção de emprego para jovens”, apresentado por Lisete Jamal; e “Política e ferramentas para o aumento de emprego em Moçambique”, apresentado por Patrício Timir, em representação do Instituto Nacional de Emprego (INEP).

CONCEITO DE EMPREGO E SUAS IMPLICAÇÕES NA SUA PROCURA - Michael Sambo

A discussão deste painel centrou-se em torno da distinção do conceito de trabalho versus emprego, sua tipificação e implicações na sua procura.

A apresentação mostrou que analisando a questão da procura de emprego verifica-se o seguinte:

- Embora para as famílias o emprego formal esteja ligado ao sistema social de acumulação, as firmas geram emprego como sua base de rentabilidade e reprodução do capital, ou seja, enquanto as famílias buscam satisfação, através de salário justo e aceitável, estabilidade no emprego, vantagens apropriadas, segurança, saúde e processos adequados, as empresas buscam a realização de receitas, sua manutenção vantajosa e crescente no Mercado num processo simbiótico desigual;

- Ainda que o trabalho autónomo não seja socialmente encorajado, principalmente devido às incertezas e inseguranças, este pode ser mais rentável, agradável e garantir maior liberdade.

O conceito de emprego está subjacente à oferta da força de trabalho a outrem mediante uma remuneração. Apesar do emprego traduzir o modelo padrão de acumulação social, com o incremento das exigências de qualificações técnico profissionais, devido às dificuldades de acesso ao emprego, e às transformações socioeconómicas, o trabalho autónomo tende(rá) a ganhar maior importância. Por conseguinte, será o trabalho autónomo que irá gerar oportunidades de emprego adicionais na economia e promover empregos dignos.

ESTRUTURA DA ECONOMIA MOÇAMBICANA E OPORTUNIDADES PARA A CRIAÇÃO E AUMENTO DE EMPREGO PARA JOVENS

– Yassifir Ibraimo

Este painel destacou as diferentes fases da economia moçambicana, a saber:

- Durante cerca de uma década e meia (2000-2015): a economia de Moçambique cresceu em média de cerca de 7,5 % por ano e era frequentemente apresentada como um exemplo de sucesso na promoção de rápido crescimento económico numa taxa de crescimento.
- Nos últimos três anos (2016-2018): o crescimento económico desacelerou, tendo a economia crescido em média cerca de 3,5 % por ano.

Entretanto, apesar do elevado crescimento que se registou, a economia não foi capaz de gerar emprego massivo. A incapacidade da economia de Moçambique de gerar emprego é consequência da sua estrutura económica e o seu padrão de acumulação.

Característica dominante da economia moçambicana e suas consequências

- Especializada em produtos primários para exportação, ou seja, apenas extrai-se e não se processa os recursos. A economia especializada na exportação dificulta a geração de emprego, visto que todos os recursos são exportados antes de serem processados;
- Megaprojectos concentrados para a economia internacional e pouco para a economia local;
- Dependência de importação de bens básicos de consumo e matéria-prima, que não estimula a geração de emprego e produção interna;



- Desenvolvimento de indústrias de acabamento como alternativa a substituição de importações (neste âmbito, Moçambique importa produtos feitos e apenas faz acabamentos).
- Por forma a inverter o cenário exposto, precisa-se de uma política fiscal voltada para a mobilização de recursos domésticos para financiar o investimento público e eliminação dos incentivos fiscais aos megaprojectos.

MEDIDAS E INSTRUMENTOS PARA A PROMOÇÃO DE EMPREGO PARA JOVENS - Lisete Jamal
Esta apresentação trouxe os seguintes elementos:
A problemática de emprego preocupa a todos os países. Entretanto, outros países têm adoptado as seguintes estratégias:

- Aposta no empreendedorismo e promoção de auto-emprego;
- Estágios e postos de trabalho para jovens;
- Parcerias activas entre instituições de ensino e empresas;
- Flexibilização das relações de trabalho;
- Redução da jornada de trabalho, como forma de permitir que mais pessoas trabalhem;
- Seguro de desemprego;
- Formação profissional dos jovens;
- Incentivos governamentais às empresas.

Para a promoção de emprego para os jovens, necessita-se de se articular o seguinte:

- Uma interacção orientada entre os jovens, instituições de ensino e empregadores de modo a reduzir o gap (lacuna) entre as habilidades desejadas versus habilidades adquiridas nas escolas;
- Desenvolvimento de capacidades autodidácticas dos jovens, de modo que sejam protagonistas da sua própria aprendizagem, buscando habilidades que são cada vez mais desejadas no mundo de trabalho, mas que não sejam ministradas nas instituições de ensino;
- Promoção de empreendedorismo e auto-emprego pelos Governos.

POLÍTICA E FERRAMENTAS PARA O AUMENTO DE EMPREGO EM MOÇAMBIQUE – Patrício Timir

Neste painel foi trazido o seguinte:
O Instituto Nacional de Emprego (INEP) é uma entidade pública criada pelo decreto nº 48/2016 e 1 de Novembro, tutelado pelo Ministério de Trabalho Emprego e Segurança Social. Esta presta gratuitamente serviços de intermediação entre a oferta e a procura

- de emprego, informação e orientação profissional, promoção de auto-emprego, estágios pré-profissionais e informação sobre o mercado de emprego. Neste âmbito, o INEP tem vindo a desenvolver medidas activas de promoção de emprego, a destacar:
- Apoio à criação do auto-emprego, através de formação em gestão de pequenos negócios;
 - Assessoria na elaboração de projectos de criação de micro-empresas para o financiamento pelos vários fundos públicos e das instituições de microcrédito;
 - Apoio às iniciativas para a criação do auto-emprego através da atribuição de Kits e criação de microempresas;
 - Monitoria aos beneficiários das medidas activas;
 - Promoção de Estágios Pré-profissionais que contribuem na empregabilidade dos jovens.

Para apoiar o auto-emprego, o INEP prioriza cidadãos nacionais, com idade compreendida entre 15 a 35 anos, finalistas de um estabelecimento de ensino (oferta de kits e criação de micro-empresas). Todavia, este limite de idade não se aplica a pessoas com deficiência e mulheres.
Esta entidade tem - se deparado com os seguintes desafios:

- Massificação do uso das plataformas electrónicas como meio de aproximar os serviços públicos de emprego aos utentes;
- Mobilização e angariação de mais parcerias de cooperação nacional e internacional nos diferentes sectores, ONG e OSC; e
- Recolha, tratamento e sistematização dos dados sobre pedidos e ofertas de emprego e disseminação da informação sobre o mercado de trabalho.

Com o intuito de alargar e imprimir uma nova dinâmica na prestação de serviços públicos de emprego, através da plataforma online, em Agosto de 2017, o Governo lançou o Portal de Emprego. Esta ferramenta permite a interacção directa entre as entidades empregadoras e o candidato a emprego, podendo divulgar vagas de estágio e ou emprego, a partir do site: www.mitess.gov.mz/portaldeemprego.

Estiveram no seminário cerca de 100 participantes, dentre jovens estudantes universitários; Plataformas da sociedade civil; instituições de ensino técnico profissional; académicos; comunicação social; e representantes de instituições públicas.

Financiamento:



Apoio:



Fred Bulande: o artista que persegue a luz no fundo do túnel

Por Lucas Muaga

Com mais de 20 anos de artes plásticas, Fred Bulande recebeu o **SAVANA** para uma conversa sobre o que decidiu abraçar. Na conversa, o artista mostrou-se optimista quanto ao futuro, ainda que o veja como uma luz no fundo do túnel. Acredita que os bens culturais moçambicanos estão mais fora do seu próprio território, onde se percebe o verdadeiro valor da arte e do artista, entretanto, diante deste posicionamento, pinta e desenvolve actividades, como quem acredita que, cedo ou tarde, é possível alcançar a luz que se encontra no fundo do túnel.

Na ideia de haver coisas que as entrevistas não revelam, Fred Bulande levou o **SAVANA** ao seu ateliê, localizado no bairro de Ndlavela, Município da Matola. Ainda ali, num dia de chuviscos, foi possível recolher as informações necessárias para compreender o artista. Afinal, o seu ateliê é uma casa tipo 2, de arquitectura especial, onde vive sozinho, na crença de ser a solidão umas das principais ferramentas de arte.

É a mesma ideia que condena o artista a uma espécie de isolamento, sendo propositada uma vida mais solitária e distante das correrias da cidade. Prefere fugir das confusões e isolar-se num bairro que, para muitos, está longe de tudo. “Gosto de silêncio, de pintar, descansar e pensar. Nunca gostei de pintar num sítio com barulho, como se vê, pinto aqui no ateliê”.

É no seu ateliê que há sempre uma exposição permanente, este é um espaço especialmente reservado



ao próprio artista. Os seus quadros estão espalhados por todos os cantos, uns acabados e outros por acrescentar ideias. O ateliê desenha um futuro mais glorioso para Fred Bulande, que manipula as tintas sonhando em ser um artista igual a si mesmo.

Para isso, prefere apostar mais no acrílico, não por ser um material mais fácil de achar ou trabalhar, mas porque “seca na hora”, diferente do óleo, que “é muito chato e tens que esperar, eu não tenho paciência”, segreda.

Paciente ou não, Fred Bulande é um artista que, muito baseado no acrílico, pinta as suas ideias, num exercício que já lhe valeu uma menção honrosa, na Mozart, numa colectiva. Só em 2019, com mais de 20 anos de carreira, é que se sentiu maduro o suficiente para uma expo individual, baptizada “Evidências da alma”, no Núcleo de Arte, em Maputo.

Há ainda uma luz no fundo do túnel, cabe ao artista persegui-la. Amanhã, diz Fred Bulande, a

história deverá ser diferente, visto que planeia ter um ateliê que sirva igualmente como escola, um lugar onde poderá iniciar as crianças de Ndlavela (não só) nas artes plásticas. As belas artes, explica o artista, são o futuro de Moçambique, até porque o mesmo acredita que, actualmente, o país é um dos países mais bem posicionados do continente africano, principalmente, entre os membros da SADC.

“Penso que as artes plásticas têm muito futuro, porque se olharmos para o caso da África Austral, Moçambique é um dos países com bons artistas contemporâneos, é um dos melhores países africanos em artes plásticas”, disse.

Mais adiante, Fred Bulande explicou que há aqui um porém, visto que as maiores riquezas do país são as artes e cultura, mas ninguém liga para isso, é como se houvesse uma espécie de cegueira colectiva. “O azar é que estamos numa sociedade que não está a perceber, mas Moçambique é um dos melhores países da África Austral, é um país com

mais potencial artístico, com mais aposta, saímos da pobreza”, explica. Artes plásticas marginalizadas Para Fred, as artes plásticas são, de certo modo, marginalizadas, pelo Governo e pelos cidadãos, que ainda não se aperceberam do seu verdadeiro valor. A maioria dos moçambicanos, explica a nossa fonte, não está pronta para se deliciar do talento dos seus artistas. “Estamos no terceiro mundo, onde a sociedade ainda não está calma para entender o que é isso de ser artista, ser um mensageiro da terra, um mensageiro que as pessoas não compreendem”, avança.

Mas, dentro deste despreparo, há muita cegueira propositada por parte de quem deveria tutelar as obras de arte, o Estado, que não consegue ter uma posição clara no debate sobre a restituição do património cultural pilhado nas antigas colónias europeias. Enquanto isso, talvez valha a pena que estes produtos continuem nos museus europeus, onde servem para alguma coisa.

“O nosso Governo sabe desse assunto, mas não quer ficar com essa bagagem. Estamos num país em que o Governo não sabe dizer quantos artistas Moçambique tem, é complicado. Daqui a 20 anos, como será isto?”, questiona Fred Bulande.

Ontem pilhado, hoje comprado, de qualquer das formas, o património moçambicano está mais para o estrangeiro. O mesmo artista não tem muita esperança de ver estes bens restituídos, pelo menos, não espera que seja para agora. Tentando ser sincero, Fred Bulande disse ao Savana que talvez isto leve alguns

séculos para acontecer. “Estamos num país que não compreende o seu potencial, mas é algo que se vai perceber daqui há alguns séculos, enquanto o património já se foi”, considera.

Falando nisso, é o que está a acontecer com as suas obras, que já são há alguns anos internacionalizados, para países como Portugal e Dinamarca, ambos no continente europeu. Segundo Bulande, os dinamarqueses são os que mais apreciam a sua veia artística.

“A maioria dos meus coleccionadores é dinamarquesa, gostam do que faço, admiram muito, sou um artista muito diversificado, hoje pinto uma coisa, amanhã pinto outra, gostam desta minha mão”, revela.

Do mesmo jeito, vê-se mais acarinhado por dinamarqueses, o que, segundo este, devia ser feito pelo Estado, a ele e a outros artistas. “Ligam, às vezes, encomendam alguns trabalhos, escolhem o que querem que eu faça, escolhem também o estilo. Eles encorajam o artista, porque se tens um cliente que vem de um outro país, só para comprar uma peça tua, é uma loucura, és comprometido, não podes parar de trabalhar, o futuro é que vai ditar tudo”, disse.

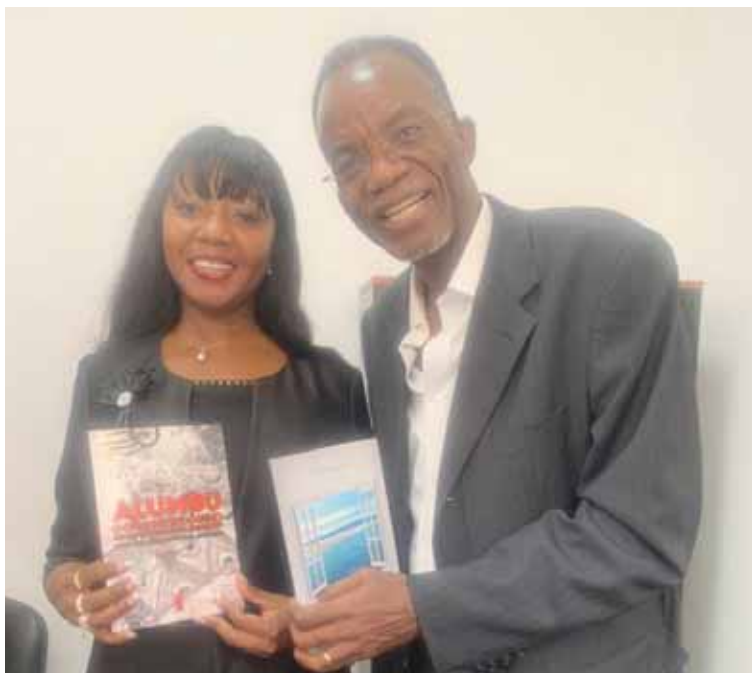
É o mesmo pensamento que o faz não crer numa indústria cultural moçambicana eficaz, porque o mercado faz-se de uma relação entre o vendedor e o comprador, sendo que, no caso de Moçambique, só há quem coloca o produto a venda. “Nós temos falta de consumidores moçambicanos. Sem consumidores, não vamos a lugar nenhum”, comentou.

Salpicos de Ivone Soares chegam às livrarias angolanas

Depois de Maputo, o livro “Salpicos de Águas e Sóis – Meu Eu Poético”, da deputada e escritora moçambicana Ivone Soares, chegou à capital de Angola, Luanda, onde começou o seu processo de internacionalização, a partir da terça-feira, 28 de Janeiro, altura em que a obra foi lançada.

Em Angola, a obra “Salpicos de Águas e Sóis – Meu Eu Poético”, de Ivone Soares, uma escritora que muito se destaca como fazedora de política pela Renamo, o maior partido da oposição moçambicana e activista dos Direitos Humanos, contou a apresentação formal do também político Raúl Danda e do escritor e jornalista Gociante Patissa, ambos angolanos.

Ao chegar à Luanda, a escritora



Ivone Soares com Luís Kandjimbo, presidente da mesa da União dos Escritores Angolanos

Ivone Soares solta o seu “Eu poético”, como forma de espalhar-se pelo mundo, numa altura em que muito se discute a necessidade de uma maior internacionalização da literatura moçambicana e, ainda, maior circulação dos bens culturais dentro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Não se sabe ao certo qual será a próxima escalada do livro lançado, em Dezembro de 2019, na Minerva & Continental. Entretanto, as portas de Angola não poderiam ter sido abertas da melhor maneira, senão esta de chegar a Luanda e lançar o seu primeiro e único livro na União de Escritores Angolanos (UEA).

Na apresentação em Maputo, o escritor Calane da Silva destaca que o livro, ainda que não no seu todo, não esconde a Ivone Soares que

o mundo conhece pelos meios de comunicação, tal como é o caso de ser nalgum momento evidente que se está diante de uma pessoa ligada às causas políticas e sociais. Antes, considera Calane da Silva, “nos seus poemas salpicados de Águas e Sóis, de figura que lhe foram e são de muito afecto, muito queridas, sejam elas a do pai ou do desaparecido líder da Renamo”.

Calane da Silva acrescenta que os poemas de Ivone Soares estão em volta do que o livro sugere ainda na capa, “águas e sois, pelos mares e lumes de Amor e do Desamor”, diz Calane, que também não se esquece de lembrar que Salpicos de Águas e Sóis também faz, de certo modo, uma radiografia da Ivone Soares que muitos não conhecem, tal é o caso do “seu lado espiritual e o seu pulsar religioso”.



NO INFORMAL

Pedro Madruga (Texto)

Naita Ussene (Fotos)

“É proibido pôr algemas nas palavras”

«Os problemas do canhú não se discutem», recorda-mo-nos, por estes dias desta sabedoria popular. E faz todo sentido, desde que nos lembremos da responsabilidade. E de sombra em sombra decorrem memoráveis momentos de confraternização, pese embora a seca que vai encurtar os festejos que prometiam fazer a longa travessia do vale de lágrimas e lamentações de Janeiro.

Aqui está um pretexto para relatar o que aconteceu na sombra dos moçambicanos, concretamente nos eventos de tomada de posse? Circula, à boca pequena, uma história sobre a fúria de uma das figuras recém-empossadas para servir a nação. Diz-se que a figura anda mal-disposta com os assessores da Casa Grande. A versão resumida narra que a ilustre figura não gostou nada de ver a imagem que transpirou para a imprensa durante a cerimónia de tomada de posse para liderar uma das províncias mais badaladas desta pérola.

-Nem sei o que dizer às minhas crianças. Diga-me se isto é uma imagem para estar num jornal? – disparou à queima-roupa.

Como diria o velho Ricardo Rangel, o resultado destes eventos é o FOTOCONFUSIONISMO.

Confúcio, há uma carrada de anos antes Cristo estava certíssimo ao afirmar que «uma imagem vale mais que mil palavras», só não deixou receita para mágoas esculpidas. Conta-se que assessores, de orelhas a arder telefonaram aos outros assessores para uma assessoria de amassar a fúria de um nome sonante. Se soubessem os responsáveis do protocolo desta dor de alma causada a uma autoridade, não haviam de «matar o mensageiro». Quem ainda se lembra célebre frase «É PROIBIDO PROIBIR»?





IMAGEM DA SEMANA

Foto Naíta Ussene



Dívidas ocultas

Credit Suisse diz que Moçambique deve pagar

Numa contestação à acção interposta pelo Estado moçambicano em Londres, repudiando o pagamento das chamadas dívidas ocultas, o Credit Suisse nega, “na sua totalidade”, os argumentos esgrimidos pela Procuradoria-Geral da República (PGR).

Para o Credit Suisse, o Estado moçambicano está vinculado às garantias que o antigo ministro das Finanças Manuel Chang assinou a favor das empresas Proindicus e MAM, para os mais de dois biliões de dólares de dívida que contraíram. O Credit Suisse defende que não tem nada a pagar ao Governo moçambicano, que exigiu em Londres o ressarcimento por dados decorrentes das referidas dívidas. “O queixoso [Estado moçambicano] está vinculado às garantias que prestou a favor da Proindicus e MAM”, lê-se na contestação. Em relação ao argumento do Estado moçambicano de que Manuel Chang não tinha autoridade para assinar as garantias, o Credit Suisse defende que o ex-ministro das Finanças tinha autoridade de forma ostensiva. A todo o momento, o Credit Suisse acreditou que as garantias e confirmações foram autorizadas em conformidade com a legislação moçambicana.



Nesse sentido, as garantias e confirmações prestadas eram válidas e vinculativas para o queixoso. “Em todo o caso, o queixoso ratificou as garantias e confirmações, que subsistem e vinculam o queixoso”, lê-se no texto. O banco não está em condições de admitir ou negar as alegações de pagamento de subornos feitos pela Prinvest. “Mas mesmo que as alegações de subornos sejam verdadeiras, o banco recusa que seja responsável por tais condutas”, diz a contestação. Caso alguém em representação do Credit Suisse tiver recebido subornos, terá actuado em violação dos deveres a que estava adstrito no banco. Por outro lado, é inconcebível a posição das autoridades moçambicanas de que o Credit Suisse fez,

convenientemente, vista grossa à má conduta dos seus funcionários envolvidos no escândalo das dívidas ocultas. Andrew Pearse, Surjan Singh e a Detelina Subeva foram os executivos do Credit Suisse que facilitaram a concessão dos empréstimos em conexão com a Prinvest, a empresa do calote de 2,2 mil milhões de dólares contratadas na administração Guebuza. O Credit Suisse rejeita também responsabilidades em relação à ilicitude da reestruturação da dívida da Ematum. O banco nega que Moçambique tenha legitimidade para renunciar às garantias da Proindicus, porque perdeu o direito de agir nesse sentido. Também não é procedente a exigência de indemnização por parte do Estado moçambicano.

À HORA DO FECHO



- Não foi preciso esperar uma semana para começar a guerra de protagonismo entre governadores e secretários de Estado. A luta para ter câmaras e microfones na abertura do ano lectivo 2020 foi a amostra do que poderá ser o quinquénio, com os secretários de Estado e os governadores a tentarem puxar a brasa para a sua sardinha. A ministra da tutela, entrada de fresco, bem tenta por água na fervura...
- O espectáculo começou logo após a posse. Lá para as terras da Zambézia, a SdE, ainda no entusiasmo do arranque, mandou chamar o Médico Chefe para atender uma mamã mostrando sinais de um precário estado de saúde. Se governação é aquilo, então libertem-nos dessa gente.
- O soba local, o que foi eleito pelo povo, não esteve com medidas meias. O palácio do governo, aquele mais simbólico, ele é meu. Mandem a SdE ver o rio dos Bons Sinais lá para as bandas do edifício das Finanças. A ministra da tutela, mais uma vez, pede calma e diz que vai haver uma banja interministerial para decidir sobre património...
- Cá por Maputo, onde haverá sirenes para a província e para a cidade, não se sabe se celebrando a beleza feminina do vale do Zambeze, quem já arregaçou as mangas é a chefe do bastião conservador no governo, reunindo com os seus filhos dilectos, não fosse a casa da 24 de Julho também chamada o ministério dos sindicatos. Porta-voz do encontro, o implacável inspector da sanidade empresarial, um verdadeiro sobrevivente a vários consulados, desde o tempo da tsunami...
- Mesmo ali ao lado, onde já morou mano Khalau, grande nervosismo anda pelas bandas da Olof Palme, onde as revelações sobre o atentado com assinatura policial continuam difíceis de digerir. E, como contra factos não há argumentos, estão à venda narrativas que, por ironia, conspiram contra a própria corporação. Como um dia disse o juiz Paulino, as provas são como o caju, quando apodrecem caem por si.
- Os diplomatas estrangeiros acreditados estão tão desorientados que nem baratas tontas. Diziam lamurientos que não havia clareza sobre a política externa e ter uma audiência com o chanceler era uma bênção dos deuses. Agora, vaticinam, as coisas tornaram-se bem mais complicadas com o novo consulado de madame relaxamento. Ao menos há sempre um grande, grande sorriso...
- Também por esses quadrantes, tal como em sectores frel mais ponderados, nas chancelarias internacionais não há dúvida da vitória eleitoral do glorioso nas últimas eleições, mas acham que os números foram martelados exageradamente com o potencial risco de empurrar o país para mais um conflito...
- Para testar as águas e saber da oportunidade de se passar à fase seguinte, trocado por miúdos, voltar à normal cooperação interrompida em 2016, está quase de malas aviadas para Maputo o chanceler das terras de Asterix e do Moët & Chandon. Será que se vai discutir atum... ou é só relaxar...
- Quem também anda em visitas aos sectores de tutela é o ministro que as más línguas dizem que foi escolhido pelos meninos barulhentos da J, lá para os confins das terras onde agora se cortam cabeças. Como já tinha um elefante branco para o preocupar lá para os lados da baía cobiçada pelos gringos, em breve vai ter mais um a 200 Km da capital, um “presente inocente” dos nossos amigos chinocas. Pelo menos vai poder ir à praia de helicóptero e avião...
- Os Luanda Leaks expuseram a nu a realidade do sucesso empresarial em África, mesmo com uma protagonista estudada, educada e que claramente sabia fazer negócios. Mas as tentações são mais que muitas e enquanto os papás estão pelo poder é só fartar vilanagem. Só que depois, os empresários viram activos tóxicos. Como Isabel, a princesa de África...
- O engenheiro do planalto, numa zona para leste donde nasceu, foi ver a nova ponte alternativa sobre o Rio Montepuez. Ainda andou por cima dela, para mostrar que o seu governo não está para brincadeiras. Só que dia seguinte, talvez porque não fizeram cerimónias, a ponte já lá não estava; tinha sido arrastada pelas águas do rio. Na próxima, é bom fazer visita de coleite salva-vidas...

Em voz baixa

- Há muito menos unhas roídas, agora que muitos cargos governamentais já estão preenchidos. Mas como ainda falta ... faxavor mais um diazepam...

Fala para todas as redes com o Extra Jackpot

Digita *111#

Termos e condições aplicáveis.



45G

O futuro é tudobom.

Vamos?





Hyundai doa camiões à Plataforma Makobo

A Hyundai Moçambique, representada pela Ronil, precedeu, nesta terça-feira, em Maputo, a entrega de dois camiões à Plataforma Makobo Moçambique. Trata-se de uma acção cujo objectivo é de continuar a prestar apoio às vítimas do ciclone Idai, os camiões oferecidos à plataforma terão a missão de levar apoio alimentar às comunidades assoladas pela calamidade, com especial enfoque para a distribuição da Merenda Escolar e apoio ao escoamento da produção agrícola dos agricultores afetados pelo Idai.

Na Beira, a Lancheira Solidária - iniciativa implementada pela Makobo e destinada ao apoio nutricional a crianças e jovens carentes a frequentarem a escola pública - estende-se aos Distritos de Dondo e Nhamatanda, nas localidades de Mafambisse, Mezimbite e Mutua. A iniciativa oferece uma merenda escolar com a contrapartida de os pais e educadores se comprometerem a plantar uma árvore de fruto, uma árvore de sombra, uma moringa e uma horta como forma de fomentar a

alimentação das famílias e a sua subsistência responsabilizando-as para o seu desenvolvimento e autossuficiência mantendo e criando oportunidades de emprego.

Os carros com as marcas Hyundai H-100 - 1.5 Toneladas e Hyundai HD65- 2.5 Toneladas foram totalmente modificados e equipados para as necessidades de distribuição da Plataforma Makobo, sendo que o camião HD65 foi equipado com sistema de refrigeração para permitir um melhor transporte e distribuição dos alimentos às comunidades afectadas pelo Idai.

Segundo Henrique Bettencourt, Gerente da operação, "A doação tem um significado importante para a Ronil e para a marca Hyundai e estamos muito felizes em poder apoiar as acções de solidariedade da Makobo, projecto cujo trabalho conhecemos e sabemos que faz a diferença nas comunidades onde actua. O facto de termos também uma delegação oficial da Ronil na Beira pesou na decisão de avançarmos com este apoio e na vontade de ajudar esta região do país, que tanto sofreu com o Idai".



O Fundador da Makobo, Ruy M. Santos, enaltece o gesto da Hyundai: "Nestas épocas, em que ainda tendo pessoas directamente afectadas pelo ciclone não mais se fala do Idai, iniciativas como

estas são de louvar e agradecer. Esta reflecte a nossa preocupação com um tipo de apoio racional, a médio e longo prazo e com vista a autonomia económica e social das comunidades afectadas e diferen-

cia a nossa abordagem das acções de outras organizações. Com certeza que os camiões vão melhorar, e muito, a forma como fazemos e o tempo que levamos a entregar a nossa Lancheira Solidária". (E.C)

Cornelder lidera evento em Joanesburgo

A Cornelder de Moçambique, SA (CdM) e outras entidades públicas e privadas congregadas na iniciativa "Beira Corredor", organizam, hoje, 31 de Janeiro, em Joanesburgo, na África de Sul, uma conferência e um torneio de golfe, com vista a promover os serviços prestados pelo Porto da Beira, as potencialidades do Corredor e, sobretudo, a fidelização dos seus clientes naquele país vizinho.

A iniciativa faz parte de uma estratégia liderada pela CdM que congrega vários actores

da cadeia logística do Corredor da Beira, tais como: Caminhos de Ferro de Moçambique, transportadores rodoviários, agentes transitários, linhas de navegação e empresas de logística.

Estima-se que estejam presentes no evento cerca de 300 participantes.

Uma nota da CdM indica igualmente que, no decurso do corrente ano, a iniciativa irá igualmente escalar a Zâmbia, o Zimbabwe, o Malawi, e a República Democrática do Congo, onde vai reunir, no mesmo espaço, vários decisores da cadeia logística que liga Moçambique a estes países vizinhos.



Standard Bank reforça laços

Com o objectivo de austerizar as suas preocupações e necessidades, bem como apresentar soluções adequadas aos seus negócios, o Standard Bank, um dos maiores bancos comerciais em Moçambique, reuniu-se, recentemente, em Maputo, com representantes das principais empresas nacionais e multinacionais que actuam no país.

Mais do que se inteirar das inquietações, o banco pretendia colher sugestões para, a partir delas, conceber produtos e serviços que respondam aos anseios do segmento empresarial.

Segundo o director da Banca Corporativa e de Investimentos do Standard Bank, Carlos Madeira, o encontro serviu, também, para interagir com os clientes e “perceber o quão o nosso trabalho, como banco, tem sido útil no seu dia-a-dia”.

“É sempre bom ouvir a opinião do cliente sobre o banco para podermos saber onde podemos me-



lhorar ou manter os actuais níveis de prestação de serviços e oferta de produtos. É nestes encontros, e através de outras plataformas, que os clientes têm a oportunidade de sugerir o que o banco pode oferecer”, frisou Carlos Madeira.

Os clientes, por seu turno, consideraram a iniciativa excelente

e que se afigura como uma plataforma de troca de ideias e experiência não só com o Standard Bank, mas também com outras empresas.

Para Teodomiro Sarmento, director-geral da Vivo Energy, representante da Engen e Shell em Moçambique, os encontros aju-

dam a acrescentar valor aos negócios dos clientes, assim como ao país, que “tem potencial para crescer”.

“Foi uma experiência positiva. O Standard Bank tem sabido reinventar-se de forma a estar sempre acima das nossas expectativas. Temos uma relação histórica e ex-

celente com o banco, estabelecida quando a nossa empresa se implantou em Moçambique e que se consolidou ao longo dos anos”, disse Teodomiro Sarmento.

Na ocasião, o PCA da Mozal, Samuel Samo Gudo, afirmou que, ao organizar o encontro, o Standard Bank está a revelar-se proactivo e preocupado com o negócio dos seus clientes.

Samuel Samo Gudo apontou, igualmente, a contínua aposta nas tecnologias de informação e comunicação (TIC), por parte do banco, como um dos factores que conferem comodidade ao seu dia-a-dia.

“Os serviços financeiros usam cada vez menos papel e são cada vez mais electrónicos. O Standard Bank tem estado a fazer um enorme esforço no uso das TIC e na introdução de plataformas que conferem rapidez e eficiência. Estamos numa economia cada vez mais dinâmica havendo necessidade de haver maior celeridade”, indicou Samo Gudo.

Sociedade Civil lança campanha contra desnutrição no país

A Plataforma da Sociedade Civil denominada SUN lançou, esta quarta-feira, em Maputo, uma campanha de combate à desnutrição em Moçambique, sob todas as suas formas, designada “Geração Nutrição”.

A presente tem por propósito influenciar os decisores do país a incluírem o problema da desnutrição na agenda política e a posicionarem a nutrição como um factor chave para o bem-estar, o rendimento e o desenvolvimento

da criança, da família e das comunidades.

Esta campanha de advocacia é levada a cabo por um conjunto de organizações que actuam em prol da nutrição, através de acções específicas e sensíveis à nutrição, incluindo educação nutricional, promoção da produção e consumo de culturas ricas em nutrientes, promoção de saneamento, entre outras acções.

“Geração Nutrição” advoga para um maior investimento do Estado para a nutrição pelo menos USD10 por criança menor de

cinco anos, por ano e aumentar gradualmente 3% deste orçamento durante três anos consecutivos. Referir que recentemente, a plataforma convidou várias organizações, activistas, académicos e membros do governo para discutirem e debaterem os desenvolvimentos no sector da nutrição. Os materiais de comunicação resultantes desses debates serão apresentados nos diferentes órgãos de comunicação social, para uma ampla divulgação entre o público. (CC)

DJ Ardiles lança “Motokozana”

Motokozana é título da nova música do cantor Francisco Ardiles dos Santos Milagre, mais conhecido por DJ Ardiles. Nesta música, Ardiles realça algumas formas de ser, de estar e de se divertir dos moçambicanos, trazendo um personagem estrangeiro que quer provar uma parte da fragância cultural moçambicana.

O seu primeiro hit foi “foto”, lançado em 2006. Além deste, Ardiles foi lançando grandes músicas ao longo de sua carreira e hoje conta com repertório recheado, nomeadamente: “Dí-

vidas”, “Cena dela”, “Komane”, “Time”, “O Sapato Quando te Aperta” e “Você me quer”. Ardiles, outrora Rei do Pandza, inicialmente trabalhou como Dj nas pistas de dança de Maputo e nos tempos livres dedicava-se à produção musical. O rei do pandza já produziu grandes cantores tais como: Neyma, MC Roger, Denny OG, Dama do Bling, Lizha James e mais.

Actualmente, DJ Ardiles faz parte da Label República do Pandza (RDP) e continua fazendo sucesso em rádios e televisões e sendo referência na música Moçambicana. (E.C).

Governo reconhece apoio da Índia

O Ministro da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional, Gabriel Salimo, enaltece a cooperação entre os governos de Moçambique e Índia, pelo facto de, nas últimas décadas, aquele país asiático ter-se tornado num importante parceiro de desenvolvimento de Moçambique, em áreas estratégicas como o desenvolvimento da agricultura e segurança alimentar, transferência de tecnologias de informação e comunicação, construção de infra-estruturas económicas e sociais, energia, abastecimento de

água potável, desenvolvimento de recursos humanos, segurança pública e defesa nacional.

Salimo falava durante as celebrações do 71º aniversário da República da Índia, efeméride que se celebra a 26 de Janeiro de cada ano. Segundo Salimo, a presença do governo de Moçambique no evento, testemunha o compromisso em ver fortificadas, cada vez mais, as excelentes relações históricas, tradicionais de amizade e cooperação existentes entre Moçambique e a Índia. Neste contexto, o dirigente destacou o compromisso do Governo

de Moçambique em continuar a consolidar a parceria no quadro da Cimeira Índia-África, devendo igualmente participar na 4ª Cimeira do Fórum Índia-Africa, evento que terá lugar este ano na República da Índia.

Aliás, a realização das trocas de visitas de alto nível, com realce para as visitas de Estado do Presidente Filipe Nyusi à Índia em Agosto de 2015 e de Narendra Modi, primeiro-ministro daquele país à Moçambique em Julho de 2016, contribuíram para assinalar o compromisso dos dois países em

continuar a consolidar a cooperação bilateral com ênfase para a Diplomacia Económica rumo a uma Parceria Privilegiada e Estratégica. “Estamos certos que o futuro testemunhará o reforço do nosso relacionamento privilegiado, alargando a cooperação para outras áreas de interesse comum, como o intercâmbio entre o sector privado indiano e o empresariado nacional com vista a fortalecer iniciativas nas áreas de agricultura, energia, turismo e infra-estruturas”, salientou.

Por sua vez, o Alto-Comissário

da Índia em Moçambique, Rajeev Kumar, destacou os progressos alcançados pelo dois Estados a nível do desenvolvimento económico, tendo igualmente manifestado intenção da Índia em reforçar a diplomacia económica, promoção do desenvolvimento social e humano, e cooperação cultural.

A margem da comemoração do evento foi lançada a primeira edição do festival cultural denominado Ronga – Ring que visa a troca de experiências entre os dois países, a ser realizado naquele país asiático. (E.C)



UDM
UNIVERSIDADE TÉCNICA DE MOÇAMBIQUE
ALVARÁ Nº 23/UNI-ES/UDM/MCTESTP/2017



**Inscrições
abertas
2020**

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E SOCIAIS

- Licenciatura em Administração e Gestão de Empresas
- Licenciatura em Gestão de Recursos Humanos
- Licenciatura em Gestão de Marketing
- Licenciatura em Gestão Financeira
- Licenciatura em Administração Pública
- Licenciatura em Contabilidade e Auditoria
- Licenciatura em Relações Públicas e Assessoria de Direcção
- Licenciatura em Organização e Economia de Trabalho

FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

- Licenciatura na área Jurídico Forense
- Licenciatura na área Jurídico – Económico – Empresarial
- Licenciatura na área Jurídico – Político – Constitucional

FACULDADE DE CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS

- Licenciatura em Engenharia e Gestão Industrial
- Licenciatura em Engenharia Ambiental e Gestão de Desastres
- Licenciatura em Engenharia e Gestão de Energias Alternativas e Recursos Petrolíferos
- Licenciatura em Gestão de Tecnologias de Informação e Comunicação
- Licenciatura em Engenharia e Gestão da Construção Civil

MESTRADOS
Duração: 2 Anos
Início das aulas: Fevereiro de 2020

- Mestrado em Direito do Trabalho;
- Mestrado em Finanças e Comércio Internacional;
- Mestrado em Docência e Gestão do Ensino Superior;
- Mestrado em Direitos Humanos Desenvolvimento Económico e Boa Governança;
- Mestrado em Energias Renováveis;
- Mestrado em Administração e Gestão de Empresas;
- Mestrado em Gestão dos Recursos Humanos e Liderança.

DOUTORAMENTO
Duração: 4 Anos
Início das aulas: Março de 2020

**Doutoramento em Paz, Democracia,
Movimentos Sociais e
Desenvolvimento Humano.**



A PONTE PARA OS
PROFISSIONAIS DE SUCESSO

Contactos:
Universidade Técnica de Moçambique
Av. Alberto Lithuli Nº 418/438 ou através dos telefones:
Secretaria Geral - 21301102/21302109 • Email: mciudm@gmail.com
Secretaria do Mestrado - 84 02 62 805 / 82 15 93 122 • Email: dp9p9udm@gmail.com
Website: www.udm.ac.mz • www.facebook.com/udm.mz/
Maputo – Moçambique



**ESCOLA COMUNITÁRIA LUÍS CABRAL
ECLC**

Matrículas para 2020

A Escola Comunitária Luís Cabral- ECLC, informa aos alunos, pais, encarregados de educação e ao público em geral, que ainda tem vagas para matricular novos ingressos da **7^a, 8^a, 9^a, 10^a, 11^a e 12^a classe** por apenas **600,00 meticais**.

OS ALUNOS DAS CLASSES TERMINAIS, FAZEM EXAMES NA PRÓPRIA ECLC

Podendo obter mais informações na secretaria daquela escola, sita na **sede do bairro Luís Cabral**, entrando a partir da Junta ou Maquinague ou contactar através dos telemóveis: **847700298 ou 826864465 ou ainda 871232355**.

VENDE-SE

Uma propriedade (15 x 30), com casa tipo3, uma suíte e vedação, estrategicamente localizada, zona do Mercado Boquisso - Municipio da Matola.



Valor a negociar, sem intermediário
Contacte-nos + 258 82 0755690 / 84 4629155

AVISO CONVOCATÓRIO

Nos termos das disposições dos artigos 16º e 17º dos Estatutos, convoco os membros do GDI a se reunirem em sessão da Assembleia Geral Ordinária a ter lugar as 9.00 horas do dia 29 de Fevereiro de 2020, na sede da organização, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1º. Apreciação do Relatório Final e Contas de Gestão 2019;
- 2º. Apreciação da proposta de Avaliação do meio termo do Plano Estratégico 2017-2021;
- 3º. Diversos.

Maputo, 22 de Janeiro de 2020

Dr. Alberto Razul

Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Rovuma LNG inicia o desenvolvimento do CDE

A ExxonMobil Moçambique Limitada, em nome da Mozambique Rovuma Venture e os parceiros da Área 4, anunciaram a adjudicação do contracto para estabelecer Centros de Desenvolvimento Empresarial (CDE) em Maputo, Pemba e Palma em colaboração com o Governo de Moçambique e o sector privado.

O CDE é uma plataforma para desenvolver empresas moçambicanas qualificadas e competitivas com habilidades transmissíveis que possam apoiar uma variedade de sectores crescentes moçambicanos como o sector extractivo. “Estamos comprometidos em priorizar a procura de bens e serviços locais para o Rovuma LNG” afirmou Jos Evens, director geral para ExxonMobil Moçambique, Limitada. Acrescentado que “o CDE ira avaliar as capacidades dos fornecedores locais e prepará-los para competir a nível nacional e internacional”. As empresas moçambicanas receberão comentários personalizado do desempenho para destacar as capacidades, identificar as oportunidades e providenciar recomendações practicas para capa-

citação. O CDE vai também dar seminários, sessões de formação de negócios, e informação relativa aos procedimentos de aquisição de projectos e contratados. Espera-se abrir o primeiro centro em Maputo dentro do primeiro semestre de 2020 e a abertura dos centros em Pemba e Palma espera-se apos a Decisão Final de Investimento (DFI) dos parceiros da Área 4. Os parceiros da Área 4 estão a investir 3 milhões e dólares Norte Americanos para estabelecer e operar o CDE neste primeiro ano. Outras instituições e operadores internacionais são encorajados a subscrever ao CDE para criar um plataforma sustentável das várias partes interessadas que possa apoiar outros projectos e industrias no futuro. “O CDE é um plataforma corporativa piloto integrado,desenhado para providenciar apoio técnico e promocional para a qualificação e modernização das nossas pequenas e médias empresas”, disse Claire Mateus Zimba, director geral do Instituto de Promoção das PME (IPEME). “A criação do CDE é uma contribuição significativa para o processo de crescimento económico e empresarial de Moçambique.”(CC)

Galp torna-se principal produtora de energia solar

A Galp chegou a acordo com o grupo ACS para a aquisição de projectos de produção de energia fotovoltaica em Espanha, tornando-se assim no principal produtor de energia solar da Península Ibérica.

Os activos incluem parques fotovoltaicos já em operação com uma capacidade instalada de 900 MW e projectos em desenvolvimento ou em licenciamento que permitirão atingir até 2023, uma capacidade de geração instalada de 2,9 GW, o equivalente ao consumo médio de 1,8 milhões de habitações, contribuindo para a redução de 87 milhões de toneladas de CO2. “Damos desta forma um passo significativo na concretização do compromisso para uma transição rumo a uma economia de baixo carbono. Este acordo reforça a posição

da Galp enquanto empresa integrada de energia, materializando os seus guidelines estratégicos para o reforço de um portefólio competitivo de renováveis e novos negócios”, sublinhou Carlos Gomes da Silva, CEO da Galp. O acordo inclui a aquisição, desenvolvimento e construção de projectos até um valor total estimado de 2,2 mil milhões de euros até 2023. A Galp tem como objectivo obter project finance para os restantes desenvolvimentos no período 2020-23 e desenvolver parcerias na área de renováveis. A Galp tenciona financiar os restantes desenvolvimentos no período 2020-23 em project finance e antecipa oportunidades para realizar uma potencial parceria para os negócios de renováveis. A conclusão do negócio deverá ocorrer no segundo trimestre de 2020, ainda sujeito a certas condições habituais, prevendo-se na altura o pagamento de 450 milhões de euros e a assunção de um passivo de 430 milhões de euros

decorrentes do project financeiro dos parques em operação. “Esta aquisição permitirá integrar e desenvolver, em parceria com uma empresa que é líder mundial na implementação de projectos, um portefólio solar de última geração que vai acelerar o crescimento na área das energias renováveis e novos modelos de negócio”, destaca Susana Quintana-Plaza, Administradora da Galp com este pelouro. Esta transacção está alinhada com o objectivo estratégico assumido pela Galp de alocar cerca de 40% do seu investimento a oportunidades relacionadas com a transição energética. O investimento médio líquido anual da empresa até 2022 mantém-se dentro do intervalo previsto, isto é, em média, entre 1,0 mil milhões e 1,2 mil milhões de euros/ano. (CC)



Anuncie a sua marca, produto e serviços, na SAVANA FM . Proporcionamos para si pacotes promocionais, contacte-nos através de: 84 1440048, 82 8944278 ou ainda através do e-mail: radiosavana100.2@mediacoop.co.mz SAVANA 100.2 FM

Agenda Cultural

Cine-Gilberto Mendes

Sextas, Sábados, Domingos e Feriados 18h30

Apresenta: “*O PROFETA*”

Maputo Waterfront

Todas Sextas, 19h

Jantar Dancante com Alexandre Mazuze

Todos Sábados, 19h

Música com Zé Barata ou Fernando Luís

Todos Domingos, das 13/18h

Animacao com DJ

Chefs Restaurante

Todas Sextas, 19h

Música ao vivo



Assinatura do jornal

A partir de 01 de Agosto de 2017

DESTINO	PERÍODO		
	Trimestral	Semestral	Anual
TODO O PAÍS	1.000,00mt USD 20,00	1.850,00mt USD 35,00	3.500,00mt USD 60,00
PAÍSES DA SADC	USD 40,00	USD 75,00	USD 130,00
RESTO DO MUNDO	USD 50,00	USD 100,00	USD 200,00
Assinatura versao electrónica	1.550,00Mt USD 25,00	2.480,00Mt USD 40,00	4.340,00Mt USD 70,00

Cada período é renovável em qualquer altura do ano.
Entrega ao domicílio nas Cidades de Maputo, Matola e Beira.
Aceitamos propostas para novos agentes, distribuidores e angariadores de assinaturas em todo território nacional.

Para mais informação contacte:

Miguel Bila, 82 4576190 / 84 0135281 / 87 0135281
(miguel.bila@mediacoop.co.mz, mediafax@mediacoop.co.mz, mediafaxm@gmail.com)
Danilo Matsimbe, 82 7356980 / 84 5723175
APBX, 21 327631 / 21 301737 / 82 3171100 / 84 3171100
Fax, 21 302402 / 21 304265 admc@mediacoop.co.mz